

# PLÁGIO E INTEGRIDADE ACADÉMICA



NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

TÍTULO

Plágio e integridade académica na sociedade da informação

COORDENAÇÃO

Ana Novo, Ana Nobre, João Simão e Pedro Pereira

PRODUÇÃO

Serviço de Produção Digital | Direção de Apoio ao Campus Virtual

EDIÇÃO

Universidade Aberta 2020

COLEÇÃO

Ciência e Cultura | N.º 10

ISBN: 978-972-674-882-3

DOI: <https://doi.org/10.34627/ftpm-hq41>

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC-BY-NC-SA.  
De acordo com os seguintes termos:  
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaGual.

## **ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS DA UNIVERSIDADE ABERTA PARA A PROMOÇÃO DA ORIGINALIDADE NOS TRABALHOS ACADÉMICOS**

Ana Novo, Ana Nobre, João Simão, Pedro Pereira

## **O PLÁGIO COMO QUESTÃO PÚBLICA**

Carlos Lopes

## **RETOS Y DIFICULTADES PARA COMBATIR EL PLAGIO ACADÉMICO**

Germán Ruipérez

José-Carlos García-Cabrero

## **INVESTIGAÇÃO SOBRE FRAUDE ACADÉMICA EM PORTUGAL – REVISÃO DE LITERATURA**

Sónia P. Gonçalves

Joaquim Fernando Gonçalves

Rosária Ramos

## **INTEGRIDADE ACADÉMICA E PLÁGIO. COMO LEVAR À MUDANÇA DENTRO E FORA DA SALA DE AULA?**

Andreia Fernandes Silva

Katiane Coelho

## **A PREVENÇÃO DO PLÁGIO NO ENSINO SUPERIOR. ILAÇÕES A PARTIR DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Madalena Ramos

César Morais

## **NOTAS BIOGRÁFICAS**

# ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS DA UNIVERSIDADE ABERTA PARA A PROMOÇÃO DA ORIGINALIDADE NOS TRABALHOS ACADÉMICOS

**Ana Novo<sup>1,2</sup>, Ana Nobre<sup>1,3</sup>, João Simão<sup>1,4</sup> & Pedro Pereira<sup>1,5</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Aberta

<sup>2</sup> CIDEHUS- UÉ – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora

<sup>3</sup> LEAD – Laboratório de Educação e Ensino a Distância

<sup>4</sup> CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas, ISCSP - UL

<sup>5</sup> Centro de Ecologia Funcional, Universidade de Coimbra

Oplágio é um problema recorrente no ensino superior, cabendo a toda a comunidade o dever de contribuir para a integridade e originalidade dos trabalhos académicos. A prevenção deste género de fraude faz-se através da educação e da formação, alertando, sempre, para a necessidade de existirem hábitos e comportamentos éticos e informados. A educação e a formação deverão ser dirigidas tanto a estudantes como a docentes, apresentando as desvantagens do ato de plagiar que, de acordo com a lei Portuguesa, é considerado crime, punível até 3 anos de prisão (Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos, CDADC, Decreto Lei n.º 63/85). Ações de prevenção que promovam a integridade académica devem incluir orientações sobre como implementar uma cultura anti-plágio e como avaliar os trabalhos dos estudantes, disponibilizando a toda a comunidade académica uma clara definição de plágio e indicações precisas sobre como atuar quando é detetado.

A deteção do plágio é, atualmente, facilitada pela existência de *software*. Uma lista não exaustiva destes produtos pode ser encontrada em Naik, Landge & Mahender (2015).

Alguns dos benefícios, recorrentemente identificados, da utilização de um *software* de deteção de plágio são:

- O *software* procura numa grande variedade de fontes;
- O *software* assinala as semelhanças entre textos;
- O *software* informa sobre a percentagem de semelhança entre textos;

- Os resultados desta semelhança permitem, ao estudante, verificar o seu nível de competência na elaboração de paráfrases (quando essa funcionalidade lhes é oferecida);
- O relatório do *software* pode constituir prova da existência ou não de plágio, permitindo proteger as partes (docente e estudante);
- O recurso a um motor de busca geral para deteção de plágio (e.g. Google) torna o processo muito demorado para textos extensos.

No *website* da Moodle está identificada uma diversidade de *software* que possui um *plugin* à plataforma<sup>1</sup>. Na Tabela 1 apresentam-se os que são compatíveis com a versão 3.8 da Moodle.

**Tabela 1** – Softwares com *plugin* ao Moodle e compatíveis com as versões 3.8

DESIGNAÇÃO	WEBSITE	N.º DE SITES / DOWNLOADS / LIKES (*)
Compilatio	<a href="https://www.compilatio.net/en/">https://www.compilatio.net/en/</a>	324/210/2
CopyCheck	<a href="http://copycheck.io/">http://copycheck.io/</a>	52/90/5
PlagiarismCheck	<a href="https://plagiarismcheck.org/">https://plagiarismcheck.org/</a>	29/50/5
PlagScan	<a href="https://www.plagscan.com/">https://www.plagscan.com/</a>	325/916/17
Turnitin	<a href="https://www.turnitin.com/">https://www.turnitin.com/</a>	1603/1K/59
Unicheck	<a href="https://unicheck.com/">https://unicheck.com/</a>	237/886/13
Urkund	<a href="http://www.orkund.com/en/">http://www.orkund.com/en/</a>	666/486/7

(\*) De acordo com informação no *website* da Moodle em 8 de junho de 2020. Downloads nos últimos 3 meses.

O Turnitin é o *software* líder de mercado (Zimmerman, 2018). Algumas fontes indicam, por exemplo, que é usado em 90% das universidades australianas. A informação da última coluna da Tabela 1 mostra a sua presença predominante também na plataforma Moodle.

O Ephorus (<https://www.ephorus.com/>) foi o primeiro *software* para a deteção de plágio introduzido na Universidade Aberta (UAb), decorria o ano de 2013 e, à época, o *software* não estava integrado na plataforma Moodle.

Em abril de 2015, a UAb adquiriu o Turnitin (<https://www.turnitin.com/>), tendo sido descontinuado um ano depois por alegada falta de fiabilidade na integração com a plataforma Moodle. A UAb voltou a adquirir o Turnitin em janeiro de 2017, com duas renovações anuais até ao final de dezembro de 2019. Relatórios indicavam que o uso do Turnitin pelo pessoal docente era reduzido e a ferramenta 'FeedbackStudio' era ainda de uso mais diminuto. Nunca foi averiguada a razão para a resistência dos docentes da UAb ao uso do *software*. Porém, a literatura apresenta a questão ética associada à presunção da inocência como um dos fatores para o não-uso

<sup>1</sup> Veja-se <https://moodle.org/plugins/browse.php?list=category&id=35>

do *software*: sem razões para duvidar da seriedade de quem submete o trabalho (o estudante), sendo este considerado inocente até prova em contrário (Belli et al., 2020).

Em 2020, a UAb celebrou contrato com o Urkund, onde foi assumido que esta nova solução tinha como enfoque a prevenção do plágio. Aliás, a dissuasão (Belli et al., 2020) e a melhoria da capacidade de escrita científica (Mann, 2016) constituem os principais motivos para as universidades adquirirem estes softwares.

As primeiras reações, por parte do corpo docente, a esta alteração foram de desconfiança. Comparativamente ao Turnitin, alguns docentes, em número pouco representativo, reportam falta de eficácia do Urkund na deteção de semelhanças entre textos e na comunicação visual da mensagem. Contudo, estas observações não vão ao encontro do que é geralmente mencionado na literatura.

Heyman et al. (2011) comparam o Turnitin com o Urkund, sendo que os resultados mostram que ambos os softwares possuem uma eficácia muito semelhante em encontrar plágio em bases de dados de ciências sociais, ciência, direito e humanidades. A maior diferença verificou-se em "*mixed references from databases and internet*", onde o desempenho do Turnitin foi claramente superior. Porém, o Urkund justificou essa diferença por os autores terem feito a busca no Urkund School em vez de no Urkund Academic.

Weber-Wulff et al. (2013) comparam 15 softwares nos critérios "eficácia" e "uso". Os resultados indicaram que o Urkund é o único software que possui uma eficácia "adequada" (73%), sendo que o Turnitin alcança 67%. Estes resultados vão ao encontro do que é normalmente referido: na melhor das hipóteses os softwares detetam pouco mais do que 60% de semelhança entre textos – já o motor de busca Google consegue superar os 90% (Lievertz, 2019; Mphahlele & McKenna, 2019). No critério "uso" o desempenho do Turnitin foi superior ao do Urkund. Esta pode ser a razão para a perceção que alguns utilizadores da UAb revelaram possuir relativamente ao desempenho do Urkund.

Kaniski (2016) compara a performance de cinco softwares nos parâmetros "tempo requerido", "percentagem de conteúdo plagiado", "número de fontes web detetadas" e "sensibilidade ao reconhecimento de padrões". Os resultados mostraram que o VeriCite<sup>2</sup> e o Urkund possuem o melhor desempenho em todos os critérios. O Turnitin perde substancialmente em todos os parâmetros para os dois concorrentes.

---

<sup>2</sup> O VeriCite foi adquirido pela Turnitin em 2018.

Mas os softwares de deteção de plágio também levantam problemas à comunidade académica. À resistência que alguns docentes evidenciam ter na sua utilização, junta-se uma sobre-utilização para a escrita e reescrita de textos.

Estudantes com experiência reduzida na redação de textos e com uma capacidade de escrita original e autónoma insuficientemente desenvolvida podem escrever para o software. Isto é, submetem as suas produções escritas com o objetivo principal de reduzirem os níveis de semelhança entre o texto que elaboraram e as fontes, reescrevendo e resubmetendo consecutivamente até o valor se enquadrar no que é aceitável (Mphahlele & McKenna, 2019). Associado a esta forma pouco pedagógica de adquirir competências de escrita íntegra e autónoma, encontram-se as ferramentas tecnológicas que parafraseiam texto original (Prentice & Kinden, 2018).

Como os ambientes de ensino e aprendizagem a distância são mais propícios para a ocorrência de plágio, já que todo este processo decorre online, utilizando computadores e acesso à internet, várias instituições de ensino superior a distância têm dedicado especial atenção à prevenção deste género de fraude académica. A Open University ([www.openuniversity.edu](http://www.openuniversity.edu)) no Reino Unido, a Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED – [www.uned.es](http://www.uned.es)) e a Universitat Oberta de Catalunya (UOC – [www.uoc.edu](http://www.uoc.edu)) em Espanha são apenas alguns exemplos. Na página oficial destas universidades podem encontrar-se várias estratégias no âmbito da prevenção do plágio que passam pela existência de formação de utilizadores sobre este assunto, sobre os direitos autorais, as licenças *Creative Commons*, como elaborar referências bibliográficas e a divulgação de regras muito claras das consequências do ato de plagiar. Estas indicações, no seu conjunto, constituem as principais formas de prevenir o plágio.

Na UAb, a única instituição de ensino superior público a distância em Portugal, o “Grupo de Trabalho para a promoção da originalidade nos trabalhos académicos na Universidade Aberta” (GTPO), nomeado por despacho reitoral em março de 2017 e constituído por quatro docentes pertencentes a cada um dos departamentos desta Universidade (Departamento de Humanidades, Departamento de Educação e Ensino a Distância, Departamento de Ciências Sociais e Gestão e Departamento de Ciências e Tecnologia), tem vindo a discutir as temáticas da integridade e honestidade dos trabalhos académicos e a implementar uma série de ações por forma a reforçar a promoção da qualidade e da originalidade dos trabalhos académicos, assumindo-as como aspetos vitais do regime de ensino a distância da UAb.

Uma das iniciativas do GTPO foi a elaboração do documento “**Promoção da Originalidade nos Trabalhos Acadêmicos na Universidade Aberta**” (Novo et al, 2017) que é disponibilizado aos estudantes, no Módulo de Ambientação<sup>3</sup> e nos Espaços de Coordenação dos Estudantes<sup>4</sup> de todos os níveis de ensino. Os estudantes têm ainda conhecimento da existência do *software* de detecção de plágio, integrado na plataforma Moodle, e, através da sua utilização, a UAb assegura a integridade e veracidade dos trabalhos da sua comunidade académica.

Uma outra iniciativa teve lugar em junho de 2017, com a aplicação de um inquérito aos docentes da UAb, com o objetivo de conhecer as suas perceções quanto à gravidade que atribuíam às diferentes formas de plágio (Tabela 2), a frequência com que as identificavam nos trabalhos dos seus estudantes (ambas classificadas de 1 a 10, sendo 1 a menos grave/frequente e 10 a mais grave/frequente) e o modo como atuavam face à ocorrência de plágio.

**Tabela 2** – Lista dos dez tipos de plágio segundo Turnitin (2012)

- 1 ▶ Alterar palavras chave e frases mantendo, contudo, o essencial do conteúdo da fonte
- 2 ▶ Aproveitar uma porção de texto considerável de textos anteriores da própria autoria, sem os citar (autoplágio)
- 3 ▶ Citar adequadamente mantendo-se, contudo, demasiado próximo da redação e/ou da estrutura original
- 4 ▶ Combinar fontes adequadamente referenciadas com passagens copiadas sem citação
- 5 ▶ Incluir citações (ou fontes) inexistentes ou inexatas
- 6 ▶ Misturar material copiado de várias fontes não atribuindo a devida autoria
- 7 ▶ Parafrasear várias fontes de modo a que os textos encaixem
- 8 ▶ Referenciar corretamente, mas o trabalho não revela análise e reflexão própria
- 9 ▶ Submeter o trabalho de outrem, palavra por palavra, como se fosse do próprio
- 10 ▶ Utilizar porções significativas de texto de uma única fonte sem alterações

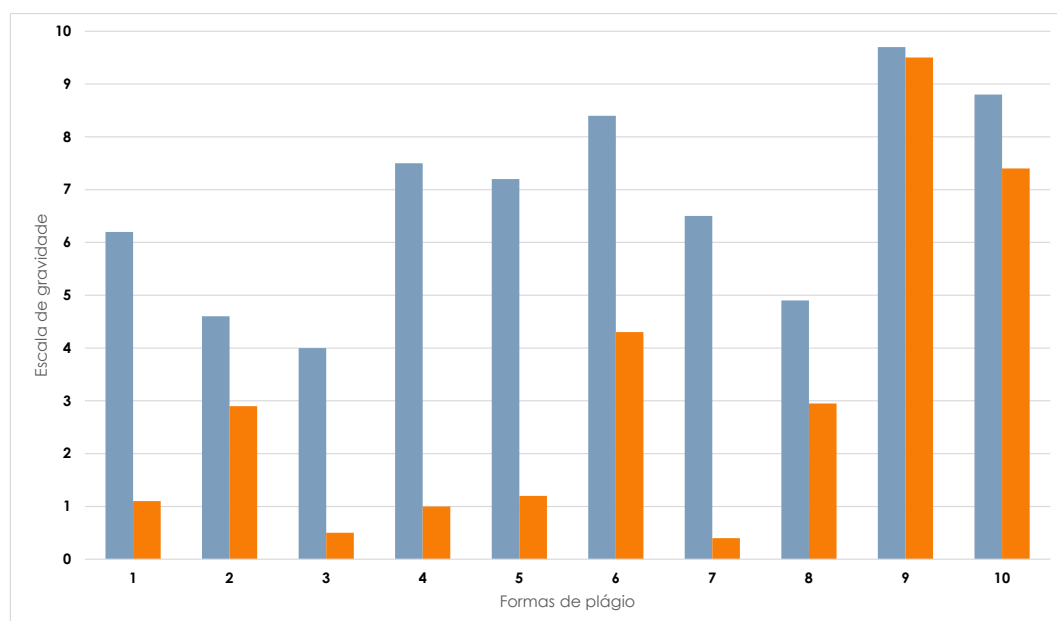
Dos 123 docentes que responderam ao inquérito, 41% (n=51) afirmou que nunca se haviam deparado com situações de plágio.

Relativamente à perceção da gravidade das formas de plágio, verificou-se que os 75 docentes que responderam a esta parte do questionário consideraram que as mais graves eram, por ordem decrescente de gravidade, as formas 9, 10 e 6 (Tabela 2 e Fig. 1). Ou seja, as mesmas três formas, e pela mesma ordem, identificadas pelo estudo da empresa Turnitin (2012) aplicado a 879 professores universitários e de ensino básico e secundário (Fig. 1).

<sup>3</sup> Ver Modelo Pedagógico Virtual da Universidade Aberta em <http://hdl.handle.net/10400.2/8041>

<sup>4</sup> Idem

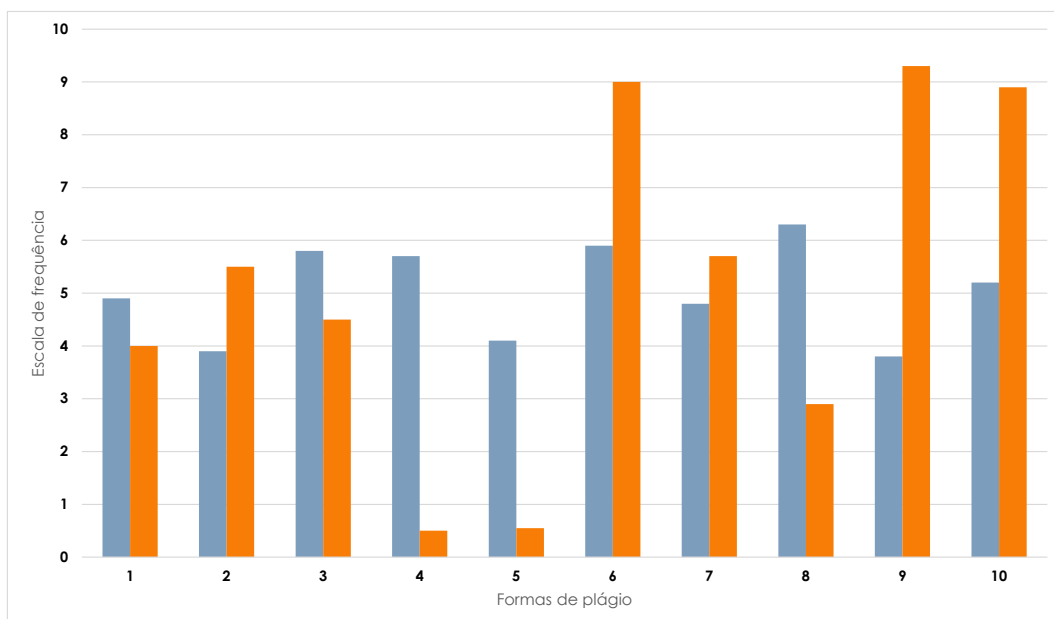
Verificou-se que os docentes da UAb são muito mais intolerantes ao plágio do que os docentes inquiridos pela Turnitin (2012), atribuindo a todas as formas de plágio um grau de gravidade superior ao atribuído nesse estudo (Fig. 1).



**Figura 1** – Gravidade das formas de plágio de acordo com os docentes da UAb (a azul) e segundo Turnitin (2012) (a laranja).

No que respeita à frequência de utilização pelos estudantes das diferentes formas de plágio, verificou-se que os 75 docentes que responderam a esta parte do questionário identificaram como as mais frequentes, por ordem decrescente de frequência, as formas 8, 6 e 3 (Fig. 2 e Tabela 2).

Comparando os resultados deste inquérito com os do questionário da empresa Turnitin (2012), verifica-se uma maior homogeneidade nas formas de plágio identificadas pelos docentes da UAb (as classificações médias atribuídas à frequência das formas de plágio variam entre 3,5 e 6,8) quando comparadas com o estudo da Turnitin (2017) (classificações médias entre 0,5 e 9,5) (Fig. 2) e, curiosamente, que a forma de plágio que o estudo da Turnitin (2017) refere como a mais frequente (forma 9) corresponde àquela que os docentes da UAb identificam com menor frequência nos trabalhos dos seus alunos (Fig. 2).



**Figura 2** – Frequência das formas de plágio de acordo com os docentes da UAb (a azul) e segundo Turnitin (2012) (a laranja).

Os resultados deste inquérito mostraram ainda que os docentes da UAb que identificam plágio nos trabalhos dos seus estudantes não condescendem com essa prática, embora atuem com diferentes graus de severidade. Assim, dos 71 docentes da UAb que responderam a esta parte do inquérito, 41% (n=29) dos docentes anula o trabalho, classificando-o com zero; 31% (n=22) anula o trabalho, mas solicita a entrega de novo trabalho; 25% (n=18) penaliza na avaliação. Apenas 3% (n=2) dos docentes informa e transfere a responsabilidade de agir para a coordenação do curso.

Em fevereiro de 2018, ainda no âmbito das competências do GTPO, foi realizado um **inquérito aos estudantes**, disponibilizado na página da UAb, com o objetivo de compreender a sua perceção relativamente às questões relacionadas com originalidade, citações, referência adequada das fontes online ou impressas e plágio académico e ainda permitir aos estudantes autoavaliarem o seu conhecimento sobre o tema do plágio. Este inquérito foi constituído pela tradução das 13 questões de um questionário criado pela empresa Turnitin (2017).

Responderam ao inquérito 94 estudantes de cursos do Departamento de Educação e Ensino a Distância e do Departamento de Humanidades, maioritariamente estudantes de licenciatura, do sexo feminino, com idade compreendida entre os 31 e os 50 anos.

A esmagadora maioria dos estudantes da UAb demonstra saber o que é plágio. Sabem que plagiar é sempre errado, pois equivale a roubo e fraude (96%, n=90),

mesmo que ninguém fique prejudicado (90%, n=85), que devem fornecer sempre a referência bibliográfica completa de uma citação (90%, n=85), e que não é aceitável copiar e colar para os seus trabalhos uma frase escrita por outrem, colocando-a apenas entre aspas (87%, n=82), ou não referenciar uma fonte (83%, n=78).

A grande maioria sabe ainda que deve fazer a referenciação correta quando utiliza informação de fontes de contributo público, por exemplo a Wikipedia (75%, n=70) e que, quando encontra dois trabalhos sobre a mesma investigação (trabalho A, original, e trabalho B que analisa A, referenciando-o corretamente), ao utilizar uma parte do trabalho B no seu texto deve citar ambos (75%, n=70).

Contudo, 64% (n=60) dos estudantes ainda desconhece que deve apresentar a citação correta quando utiliza partes de trabalhos escritos pelo próprio, 54% (n=51) não distingue citação de paráfrase, 56% (n=53) tem dificuldade em identificar os objetivos da referenciação e 65% (n=61) não reconhece o conceito de trabalho colaborativo não ético.

Uma outra iniciativa do GTPO foi a organização de um **Colóquio Ibérico, "Plágio no Ensino Superior"**, aberto a toda a comunidade universitária e que teve lugar no Palácio Ceia, sede da Universidade Aberta, no dia 2 de março de 2018. Na primeira parte deste Colóquio contámos com a presença de docentes de universidades portuguesas e espanholas que apresentaram os resultados mais recentes das suas investigações. A segunda parte foi preenchida com dois workshops sobre o software anti plágio "Turnitin: Feedback studio".

A Direção dos Serviços de Documentação da UAb organiza regularmente ações de formação (<http://portal.uab.pt/dsd/programa-formacao/>), que pretendem fomentar o desenvolvimento de competências para uma correta utilização das fontes de informação. Estas formações destinam-se à comunidade académica e são realizadas em regime presencial e virtual. Podemos destacar a formação "Citar e referenciar: o uso ético da informação", que teve já várias edições e que pretende justamente desenvolver competências necessárias à elaboração de trabalhos académicos.

O Regulamento Disciplinar dos Estudantes da UAb, disponibilizado à comunidade educativa no portal institucional, prevê e objetiva as situações de plágio, assim como enuncia as respetivas sanções disciplinares (**Regulamento Disciplinar dos Estudantes da UAb**).

De uma maneira geral, e tendo em conta os exemplos referidos acima, as instituições de ensino superior, tanto a distância como presenciais, têm vindo a implementar

medidas e a desenvolver ações visando a promoção da integridade dos trabalhos académicos.

## ORGANIZAÇÃO DO E-BOOK

O projeto de e-book, cujo resultado aqui se apresenta, foi sendo amadurecido na sequência das iniciativas do GTPO, atrás mencionadas. Foi lançada uma chamada de contributos a nível internacional à qual responderam autores de diversas nacionalidades. Temos, assim, o grato prazer de reunirmos textos vindos do Brasil, de Espanha e de Portugal.

No Capítulo 1, “O plágio como questão pública”, Carlos Lopes apresenta uma análise do conteúdo de livros didáticos impressos, utilizados na educação básica brasileira, sobre o tema do plágio. De acordo com este autor, o plágio deve ser tratado como questão pública e não privada de um indivíduo ou instituição.

No Capítulo 2, Germán Ruipérez e José-Carlos García-Cabrero apresentam o texto “Retos y dificultades para combatir el plagio académico” onde expõem os desafios e as dificuldades para combater práticas desonestas e revelam algumas iniciativas na luta contra o plágio académico.

O Capítulo 3, da responsabilidade de Sónia Gonçalves, Joaquim Fernando Gonçalves e Rosária Ramos, com o título “Investigação sobre Fraude Académica em Portugal – Revisão de literatura”, apresenta o estado da arte sobre o tema da fraude académica em Portugal, procurando contribuir para o desenvolvimento de abordagens que visem fomentar a informação sobre o plágio.

No Capítulo 4, as autoras Andreia Fernandes Silva e Katiane Coelho apresentam o texto intitulado “Integridade académica e plágio. Como levar à mudança dentro e fora da sala de aula?”. As autoras exploram o papel preponderante dos professores em orientar e sensibilizar os alunos para as boas práticas. A reflexão sobre a problemática da integridade académica visa um código de conduta e definição de ações concretas de sensibilização para docentes e alunos.

O Capítulo 5, e último deste recurso, da autoria de Madalena Ramos e César Morais, com o título “A prevenção do plágio no ensino superior. Ilações a partir de uma prática pedagógica” apresenta projetos de investigação realizados em Portugal e a implementação de uma prática pedagógica destinada à prevenção do plágio e à promoção da honestidade académica. Os autores salientam primeiro os pressupostos e fontes de inspiração que lhe subjazem e depois refletem sobre os seus efeitos e prolongamentos possíveis.

Os nossos sinceros agradecimentos aos autores destes artigos pelo seu valioso contributo, sendo nosso desejo que a leitura destes textos seja encarada como uma oportunidade de reflexão sobre o tema complexo do plágio, não só visando contrariar e combater este crime, mas, e sobretudo, ensaiando compreender o fenómeno nas suas múltiplas facetas, jurídicas, éticas e sociais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Belis, S., Ravents, C.L. & Guarda, T. (2020). Plagiarism detection in the classroom: honesty and trust through the Urkund and Turnitin software. In International Conference on Information Technology and Systems (pp. 660-668). Springer, Cham.

CDADC, Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos. Decreto-Lei n.º 63/85. Diário da República n.º 61/1985, Série I de 1985-03-14. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34475475/view>

Heyman, F. A., Olofsson, M., Hansson, H., Moberg, J., & Olsson, U. (2012). Can we rely on text originality check systems?. Newcastle: iParadigms Europe Ltd. Disponível em [https://pdfs.semanticscholar.org/315d/22b60f02d552d6b9cbebdbf043c34a2478d6.pdf?\\_ga=2.127245133.1152023269.1502716693-1457321882.1502716693](https://pdfs.semanticscholar.org/315d/22b60f02d552d6b9cbebdbf043c34a2478d6.pdf?_ga=2.127245133.1152023269.1502716693-1457321882.1502716693)

Kaniski, M. (2016). Language based plagiarism detection. In Central European Conference on Information and Intelligent Systems (p. 207). Faculty of Organization and Informatics Varazdin. Disponível em [https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewiird\\_cuYHWAhWJ1xoKHRCTAO4QFggwMAA&url=http%3A%2F%2Farchive.ceciis.foi.hr%2Fapp%2Fpublic%2Fconferences%2F1%2Fceciis2016%2Fpapers%2FIIS-2.pdf&usq=AFQjCNFXfcSOptGwHyIXjytf2jtHbpaNmw](https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewiird_cuYHWAhWJ1xoKHRCTAO4QFggwMAA&url=http%3A%2F%2Farchive.ceciis.foi.hr%2Fapp%2Fpublic%2Fconferences%2F1%2Fceciis2016%2Fpapers%2FIIS-2.pdf&usq=AFQjCNFXfcSOptGwHyIXjytf2jtHbpaNmw)

Lievertz, M. (2019). Artificial Intelligence in Education. Frank Groom & Stephen Jones (Eds.) *Artificial Intelligence and Machine Learning for Business for Non-Engineers*, 125-137.

Mann, J. (2016). Using Turnitin to improve academic writing: an action research inquiry. *Research in Teacher Education*, 6(2), 16-22.

Mphahlele, A., & McKenna, S. (2019). The use of turnitin in the higher education sector: Decoding the myth. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 44(7), 1079-1089.

Naik, R. R., Landge, M. B., & Mahender, C. N. (2015). A Review on Plagiarism Detection Tools. *International Journal of Computer Applications*, 125(11).

Novo, A.; Nobre, A.; Simão, J., Pereira, P. (2017). Promoção da originalidade nos trabalhos académicos na Universidade Aberta. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/6686>

Prentice, F. M., & Kinden, C. E. (2018). Paraphrasing tools, language translation tools and plagiarism: an exploratory study. *International Journal for Educational Integrity*, 14(1), 11.

Turnitin (2012). *The Plagiarism Spectrum: Instructor insights into the 10 types of plagiarism*. Turnitin White Paper. Disponível em: <https://go.turnitin.com/paper/plagiarism-spectrum>. Acedido a 04/05/2017.

Turnitin (2017). *Aiming for Integrity: An Analysis of How Well Students Understand Plagiarism*. Turnitin White Paper. Disponível em <https://www.turnitin.com/papers/aiming-for-integrity-paper>. Acedido a 15/12/2017.

Weber-Wulff, D., Möller, C., Touras, J., & Zincke, E. (2013). Plagiarism detection software test 2013. *Abgerufen am*, 12, 2014.

Zimmerman, T. A. (2018). Twenty Years of Turnitin: In an Age of Big Data, Even Bigger Questions Remain. In *Intellectual Property Standing Group of the Conference on College Composition and Communication*. "The 2017 Intellectual Property Annual". Pp.14-22.

# O PLÁGIO COMO QUESTÃO PÚBLICA

**Carlos Lopes**

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

## RESUMO

O presente texto, ao partir da análise do conteúdo de livros didáticos impressos, utilizados na educação básica brasileira, sobre o tema do plágio e da pesquisa na internet, defende que as ações preventivas e educativas devam ser ampliadas para além da educação superior. O conceito de plágio se apresenta, predominantemente, especificado para o autor de comunicação científica na educação superior, sendo necessário qualificar o uso do conceito junto às crianças na formação escolar em conteúdo de livros e materiais didáticos. Os temas do plágio e da pesquisa na internet, quando tratados em livros didáticos, representam certa improvisação organizada no conteúdo de atividades didáticas. Em qualquer tipologia de classificação em relação à concepção e produção de livros didáticos no mundo, face à pesquisa na internet e a um indicador emergente que é a questão do uso da inteligência artificial para a reescrita de textos, o plágio deve ser tratado como questão pública e não privada de um indivíduo ou instituição.

**Palavras-chave:** Plágio. Pesquisa na internet. Livros didáticos. Educação básica.

## INTRODUÇÃO

De forma geral, a literatura tem dado maior ênfase ao tema do plágio na educação superior do que na educação básica<sup>1</sup>. Até o fim do ensino médio – fase que antecede o ingresso na educação superior –, ao estudante pouco é dito ou orientado sobre o plágio, sendo que na educação superior é que as regras da comunicação científica são mais anunciadas e estabelecidas (Castro & Lopes, 2019). Acredito que uma das razões para ênfase dos temas do plágio e da integridade acadêmica ocorrer na educação superior (graduação e pós-graduação) se relacione às suas finalidades: o desenvolvimento do espírito científico, à pesquisa, à geração de conhecimentos culturais, científicos, técnicos e à comunicação das descobertas por meio de várias formas de comunicação (artigos, livros, dissertações e teses), entre

---

<sup>1</sup> O nível da educação básica no sistema educacional brasileiro tem as seguintes etapas: educação infantil, compreende a oferta em creches para crianças de 0 a 03 anos de idade e pré-escola, de 04 a 05 anos; o ensino fundamental é ofertado para a idade entre 06 e 14 anos, sendo subdividido em anos iniciais, do 1.º ao 5.º ano e anos finais, do 6.º ao 9.º ano (duração de 09 anos); o ensino médio é ofertado na previsão de idade entre 15 e 17 anos (duração de 03 anos) (Lei n.º 9.394, 1996). A educação superior é outro nível educacional que geralmente se inicia aos 18 anos.

outros aspectos. Na educação superior, o tema do plágio vem associado ao da importância da integridade acadêmica na prática científica. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do governo brasileiro criada em 1951, tem como principal atribuição fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros<sup>2</sup>. No CNPq o tema do plágio tem resultado em iniciativas institucionais. Provocado a manifestar-se sobre a denúncia de fraude em publicações apoiadas pelo CNPq e diante de uma lacuna de normas institucionais e instrumentos apropriados para o tratamento dessas ocorrências, a agência criou, por meio da Portaria PO085, de maio de 2011, uma Comissão Especial<sup>3</sup> que propôs recomendações e diretrizes sobre o tema da Ética e Integridade na Prática Científica, recomendando duas linhas de ação referentes ao tema: 1) ações preventivas e educativas e 2) ações de desestímulo a más condutas, inclusive de natureza punitiva (Oliva, 2011).

Defendo no presente texto que as ações preventivas e educativas devem ser ampliadas para além da educação superior. É imprescindível que o tema do plágio seja estrategicamente contemplado em diferentes etapas da escolarização desde os processos de ludicidade, desenvolvidas na educação infantil, não necessariamente com a introdução cognitiva do termo “plágio”, mas acentuando, por exemplo, a incorporação e a construção do sentido de ser autor que pode objetivar-se em formas de linguagem e expressão múltiplas das crianças e jovens no processo de socialização. Dessa forma se constrói a base para se chegar e situar os temas do plágio e da integridade acadêmica na educação superior, partindo da construção da ideia e prática de autor e autoria desde a educação infantil<sup>4</sup>, reconhecendo nesse processo as diferentes dificuldades na escrita criativa e autoral dos sujeitos. Sobre o tema da integridade acadêmica, é importante frisar que ele é mais amplo do que o do plágio, pois no primeiro se insere a questão da falsificação dos dados de pesquisas, entre outros aspectos. Nesse texto me detenho ao tema do plágio em conexão com o conteúdo do livro de texto impresso e a internet nas etapas iniciais da escolarização das crianças.

Castells (1999), ao destacar as várias transformações no cenário social da vida humana, chama a atenção para o sistema de comunicação que “fala” cada vez mais uma língua universal digital e que propicia a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens da nossa cultura, personalizando-as aos moldes de cada indivíduo. Salienta o autor: “As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação

<sup>2</sup> Cf. CNPq: [http://cnpq.br/apresentacao\\_institucional/](http://cnpq.br/apresentacao_institucional/)

<sup>3</sup> Cf. Oliva (2011).

<sup>4</sup> Os temas “autor” e “autoria” também são importantes na discussão sobre o plágio, mas nesse texto nos concentraremos nos tópicos sobre o livro impresso e as tecnologias da informação e comunicação, com destaque para a internet.

moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela" (Castells, 1999, p. 22). O avanço das tecnologias da informação e comunicação e, em particular, da inteligência artificial, tem incidido no processo da escrita e da autoria, quando da utilização da internet.

Pesquisas internacionais, citadas por Castro (2017), Rodrigues & Lopes (2019), a exemplo de Ukpebor (2013), Callender et al. (2010); Yanga, Shaw, Garduno & Olson, (2014), Einesmann (2015); Olson & Shaw (2011); Chang et al. (2015); Olson & Shaw (2011); Tyler (2015); Ma, Lu, Turner & Wan (2007) e nacionais Bonette & Vosgerau (2010); Bernardes & Fernandes (2002); Sauthier et al. (2011) & Rocha (2013), indicam o crescente problema do plágio e da cópia, vinculados aos avanços tecnológicos, os quais os comunicólogos e os tecnólogos chamam de ciberplágio. Embora muitas vezes o tema do plágio e da integridade acadêmica venha associado ao avanço das tecnologias da informação e comunicação, não se deve esquecer que o livro impresso – especificamente aquele não disponível na rede mundial de computadores –, também se constitui em fonte fértil à prática do plágio e da cópia (Rodrigues & Lopes, 2019).

Choppin (2008) afirma que os livros de texto podem ser reproduzidos em grande escala e, difundidos em todo um país, estabelecem por escrito o conteúdo educativo, garantindo, frente à palavra do professor, certa ortodoxia. Afirma ainda Choppin (2008) que os livros constituem poderosa ferramenta de unificação nacional – e até uniformização –, linguística, cultural e ideológica.

Na maioria dos países do mundo, a regulamentação que se aplica aos livros de escola diverge da que se usa para outras publicações. Geralmente, ela é mais restrita, incidindo sobre a elaboração, concepção, fabricação, autorização; ou em seu uso (modo de difusão e financiamento, procedimento de seleção e utilização) (Choppin, 2008, p.13).

Choppin (2008) apresenta certa classificação ou tipologias em relação à concepção e produção de livros de textos em várias partes do mundo, a saber: as edições de Estado; autorização prévia do Estado à iniciativa privada para a concepção, elaboração e introdução nas escolas; e, em menor quantidade, livros concebidos pelos editores privados e livremente escolhidos pelos docentes, não significando que o poder público tenha abdicado de tal controle; e sistemas híbridos. O autor destaca o caso brasileiro:

O caso do Brasil – ainda que se possam citar outros – é algo revelador. A regulamentação é, de fato, muito liberal: a produção de livros de texto é

totalmente privada e nenhuma autorização é necessária para introduzir a obra nas classes; a seleção dos manuais só é incumbida aos professores (Choppin, 2008, p. 18).

Face ao exposto por Choppin (2008), é necessário situar a política pública do livro didático no Brasil. A distribuição de livros didáticos, financiados com recursos públicos, para escolas públicas brasileiras se dá pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. O PNLD tem por objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais, para apoio às práticas educativas em escolas públicas da educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital de ensino e, também, para as instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que têm convênio com o poder público (Ministério da Educação, 2019). O PNLD contempla, além de obras didáticas e literárias, Guia de Tecnologias e se articula à Base Nacional Comum Curricular – BNCC da educação brasileira. Entre os temas contemporâneos, incluídos na BNCC, nem sempre abordados em sala de aula, estão as tecnologias e o pensamento computacional (Lima, 2018). São apontadas como inovações nas obras didáticas, a introdução do material digital e dos recursos educacionais abertos (Lima, 2018).

Diante do apresentado até agora, faz-se a seguinte questão: os livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático brasileiro tratam do tema do plágio? Se afirmativo, que relações são estabelecidas entre os temas do plágio e a pesquisa na internet concomitantemente ou não, e o lugar desses elementos no contexto orientação sobre a produção escrita? Se negativo, que hipóteses podem ser levantadas para a ausência do tema do plágio nos livros didáticos?

Expostas essas referências iniciais, o presente texto tem por objetivo apresentar o tema do plágio e da pesquisa na internet, inicialmente em textos de um livro didático de Português, sendo ampliada a pesquisa para a análise de conteúdo de uma coleção de 16 livros das disciplinas de Português, Ciências, Geografia e Matemática, patrocinados pelo PNLD, da 6.<sup>a</sup> à 9.<sup>a</sup> série do ensino fundamental brasileiro, discutindo, ampliando e levantando hipóteses em relação aos achados da investigação em uma abordagem relacional.

O objeto desse texto trata de uma questão que não é privada, mas questão pública (Mills, 1975) por seu potencial de alcance na política do PNLD; no papel das instituições educacionais e no trabalho docente nos processos de formação de crianças, jovens e adultos e outras dimensões da vida social. Quando digo ainda que não se trata de “questão privada” é no sentido de o tema do plágio

não ser concebido como algo restrito às preocupações de um indivíduo ou de uma instituição. É público porque tem dimensão estrutural, incluindo aí as questões ética e moral que perpassam a apropriação e uso dos conteúdos da vida e fenômenos sociais de estudo e pesquisa que se situam em contextos sócio-históricos específicos. É sobre um aspecto estrutural – conteúdos de livros –, emergente de observação pessoal em escala micro e delimitado e ampliado para o conteúdo de coleções de livros didáticos, que discuto o tema do plágio e da pesquisa na internet. Todavia, tal opção na linha de pensamento empírico-analítico não elimina que no texto se apresente, por dedução, aspectos sobre a compreensão das transformações societárias e o sentido da ação e de práticas dos sujeitos, sendo eles docentes, estudantes ou autores de livros em relação ao plágio e à pesquisa na internet.

O artigo está organizado da seguinte forma. Na próxima seção apresento uma definição de plágio e problematizações abrangentes sobre as suas causas. Na seção seguinte situo o processo de construção do objeto de pesquisa ao apresentar o tema do plágio em um livro de Português. Em continuidade, há seção específica que trata de pesquisa exploratória em coleção de livros de Português, Ciências, Geografia e Matemática e levanto algumas hipóteses. Finalmente, apresento a conclusão.

## QUE É O PLÁGIO?

O que é o plágio?

O plágio é uma apropriação indevida de criação literária, que viola o direito de reconhecimento do autor e a expectativa de ineditismo do leitor. Como regra, o plágio é uma infração ética que desrespeita a norma de atribuição de autoria na comunicação científica (Green, 2002; Posner, 2007 apud Diniz & Munhoz, 2011).

O tema do plágio tem também a associação com a discussão sobre a escrita e a autoria. Discutir o tema da escrita e da autoria deve ter como base que essa atividade desenvolvida na escola está atravessada por determinações socioculturais, históricas, econômicas e políticas, estando suas raízes há muitos séculos e ainda com efeitos ativos (Rodrigues, 2011). Vale esclarecer que não pretendo discutir no presente trabalho esse conjunto de determinações, ampliando ainda mais a discussão com colocações e aprofundamentos sobre o tema da escrita e da leitura. Evidentemente que esses aspectos têm relação com a questão do plágio, mas o foco deste texto – desde a gênese da questão vivenciada no espaço doméstico – é o tema do plágio e da pesquisa na internet a partir das orientações contidas em

livros didáticos impressos, no horizonte da construção do autor e da autoria.

[...] **o autor** é sempre aquele que, de alguma maneira, está *autorizado a dizer*. Mas, por outro lado e simultaneamente, para ser autor é preciso que o sujeito *autorize-se a dizer*, permita-se trazer à tona, à superfície do papel (ou da tela do computador) aquilo que lhe diz respeito, mas também o que diz respeito aos outros a quem se dirige. Também ele **precisa autorizar o seu texto a circular publicamente**. Esta também é uma decisão. Embora todo texto possa furtar-se, por contingências diversas, ao controle e poder de seu autor (Rodrigues, 2011, p. 21, grifo no original).

Diniz & Terra (2014) dão acento ao tema do plágio no campo da educação superior, destacando o tópico da comunicação científica e dizem:

Tanto a Capes<sup>5</sup> quanto a OAB<sup>6</sup> atribuem ao amplo acesso a informações na internet a facilidade do comércio de trabalhos prontos, mas também do plágio entre alunos de ensino médio e superior, cuja capacidade crítica não estaria sendo devidamente estimulada.

Diniz & Munhoz (2011) levantam algumas problematizações abrangentes sobre as razões para o plágio a partir de referências em vários autores que tratam do tema: angústia da influência (a própria voz na escrita)? Ausência de um estilo próprio? Formação educacional: incentivo à cópia? Covardia criativa? Preguiça intelectual? Criptomnésia como deslocamento do tratamento do tema do ponto de vista moral para o da saúde mental? Ora, se tais aspectos e problematizações por sua abrangência são desafios no âmbito da educação superior – campo em tese de maior autonomia dos estudantes –, como vemos e podemos tratar tal questão na escolarização das crianças, principalmente, quando do enfoque da pesquisa ao utilizar tecnologias como a internet para a produção de textos?

Demo (2007) afirma com procedência o reconhecimento da condição de meio das tecnologias dada à sua propriedade instrumental, sendo elas ferramentas e não a razão de ser das pessoas.

Somos, pois, tecnologia da natureza, de tal sorte que a condição tecnológica não pode nos ser estranha, como se a pressão tecnológica fosse violência exclusivamente externa. As tecnologias podem fazer pressão violenta externa (...), mas em si, são parte de nosso ser natural (Simondon & Hart; 2001; Manovich, 2001 apud Demo, 2007, p. 6).

<sup>5</sup> A Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior é uma Fundação ligada ao Ministério da Educação brasileiro.

<sup>6</sup> OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

Destaca ainda Demo (2007, p. 7): “a facilidade com que as crianças assumem as tecnologias digitais, como se fossem partes dos seus corpos e mentes”. Tema recorrente no contexto da aprendizagem é o desafio de tornar-se autor, sendo necessário se levar em conta a discussão posta pela autoria mediada pela internet e outros meios tecnológicos (Demo, 2007). O processo educativo tem, entre outros objetivos, o de aprimorar a autoria, afinal a conquista da autonomia não é plena, porque, sendo seres ainda incompletos por natureza e tendo de viver com os outros, a autonomia do indivíduo precisa compor-se com a dos outros (Demo, 2007, p. 8). Na relação entre o livro e a tela de computador, diz ainda o autor: “O livro cede terreno para a tela, ocorrendo, então, uma diluição notável do controle dos textos e da ordem textual. Já se pode dizer que, na tela, os textos são apenas ilustração, sendo as imagens os pontos nodais de referência” (Demo, 2007, p. 9)

### O TEMA DO PLÁGIO E DA PESQUISA NA INTERNET EM LIVRO DE PORTUGUÊS

Nas experiências pessoais, atividades profissionais, projetos de estudo e pesquisa, encontram-se inúmeros temas e questões de investigação que não nos permitem separar o trabalho intelectual das nossas vidas (Mills, 1975). Mills (1975), ao tratar da temática do trabalho do artesão intelectual, no que se refere à organização e união das informações advindas da experiência pessoal e às atividades profissionais, afirma: “[...] como artesão intelectual, tentará juntar o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa. Não terá medo de usar sua experiência e relacioná-la diretamente com os vários trabalhos em desenvolvimento” (Mills, 1975, p. 212). Aquilo que experimentamos em vários e específicos ambientes de pequena escala é, com frequência, causado pelas modificações estruturais, sendo necessário olhar além deles; e o número e a variedade dessas modificações estruturais aumentam à medida que as instituições dentro das quais vivemos se tornam mais gerais e complicadamente ligadas entre si (Mills, 1975). Dessa ideia de Mills (1975), conectando o micro ao macro, demarcada na presente discussão em relação ao tema do plágio e da pesquisa na internet e sua relação com os livros didáticos, derivam alguns aspectos estruturais que se ligam de forma complexa ao tema exposto e que, ainda pela imaginação sociológica (Mills, 1975), podem ser explorados e se relacionar a outras noções de estrutura<sup>7</sup> para além do conteúdo em livros didáticos.

Mills (1975) diz no livro “A Imaginação Sociológica” de como hoje em dia – o livro foi editado em 1975 –, os homens sentem suas vidas privadas como uma série de armadilhas e que:

---

<sup>7</sup> A moral pode ser trabalhada tematicamente numa certa noção de estrutura. Por exemplo, em um tema sobre a moral do plagiador.

dentro dos mundos cotidianos, não podem superar suas preocupações, e quase sempre têm razão nesse sentimento: tudo aquilo que de que os homens comuns têm consciência direta e tudo o que tentam fazer está limitado pelas órbitas privadas em que vivem. Sua visão, sua capacidade, estão limitadas pelo cenário próximo: o emprego, a família, os vizinhos; em outros ambientes, movimentam-se como estranhos, e permanecem espectadores. E quanto mais consciência têm, mesmo vagamente, das ambições e ameaças que transcendem seus cenários imediatos, mais encurralados parecem sentir-se” (Mills, 1975, p. 9).

Destaca ainda Mills (1975) que subjacente a essa sensação de estar encurralado estão mudanças aparentemente impessoais na estrutura das sociedades. Depreende-se dessa afirmação que nessas mudanças, aparentemente impessoais na estrutura societária, há aquelas que se desenvolvem no âmbito educativo escolar e não escolar face aos processos sociais de uso das tecnologias da informação e comunicação por bebês, crianças, jovens e adultos.

O trânsito do registro pessoal no espaço doméstico<sup>8</sup>, como subsequente levantamento preliminar em um livro como fonte de pesquisa e a sua sistematização em pesquisa ampliada (coleção de livros), permitiu o distanciamento e a reflexão sobre o objeto, tendo conexão com as ideias de Bourdieu (2011). Este autor afirma que o sociólogo que toma como objeto o seu próprio mundo, não deve domesticar o exótico, mas “se me permitem a expressão, exotizar o doméstico por meio de uma ruptura da relação primeira de intimidade com os modos de vida e de pensamento que lhe permanecem estranho porque muito familiares” (Bourdieu, 2011, p. 287). Velho (1980) diz que estranhar o familiar torna-se possível quando confrontamos, intelectualmente e emocionalmente, diferentes versões e interpretações sobre fatos e situações. Essa ligação entre o sociólogo, como artesão e o intelectual independente, realizada pela imaginação sociológica, transforma problemas privados em questões públicas (Burawoy, 2010).

No espaço doméstico, a situação disparadora da pesquisa em coleção de livros didáticos do PNB, partiu da curiosidade com o trabalho escolar de estudante do 4.º ano do ensino fundamental, precedido da informação dela sobre uma aula no laboratório de informática.

Na aula de laboratório a professora de informática disse que quando copiar o texto tem que colocar a fonte no final. A professora da sala também falou

---

<sup>8</sup> O espaço doméstico foi citado porque o tema do plágio e da pesquisa na internet foi induzido por registro particular ocorrido no ambiente familiar, envolvendo a filha do autor desse texto. A pesquisa de Castro (2017) e os artigos de Rodrigues & Lopes (2019), Castro & Lopes (2019) se desenvolveram em função dessa indução inicial, estranhando o familiar.

pra colocar a fonte (...). Não sei o que é plágio (Menina, 9 anos, 4.º ano do ensino fundamental)<sup>9</sup>

O trabalho escolar ("dever de casa") estava contido em livro de Português. Em unidade didática do livro, na parte que tratava de uma chamada sob o título "Texto puxa texto", se dizia:

A internet é uma rede de computadores do mundo inteiro, ligados entre si. Você pode participar dessa rede e utilizá-la para fazer pesquisas (...) divulgar texto e até mesmo criar um jornal. Mas há também um lado ruim de estar conectado à internet (Cereja & Magalhães, 2010, p. 24).

Em seguida, havia um texto que apresentava os cuidados que os usuários da internet deviam ter ao usar a rede. Entre esses cuidados havia o alerta de que as pessoas não estavam sós na internet e podiam ser lidas e copiadas e que alguém nessa "multidão conectada" poderia prejudicar outras pessoas. O texto também trazia o lado bom da internet ao tratar da possibilidade de as pessoas visitarem "sites" criados em países diversos e aprender sobre vários assuntos e culminava com a chamada para o estudante "ficar de olho na netiqueta – o conjunto de regras da convivência na internet"<sup>10</sup>. Entre as dicas da netiqueta estavam a de não colocar informações pessoais na internet e não conversar com estranhos<sup>11</sup>.

Em função do texto exposto, algumas das perguntas das atividades dirigidas aos estudantes tinha o conteúdo voltado tanto para o desenvolvimento do aspecto tanto afetivo quanto atitudinal, senso de responsabilidade e valores humanos. O seguinte trecho de uma questão caracteriza bem o aspecto afetivo evocado na pergunta: "Que cuidados devemos ter para impedir que certas pessoas ou grupos de pessoas nos prejudiquem por meio da Internet"?

Mais adiante, outra questão na mesma linha atitudinal:

Quem faz uso inadequado da Internet pode ser descoberto e punido, e transgressões graves podem virar caso de polícia. Na sua opinião, quando uma pessoa prejudica outra virtualmente, que punição ela deve receber? Pedir desculpas ou levar uma bronca é suficiente? Por quê? (Cereja & Magalhães, 2010, p. 24).

<sup>9</sup> Registro de conversa informal.

<sup>10</sup> Essa parte do livro de Cereja & Magalhães (2010) apresenta o texto "Lições para uma aventura segura" de autoria de Bruno Lima.

<sup>11</sup> As regras da "netiqueta" foram extraídas do encarte Folhinha, do Jornal Folha de São Paulo (20/05/2006).

Em outro conteúdo da seção “Texto puxa texto”, que trazia o título “Pesquisa na Internet”, o conteúdo se iniciava assim: “Imagine uma biblioteca gigantesca e muito bagunçada. Você sabe que um livro está ali. O problema é que ele está escondido no meio de muitos outros e você leva horas para achá-lo. Assim é a Internet: tem de tudo, mas você precisa saber como encontrar” (Cereja & Magalhães, 2010, p. 51). Na sequência do texto de Cereja & Magalhães (2010)<sup>12</sup> havia orientação em torno dos “truques” para tornar a pesquisa na internet mais fácil, a saber: fazer uso de palavras-chave; prestar atenção nas formas de busca; cuidar com o conteúdo dos “sites” já que nem tudo que está na rede é verdade; procurar páginas confiáveis como as entidades ligadas ao governo, universidades, institutos de pesquisa, editores; desconfiar e pesquisar o assunto em pelo menos dois “sites” e conferir em um terceiro, quando as informações não “baterem”. No final, os autores apresentavam a seguinte ideia:

Se estiver fazendo um trabalho para a escola, **nada de entregar o texto igualzinho ao da Internet**. Você não vai estar aprendendo e ainda corre o risco de o professor perceber. Chato, não é? Então faça um **texto caprichado com suas próprias palavras e copie apenas mapas, fotos e tabelas (grifo nosso)**.

Algumas das questões que foram formuladas para os estudantes responderem foram as seguintes:

Imagine que você fará uma pesquisa na Internet para produzir um trabalho escolar.

- a. Como essa pesquisa deve chegar ao professor? Por quê?
- b. O que pode ser copiado?

Embora o comando inicial da questão orientasse para o aspecto da imaginação, o conteúdo delas levava o estudante à cópia de trechos do conteúdo do “Texto puxa texto”. Portanto, a pergunta feita aos estudantes induzia à cópia de um conteúdo que estava no próprio livro estudado e não na internet.

O pressuposto presente tanto no texto dos autores sobre a pesquisa na internet quanto nas atividades propostas é o reconhecimento de mudanças no mundo social, incluindo aquelas no âmbito da educação, face o uso das tecnologias da informação e comunicação. Dessa forma, se tem como fato natural e espontâneo o uso que os estudantes fazem da internet para levantamentos de informação e

---

<sup>12</sup> Cereja & Magalhaes (2010) citam que o conteúdo do texto teve a consultoria do educador João Ribeiro, citando a referência complementar: *Recreio*, n.10.

pesquisa, derivando daí preocupações de docentes, autores de livros e materiais didáticos, sobre a consulta às fontes “confiáveis”, à construção textual e o devido reconhecimento autoral, entre outras questões pertinentes.

### UM LIVRO “PUXANDO” OUTROS LIVROS

A pesquisa exploratória, inicialmente realizada em um livro de Português, foi ampliada para coleção de livros de outros campos disciplinares: Ciências, Geografia e Matemática<sup>13</sup>. Essa pesquisa, assumida por Castro (2017), explorou os livros didáticos do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental, com o apoio do PNLD, utilizados no triênio 2014/2016, pelas escolas públicas do Distrito Federal<sup>14</sup>.

Em nenhum dos livros analisados, quando os autores indicaram a realização de pesquisa na internet, houve menção aos cuidados que devem ser tomados pelos estudantes em levantamentos ou pesquisas na rede mundial de computadores. A recomendação de cuidados é restrita ao zelo com o livro – por ser reaproveitável – e às consultas a portais seguros, que são criteriosamente indicados em todas as coleções de livros (Castro, 2017).

A seguir há a apresentação dos indicadores da análise de conteúdo (Bardin, 2011) em 16 livros didáticos analisados (Tab. 1).

A análise do conteúdo temático-categorial evidencia que a temática do plágio não está integrada ao conteúdo dos livros. Depreende-se dessa lacuna que: a) o professor em sala de aula fica com a responsabilidade pelas orientações sobre os riscos do estudante em copiar e colar da internet e de plagiar; b) a temática plágio não está integrada às diretrizes de livros e autores que trabalham segundo as orientações do PNLD (Castro, 2017; Castro & Lopes, 2019). Além do mais, os autores<sup>15</sup> de livros didáticos no Brasil reconhecem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como importantes e necessárias no processo de ensino-aprendizagem, mas admitem que Objetos Digitais (OD) e Objetos Digitais Educacionais (ODE), recursos utilizados nos livros, são insuficientes e pouco acessados por estudantes e professores, em comparação com a pesquisa na internet (Castro, 2017; Castro & Lopes, 2019).

---

<sup>13</sup> Nessa seção, há trechos e conteúdo de dois trabalhos complementares de pesquisa. Recomendo a consulta à pesquisa de Castro (2017) já que esse trabalho é mais amplo que os artigos de Rodrigues & Lopes (2019). Esse último foi elaborado como recorte específico e revisado para fins de publicação em formato de artigo, utilizando dados da pesquisa de Castro (2017). Tanto a concepção quanto os aspectos metodológicos e de aspectos da interpretação da investigação de Castro (2017) tiveram a efetiva contribuição do autor desse texto.

<sup>14</sup> O Distrito Federal (DF) é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Brasília é a capital do DF e sede do governo federal.

<sup>15</sup> Castro (2017) entrevistou cinco autores de livros didáticos no Brasil, não necessariamente os autores das coleções analisadas. Curioso o dado metodológico da pesquisa para alcançar os autores e realizar as entrevistas.

**Tabela 1** – Somatório da frequência de indicações de pesquisas em 16 livros didáticos do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	FREQUÊNCIA EM 4 LIVROS (1)			
			PORTUGUÊS	GEOGRAFIA	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA
Pesquisa	Internet	Acessar; saber mais; fique por dentro; Endereços da Internet; complementar estudos acessando	31	42	39	45
	Livros, jornais e revistas	Ler; Fique por dentro: livros; indicamos leituras complementares	92	84	75	92
	Áudios	Ouvir (e derivações verbais)	5	0	0	0
	Filmes	Assistir (e derivações verbais)	26	0	25	0
	Museus e Centros de pesquisa	Fique por dentro: Museus, Centros de pesquisa	0	0	49	0
	Livre (2)	Pesquise (2)	0	5	12	0
Plágio	Cuidado	0	0	0	0	

Fonte: Castro (2017)

Castro & Lopes (2019) identificaram oportunidades que autores de livros de Português e Geografia perderam de tratar o tema do plágio e da cópia da internet em seus livros. Em um volume de livro de Língua Portuguesa, é dito em conteúdo: “O ato de copiar um produto (programa de computador, DVD, CD, etc.), sem autorização do autor ou detentor dos direitos autorais, para comercialização ilegal ou uso da pessoa, tem sido chamado de pirataria [...]” (Delmanto & Carvalho, 2012, p.187). Outra oportunidade perdida para relacionar a cópia com o assunto plágio foi verificado em um dos volumes da coleção analisada de Geografia em que o autor sugere que os estudantes realizem uma exposição de recursos naturais ou de objetos extraídos da natureza (móveis, roupas de algodão, peças de metal, tijolos e plásticos), recomendando pesquisa na internet para adquirir imagens para exposição. Nesse caso não se abordou o cuidado com o plágio e a citação das fontes das imagens (Castro & Lopes, 2019). O conteúdo da atividade em livro é o seguinte:

Pesquisa: é sempre importante pesquisar em fontes variadas sobre o tema, como livros, enciclopédias, revistas especializadas, jornais e internet. Quanto à internet, pela ajuda a seu professor para ter acesso a sites confiáveis. Dê preferência a sites governamentais de organismos nacionais e internacionais e a sites de organizações não governamentais. As imagens podem ser obtidas

de diversas maneiras: pela internet, em revistas e jornais. O grupo também pode confeccioná-las fotografando ou desenhando (Sampaio, 2012, p. 218 apud Castro & Lopes, 2019, p. 231).

Nas escolas há certa tendência para a realização da cópia tanto do conteúdo narrado pelo professor quanto do conteúdo estudado para fins de memorização. Essa educação bancária concebe o ensinar e o aprender como ato contínuo de narrar, sempre narrar, posicionando o educador como sujeito no processo em que os educandos, livre de questionamentos, memorizam e repetem os comunicados (Freire, 1997). Como bem afirma Rodrigues (2011, p. 11): "Raramente escrevemos para pensar, tampouco pensamos muito para escrever. O ato de escrever constitui-se, na maioria das vezes, em escrita-cópia, escrita-norma; e por isso configura-se também como escrita-castigo [...]".

Se, por um lado, o estudante se defronta com atividades apresentadas pelo docente ou em conteúdo de livros sem desafios para a aprendizagem, o mobilizando para a cópia do lido, por outro, hipotetizo que o estudante nos anos iniciais da escolarização, praticante do plágio, o pratica como copista inconsciente do seu ato e na condição de iniciante no reconhecimento autoral e no poder da sua própria voz. Refiro-me ao copista, situado em determinada série da trajetória escolar como copista inconsciente que, tendencialmente, tende a ser alargada e consolidada em etapas subsequentes da formação, ainda como ato inconsciente, justificando desta forma a ação pelo desconhecimento ou imperícia na citação das fontes consultadas. Todavia, é importante também considerar que ocorrem atos de natureza consciente. Neste caso do ato consciente, este **copista é um miserável destinado ao silêncio** (Diniz & Munhoz, 2011).

O plágio como ato consciente e deliberado pode ter vários motivos. A preguiça intelectual é mencionada quando da discussão sobre o tema e até encontrada na literatura, mas essa preguiça só tem sentido quando abarca a falta de disposição e o incentivo cultural do estudante para a leitura e interpretação de textos. Entre a leitura de um livro e artigo em revista em meio impresso ou digital, com fins de produção textual, o estudante encurta o caminho, copiando e colando textos da internet sem se referir às fontes consultadas, reinando assim os efeitos da lei do menor esforço.

Odado de pesquisa com estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade de Campinas (Unicamp), indica que 87% deles chegam à universidade sem saber o que é o plágio; que 98,4% consideram algo grave ou gravíssima a prática de plágio; que uma minoria de 4,5% acreditam que essa prática seja sempre intencional; que

36,7% dos estudantes admitem já ter copiado trechos de conteúdo sem fazer a citação; e de que oito em cada dez afirmam que ações educativas podem prevenir tais tipos de comportamento (Veja, 2018). Esses dados demonstram o quanto no ensino médio ocorre uma espécie de ausência ou incipiência no tratamento do tema que repercute na educação superior. No âmbito da educação superior, resenhas científicas, monografias e trechos de relatórios de estudo e pesquisa, talvez sejam os exemplos predominantes de trabalhos copiados da internet sem fazer referência às fontes consultadas. Nesse contexto em que a discussão sobre o plágio se situa remetida à comunicação científica, Diniz & Munhoz (2011, p. 24)<sup>16</sup> apontam algumas alternativas, no que destaque: cultura de esclarecimentos éticos, propondo-se trabalhos com recortes mais originais (e menos genéricos); mais críticos ou comparativos (e menos enciclopédicos ou compilatórios); mais voltados para a experiência e reflexão do estudante ao lidar com conceitos teóricos; e mais regulares (portfólio); utilização formal do recurso da citação (Diniz & Munhoz, 2011, p. 24).

Krokosczyk (2011, p. 752) salienta que o plágio se insere em uma realidade que envolve a instituição educacional em sua totalidade e as propostas de enfrentamento devem envolver os alunos, professores, orientadores e gestores. A tendência ao plágio é avassaladora, principalmente por aprimorar o vício do instrucionismo e na escola que não se pesquisa e se elabora, fazem-se as mesmas coisas velhas com as tecnologias mais avançadas e inovadoras (Demo, 2007, p. 15).

## CONCLUSÃO

Educar é claramente saber influenciar, existindo influência libertadora de caráter pedagógico voltada para a construção da autonomia do sujeito que implica professor orientador, motivador, desafiador, não-preceptor, capataz. E nessa linha de pensamento é que se situa a ideia de um conhecimento renovador, que implica a luta ferrenha contra a aula copiada, a postura passiva do aluno, avaliação bancária e em vez da “decoreba” é preciso preferir a pesquisa (Demo, 1996).

Em conteúdo de livros didáticos do PNLD há a ausência de orientação quanto ao tema do plágio e da cópia oriunda da pesquisa na internet, sendo subjacente o deslocamento da responsabilidade para os docentes em sala de aula (Castro, 2017; Rodrigues & Lopes, 2019). Tal ausência exige, enquanto questão pública, que o PNLD contemple, explicitamente, em editais tanto para o material impresso quanto para aqueles em recursos da cultura midiática, o tema da autoria e do plágio ajustado e correspondente aos diferentes níveis e modalidades de ensino.

---

<sup>16</sup> Essas alternativas apontadas por Diniz & Munhoz (2011) foram feitas em consideração ao âmbito acadêmico, mas entendo que algumas das suas diretrizes também servem para o ensino médio brasileiro.

As regras da comunicação científica, tão propaladas na educação superior e na comunidade científica, não são tratadas em sua forma conceitualmente adaptada para o sentido do plágio no processo de aprendizagem das crianças nos anos iniciais da escolarização e nas etapas que antecedem a entrada na universidade. Na pesquisa exploratória em livro de Português se verificou a preocupação dos autores com essa imensa biblioteca que é a internet; de oferecer dicas para que os estudantes consultem sítios eletrônicos confiáveis; a escrita de textos com a “próprias palavras”, entre outras proposições. A disciplina de Português novamente aparece, agora em volume específico de coleção de livros do PNLD, dando ênfase ao ato de copiar, de piratear produtos como programa de computadores, sem respeitar os direitos do autor. Em Geografia, também em coleção de livros, o material didático trata do levantamento das imagens na internet, mas não aborda o assunto do plágio e do respeito às fontes. A partir da pesquisa realizada em livros didáticos, hipotetizo<sup>17</sup>: a) que o tema do plágio e da cópia da internet não são tratados de forma mais sistemática e estruturada em livros didáticos e que, quando o assunto emerge, ainda é em uma espécie de “improvisação organizada” no conteúdo de atividades didáticas, por condicionantes limitados pelo capital cultural midiático de autores e editores de livros para os anos iniciais de escolarização e fatores externos (políticas de governo, mercado e outros aspectos), deslocando para o professor a responsabilidade para tratar do tema; b) que no campo escolar se formam hierarquias simbólicas, disciplinares, em que a disciplina de Português ganha “notoriedade” para tratar do tema, engendrando uma falsa consciência para a não abordagem do tema de forma transversal em outras disciplinas; c) que na escolarização das crianças e jovens se desenvolvem atividades para a imaginação, a criatividade, mas se descolam do momento autoral enquanto construção da linguagem e pensamento para discutir o tema do plágio e a pesquisa na internet, como se fossem dois mundos distintos.

O conceito do plágio se apresenta, predominantemente, especificado para o autor de comunicação científica (artigos, capítulos de livros, teses, dissertações, resenhas) na educação superior, sendo necessário qualificar o uso do conceito nas práticas formativas junto às crianças na formação escolar. Tal processo de qualificação, em práticas educativas dialogadas entre docente e discentes, nas diferentes fases da escolarização das crianças e jovens, deve alcançar os variados modos objetivados de comunicação e expressão do conhecimento e informação, que tem autoria previamente constituída e instituída formalmente ou não, para fins de autonomia intelectual dos sujeitos em dada realidade sócio-histórica. A pesquisa escolar na internet exige não só o planejamento pedagógico e a atenção do professor ao

---

<sup>17</sup> Aqui sigo uma linha tanto indutiva quanto dedutiva de pensamento. Assim, outros estudos e pesquisas poderão ser realizadas para aprofundamento e verificações empíricas.

enfoque e valor da autoria na proposta formativa – sem se prender muito às regras do formalismo para não engessar a criatividade espontânea das crianças e jovens –, mas a sua intervenção, devolução e encaminhamento pedagógico do conteúdo trabalhado em sala de aula ou fora dela com as devidas orientações. Em suma, na prática docente, complementando ou não atividades em livros didáticos, quando da referência para levantamentos e pesquisas na internet, deve haver certo cuidado no planejamento e operacionalização das atividades de ensino e aprendizagem. Tal diretriz também é válida para os autores de livros e materiais didáticos.

A internet não é um “monstro da modernidade a ser domado”<sup>18</sup>. Aqui não a vejo como algo apocalíptico ou desumano em si mesmo. Há a dimensão do impacto da internet quanto à sua utilização para acessar informações ou o conhecimento científico sistematizado, contribuindo, de alguma forma, para o processo de construção do conhecimento, ressaltando que o sujeito (estudante, professor, pesquisador, autor de livros e materiais didáticos) também age sobre a grande rede e que, portanto, a noção de impacto da internet não pode ser vista somente pelo ângulo de uma “estrutura” que age externamente sobre o indivíduo. Há questões complexas no que refere ao desafio da autonomia e autoria dos estudantes no âmbito do sistema educacional frente aos avanços da inteligência artificial e seus usos na produção de textos. Na educação superior há o caso dos aplicativos em inglês (*Spinbot, Plagiarism, Spinner, Cleaver Spinner*) e em português (*Word Spinner*) que reescrevem artigos científicos, mudando a ordem das frases e reescrevendo sinônimos, provocando discussões sobre a originalidade, plágio e impactos na produção científica (Sayuri, 2019). Se de um lado há os aplicativos que reescrevem artigos; por outro, há também ferramentas (*Turnitin, CheckForPlagiarism.Net, Plagiarism Detector e Duplichecker*) que detectam plágios, vasculham e verificam o percentual de similaridade em artigos, livros e teses (Sayuri, 2019). Uma ideia-chave do posicionamento de especialistas sobre a questão é a de que “as novas ferramentas podem facilitar processos de escrita, mas espera-se que a articulação de ideias carregue as impressões digitais do autor” (Sayuri, 2019, p. 3). Com a ausência verificada no tratamento do tema do plágio em livros didáticos, tal lacuna não pode ser ampliada, em qualquer tipologia de classificação em relação à concepção e produção de livros didáticos no mundo, em associação à pesquisa na internet e a um indicador emergente que é a questão do uso da inteligência artificial na reescrita de textos. A inteligência artificial precisa ser tematizada na escolarização de crianças, jovens e adultos em livros e materiais didáticos, para não aumentar a distância que existe, entre a escola pública com suas necessidades

<sup>18</sup> Giddens (1991, p. 139), ao comentar criticamente o pensamento de Marx, diz que a modernidade foi para esse autor o que Habermas chamou de “projeto inacabado”: “O monstro pode ser domado, na medida em que os seres humanos puderam submeter ao seu próprio controle o que eles criaram. O capitalismo, simplesmente, é uma via irracional para dirigir o mundo moderno, porque ele substituiu a satisfação controlada das necessidades humanas pelo capricho do mercado”.

ainda básicas em vários países, e um desenvolvimento tecnológico acelerado e apropriado de forma desigual por grupos e classes sociais em posição cultural e econômica privilegiadas.

As respostas aos desafios devem ser buscadas coletivamente e tratadas como questão pública. Refuto uma abordagem moralista no tratamento do plágio pela simples via do discurso e práticas de culpabilização dos estudantes ou da demonização da internet, simplificando a leitura causal do problema da escrita autoral. Já o enfoque da moral, enquanto objeto e abordagem sobre a compreensão ou explicação do desenvolvimento do pensamento, das linguagens, principalmente de crianças nas séries iniciais da escolarização, tem a sua relevância por possibilitar o estudo de correlações entre variáveis, discutir situações concretas, a partir de diferentes campos disciplinares e modelos de investigação. Na prática educativa a abordagem a ser dada desde a tenra idade deve ser ancorada na formação ética do sujeito em processo humanamente mediado com a presença do educador, do professor.

Como bem enfatiza Demo (2007, p. 8): “Quando escrevemos um texto, por mais surpreendente que seja, funda-se em componentes comuns que aparecem em outros textos, sem falar na mesma gramática e sentido aceito dos termos. Na verdade, a natureza não ‘cria’ propriamente, se entendermos criação como fabricar do nada. Não há como começar do nada, porque seres históricos estão em algum tempo e lugar dados”. Trazer as vozes de docentes, estudantes, pesquisadores e outros sujeitos sociais do campo educativo é importante para aprofundar as perspectivas de análise sobre o tema do plágio e da pesquisa na internet, incluindo o relato de experiências que cultivam a construção do autor e da autoria. Dessa forma se pode também contribuir para as mudanças na prática do plágio em um contexto de sociedades informacionais cada vez mais conectadas e marcadas pela aplicação da inteligência artificial, estruturando e sendo estruturada pela ação social nas várias dimensões da vida humana.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, LDA.

Bourdieu, P. (2011). *Homo academicus*. Florianópolis, SC: EdUFSC.

Burawoy, M. (2010). *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Castells, M. (1999). *Sociedade em rede* (4. ed., Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra.

Castro, S. R. F. (2017). *A abordagem do plágio nos livros didáticos do ensino fundamental e na visão de autores*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31525>

Castro, S. R. F. & Lopes, C. (2019, Janeiro) O plágio nos livros didáticos e na visão de autores (2019). *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, 49(171), 224-242. doi:10.1590/198053145447

Cereja, W. R. & Magalhães, T. C. (2010). *Português linguagens, 4º ano* (3 ed.). São Paulo : Atual Editora.

Choppin, A. (2008, Janeiro). Políticas dos livros escolares no mundo: Perspectiva comparativa e histórica. *Revista História da Educação*, 12(24). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29225/pdf>

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: [http://cnpq.br/apresentacao\\_institucional/](http://cnpq.br/apresentacao_institucional/)

Delmanto, D. & Carvalho, L. (2012). *Jornadas.port – Língua Portuguesa: 7.º ano* (2. ed.) São Paulo: Saraiva.

Demo, P. (1996). *Educar pela pesquisa*. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados.

Demo, P. (2007, Setembro). Novas (faltas de) oportunidades: Chances e angústias virtuais. *R. Edu.Prof.*, 33, 5-17.

Diniz, D. & Munhoz, A. T. M. (2011, Janeiro). Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. *Argumentum*, 1(3). 11-28.

Diniz, D. & Terra, A. (2014). *Plágio: palavras escondidas*. Brasília: Letras Livres: Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Freire, P. (1997). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (2.ed.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Krokoscz, M. (2012). *Autoria e plágio: Um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores*. São Paulo: Editora Atlas.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)

Lima, R. P. (2018, Março). O novo PNLD e guia de tecnologia [Powerpoint]. 15º Encontro Nacional do Livro Didático. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/126-encontros?download=11876:15-encontro-dia-21>

Mills, W. (1975). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>

Oliva, G. (2011, Outubro). Carta do presidente. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/bdaf3c0a-f04b-4174-aa35-208f34bd1d61>

Rodrigues, A. (2011). *Escrita e autoria: entre histórias, memórias e descobertas*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Rodrigues, S. & Lopes, C. (2019, Janeiro). Plágio na educação: Reflexões em torno da literatura internacional e nacional. *Cadernos de Pesquisa (UFMA)*, 26(1), 89-106. doi: [10.18764/2178-2229.v26n1p89-106](https://doi.org/10.18764/2178-2229.v26n1p89-106)

Sayuri, J. (2019, Abril 6). Aplicativos que reescrevem artigos acendem alerta na acadêmica. *Folha de São Paulo, Ilustríssima*, 3.

Velho, G. (1980). Observando o familiar. In *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Veja (2018, Outubro). Pesquisa: 87% dos alunos chegam à universidade sem saber o que é plágio. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/pesquisa-87-dos-alunos-chegam-a-universidade-sem-saber-o-que-e-plagio/>

# RETOS Y DIFICULTADES PARA COMBATIR EL PLAGIO ACADÉMICO

**Germán Ruipérez<sup>1</sup> & José-Carlos García-Cabrero<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidad Nacional de Educación a Distancia, UNED -España

<sup>2</sup> Universidad Nacional de Educación a Distancia, UNED -España

Durante los últimos años, en los medios de comunicación son continuas las informaciones sobre nuevos casos de plagio, especialmente de tesis doctorales presentadas por políticos europeos, dando lugar a una gran repercusión mediática y social.

Dentro de este contexto, el principal objetivo del presente artículo es mostrar cuáles son los retos y dificultades más importantes para combatir las prácticas deshonestas, dado que no existe un consenso generalizado entre los países europeos, ni a nivel académico ni a nivel legislativo, sobre cuándo podemos determinar que en un trabajo científico estamos ante un caso de plagio o no. Aunque trataremos este fenómeno a partir de los casos más documentados ocurridos en tesis doctorales, los resultados y conclusiones son generalmente extrapolables a otros trabajos de inferior categoría académica, como pueden ser los Trabajos Fin de Grado –TFG– o los Trabajos Fin de Máster –TFM–.

Además, intentaremos mostrar qué iniciativas, en la lucha contra el plagio académico, pueden ser efectivas, especialmente centrándonos en el caso de España y también de Alemania, país europeo que en los últimos años ha sido de los más activos en su lucha contra el plagio académico (Vega Vega 2018; Gallent Torres & Tello Fons 2018; Ruipérez & García-Cabrero, 2018).

## PUNTOS DE VISTA COMUNES EN ALGUNOS PAÍSES EUROPEOS

Uno de los factores que ayudarían a lograr un consenso mayor en Europa sobre el plagio es saber que las lenguas europeas más importantes recurren al mismo verbo latino, *plagiare*, para denominar este fenómeno.

Por *plagiare* se entendía, en el mundo romano, el hecho de robar esclavos a un tercero, pero muy especialmente para referirse al engaño consistente en comprar o vender a personas libres como si se trataran de esclavos. De esta raíz latina,

relacionada a su vez con la palabra griega πλαγίος «engañoso», surgen términos en diferentes lenguas europeas como el español *plagio*, el portugués *plágio*, el inglés *plagiarism*, el francés *plagiat* y el galicismo alemán *Plagiat*.

Una definición bastante acertada es la que proporciona la Real Academia Española (2020), al considerar el *plagio* como la acción de «copiar en lo sustancial obras ajenas, dándolas como propias». Precisamente esta definición de *plagio* es la más próxima a lo que hoy día entendemos por plagio en el ámbito académico, concepto sobre el que profundizaremos más adelante.

A pesar de todo, si comparamos esta definición española con la definición alemana en los diccionarios más importantes, constatamos algún matiz relevante. En el primer diccionario importante de la lengua alemana, el *Deutsches Wörterbuch* de los hermanos Grimm de finales del siglo XIX, el plagio es equiparado a un «robo literario» (*literarischer Diebstahl*), es decir, como si se tratara de un acto de apropiación indebida de un elemento no material y en beneficio propio (Grimm & Grimm, 1999). De esta manera, la acepción alemana incluye una reprobación moral implícita al hablar de *robo*, frente a la definición éticamente más neutral del diccionario de la Real Academia de la Lengua Española.

### DIVERGENCIAS ENTRE PAÍSES Y ÁREAS DE CONOCIMIENTO

Uno de los mayores obstáculos para combatir el plagio es el hecho de que su definición puede ser muy diferente dentro del ámbito académico, variando su visión en las distintas áreas científicas. Además, es frecuente que, dentro de un mismo país, la visión académica sobre qué es plagio sea muy diferente a su concepción en el ámbito jurídico. A ello se une, además, el hecho de que el fenómeno puede tener tratamientos legislativos muy diferenciados en algunos países europeos (Maisonneuve 2019; Roş, Romiţan, Livadariu 2019; Shala, Leka, Morganello, 2018).

El resultado de todo ello es lo difícil que resulta a veces diferenciar entre el plagio en el ámbito académico y plagio en el ámbito jurídico, pues en muchos casos pueden existir visiones contrapuestas: mientras que la comunidad científica puede considerar un texto como plagio, la legislación de un determinado país puede considerar que no se trata de un caso jurídicamente relevante. Y también se puede dar la situación contraria: que la legislación de un país considere que un texto está vulnerando la normativa sobre el plagio, mientras que la comunidad científica no lo considere tal.

Por este motivo, pensamos que es de sumo interés abordar primero qué se considera plagio en el ámbito académico, para hablar posteriormente de la visión jurídica.

## PLAGIO EN EL ÁMBITO ACADÉMICO

Engel (1933) plantea una conocida definición de plagio académico, describiéndolo como el engaño realizado por un autor por hacer creer que una idea importante de su obra es de creación propia, cuando no es así:

«Plagio es, por tanto, la acción de extraer para su propia obra, por decisión de un autor o artista, de una idea no insignificante de un tercero, con la intención de borrar el origen de ese préstamo obligado mediante la correspondiente transformación, y de esta manera dar la impresión de una creación propia ante el lector o espectador».

Un aspecto importante que incluye esta definición es el hecho de que reproducir un pasaje de un tercero sin mencionar la autoría no se puede considerar directamente como un caso de plagio, sino que tiene que tratarse de una «idea no insignificante de un tercero».

Este matiz es de gran importancia, pues en una tesis doctoral el lector tampoco espera que su autor especifique permanentemente el origen de cualquier pensamiento o idea, para no ser tildado de plagiador. Es el caso, por ejemplo, de determinados conocimientos que son de dominio común en la especialidad correspondiente, por lo que los lectores no esperan que el doctorando mencione la autoría.

Un ejemplo concreto de este tipo de proceder sería el caso de una tesis doctoral en Lingüística General. Si el autor de la misma hiciera una diferencia entre *lenguaje*, *lengua* y *habla*, el lector especializado no considera necesario que el autor especifique que esa diferenciación no es una aportación suya, sino del lingüista suizo Ferdinand de Saussure, pues es algo que forma parte de los conocimientos básicos en lingüística general.

Un paso más respecto a la definición de plagio académico lo dio Fishman (2009), al definir que existe plagio académico cuando se cumplen las siguientes condiciones:

«Existe plagio cuando alguien:

1. Usa palabras, ideas o elementos de obras;
2. atribuibles a otra persona o fuente identificable;
3. sin especificar la obra o la fuente de la que se ha obtenido;
4. en una situación en la que existe una legítima expectativa de mencionar una autoría original;
5. Con el fin de obtener un beneficio, crédito o ganancia que no necesariamente han de ser crematísticos».

En esta definición se incluyen dos aspectos, el cuarto y el quinto, que, aunque son más subjetivos y difíciles de medir, son muy importantes para poder calificar una tesis doctoral como plagio académico:

- Cuando el lector es inducido erróneamente a creer que un determinado párrafo o texto es una aportación personal del autor, se trata de un engaño que sustentará siempre la hipótesis de un posible plagio;
- Para poder hablar de plagio, el retorno que pueda tener el autor de la tesis doctoral cuando copia una idea o texto de un tercero que no aparece suficientemente identificado, no es, en general, económico, sino un reconocimiento del lector de que esa idea es una aportación personal suya. Este último aspecto es muy importante en el caso de las tesis doctorales, en las que se supone que su autor hace una aportación original dentro del tema tratado, pues que el tribunal que la va a juzgar tiene que valorar prioritariamente el grado de aportación original al ámbito científico correspondiente por parte de su autor.

A pesar de que aparentemente hay cierto consenso en la comunidad científica, lo cual facilitaría mucho el tomar medidas universales para combatir el plagio académico, nos encontramos, sin embargo, con una dificultad inesperada: la concepción de qué es plagio académico en una tesis doctoral puede variar mucho en las diferentes especialidades científicas, pues algunas de ellas, acostumbradas a artículos científicos y proyectos de investigación de numerosos participantes, tienden a trasladar este modelo multiautor a sus tesis doctorales, que universalmente permiten un solo autor.

Un ejemplo reciente sobre este punto de vista lo tenemos en la tesis doctoral de Ursula von der Leyen, actual presidenta de la Comisión Europea, donde casi la mitad de las páginas de su tesis Doctoral de 1991 contiene textos copiados de terceros no identificados o sin identificar adecuadamente, lo que era un claro indicio de engaño sistemático (véase figura 1).

A pesar de todo, según el sorprendente comunicado de prensa de la Escuela Superior de Medicina de Hannover (Alemania) del 9.03.2016 sobre su tesis doctoral, Ursula von der Leyen fue exonerada de toda responsabilidad:

«La comisión y el consejo académico constataron unánimemente deficiencias. Se trataba en concreto de faltas en forma de textos plagiados, es decir, de la incorporación de pasajes textuales de terceros, sin mencionar adecuadamente los autores originales de los mismos. Sin embargo, la

comisión y el consejo académico llegaron a la conclusión de que el tipo de plagios encontrados no suponía una intención de engaño» (véase el texto original alemán en la figura 1).

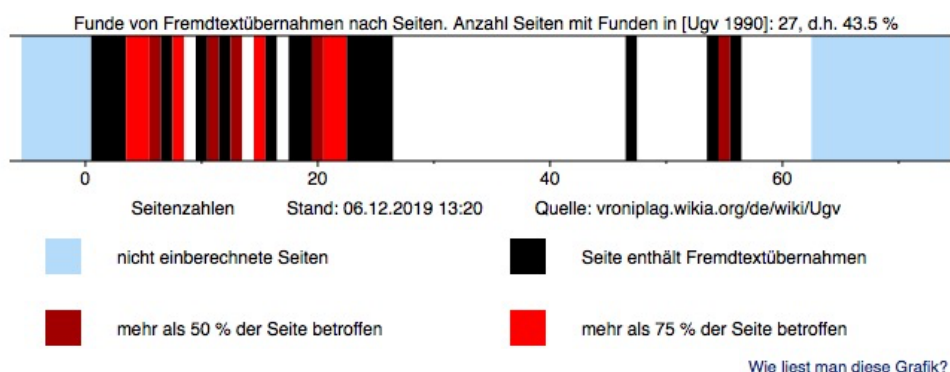
Esta decisión provocó un gran debate en la opinión pública, y también en representantes académicos de humanidades, donde es difícilmente comprensible que se pueda aceptar el obtener un título de doctor con una tesis doctoral de poco más de sesenta páginas, y que además contenga tantos párrafos copiados de otras publicaciones. En la Web monográfica sobre su tesis plagiada (<http://goo.gl/LY2Zvh>) es abrumadora la cantidad de textos plagiados encontrados hasta la fecha de la redacción del presente artículo:

«Hasta el 4 de diciembre de 2019 se encontraron pasajes plagiados en 27 de las 62 páginas. Esto equivale a un porcentaje del 43,5% del total de páginas. De ellas, 5 páginas contienen entre un 50% y un 75% de texto plagiado, y 6 páginas más de un 75% de texto plagiado».

### Eine kritische Auseinandersetzung mit der Dissertation von Dr. Ursula Gertrud von der Leyen: C-reaktives Protein als diagnostischer Parameter zur Erfassung eines Amnioninfektionssyndroms [sic] bei vorzeitigem Blasensprung und therapeutischem Entspannungsbad in der Geburtsvorbereitung

Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades der Medizin der [Medizinischen Hochschule Hannover](#). Betreuer: PD Dr. Dr. Mahmoud Mesrobian, Erstgutachter: Prof. Dr. Axel Gehrke, Zweitgutachter: Prof. Dr. Henning Zeidler. Tag der mündlichen Prüfung: 15. März 1991. Veröffentlicht: Hannover 1990. → [Nachweis Deutsche Nationalbibliothek](#)

9. März 2016: „Übereinstimmend stellten die Kommission und der Senat Mängel fest. Konkret geht es dabei um Fehler in der Form von Plagiaten, also um die Übernahme fremder Textpassagen, ohne die Originalautoren korrekt zu kennzeichnen. Die Kommission und der Senat kamen jedoch zu dem Schluss, dass das Muster der Plagiate nicht für eine Täuschungsabsicht spricht.“ → [Pressemitteilung der Medizinischen Hochschule Hannover](#)



**Fig. 1:** Código de barras resultante de la investigación por plagio de la tesis doctoral de Ursula von der Leyen (fuente: <http://goo.gl/LY2Zvh> recuperado 6.12.2019] Leyenda sobre los colores del código de barras: azul (páginas no incluidas en los cálculos); negro (página que contiene fragmentos textuales de terceros); rojo oscuro (afecta a más del 50% de la página); rojo claro (afecta a más del 75% de la página)

Por otro lado, el debate en torno a la originalidad de esta tesis doctoral dio lugar a uno adicional sobre la diferente concepción que se tiene de una tesis doctoral en la medicina y en otras disciplinas científicas relacionadas con las ciencias naturales, frente a una tesis doctoral en humanidades.

En humanidades se considera habitualmente que la tesis doctoral tiene que ser el resultado de un trabajo unipersonal, donde el doctorando tiene que demostrar que es capaz de escribir, por sí solo bajo la dirección de su director, un trabajo científico de principio a fin, y donde cualquier ayuda externa en la confección del mismo debe ser mencionada con precisión, pues el tribunal juzgador lo que pretende es dar una calificación personal al candidato autor de la tesis doctoral.

Sin embargo, en el caso especial de la medicina y en otras disciplinas similares, la tesis doctoral está considerada con frecuencia en un trámite más para obtener un título de doctor (de ahí el habitual escaso número de páginas), que será relevante para el desarrollo de la profesión, y, además, es con frecuencia el resultado de un trabajo en grupo, por lo que es habitual que los miembros de un mismo grupo de investigación presenten tesis doctorales con partes importantes comunes a todos ellos en las que ni siquiera se citan entre sí.

Todo ello da lugar a que sea difícil aplicar una norma uniforme a todas las especialidades científicas para combatir el plagio, cuando detectamos que en algunas no es infrecuente que se incluyan partes textuales de otros colaboradores del mismo proyecto, y sin identificar su procedencia.

Esta peculiar visión de qué es una tesis doctoral en medicina y en disciplinas afines, tiene su máximo exponente en las denominadas tesis doctorales por compendio, una excepción en las disciplinas de humanidades y más frecuente en ciencias naturales: la posibilidad de que sea aceptada como tesis doctoral una recopilación de artículos ya publicados en revistas científicas, con un comentario general o individualizado de los artículos reproducidos.

## PLAGIO EN EL ÁMBITO JURÍDICO

El tratamiento del plagio en la legislación de los países europeos es muy diferente entre ellos mismos. A continuación tomaremos como ejemplo el diferente tratamiento en la legislación española y alemana, para ser conscientes de la complejidad de este tema, y veremos también que en ambos países existen importantes divergencias respecto a su consideración (Ruipérez, G. & García-Cabrero 2018).

En el caso español, el art. 270 del Código Penal contempla el plagio como un delito relacionado con la propiedad intelectual, con penas de prisión de seis meses a cuatro años, siempre que se pruebe que el plagiador haya obtenido un beneficio económico, y que se haya provocado un perjuicio económico al plagiado.

Dado que la aplicación del Código Penal ha sido la excepción por parte de los jueces españoles, en la mayoría de los casos se aplica la Ley de Propiedad Intelectual, donde no es mencionada nunca la palabra *plagio*, por lo que ha sido la jurisprudencia la encargada de definir el plagio. Se trata de una sentencia del Tribunal Supremo de 28 de enero de 1995, citada con frecuencia en sentencias posteriores, en la que se afirma lo siguiente (Vega Vega, 2018):

«Por plagio hay que entender, en su acepción más simplista, todo aquello que supone copiar obras ajenas en lo sustancial. Se presenta más bien como una actividad material mecanizada y muy poco intelectual y menos creativa, carente de toda originalidad y de concurrencia de genio o talento humano, aunque aporte cierta manifestación de ingenio. [...]. Por todo lo cual, el concepto de plagio ha de referirse a las coincidencias estructurales básicas y fundamentales y no a las accesorias, añadidas, superpuestas o modificaciones no trascendentales.»

Esta concepción del plagio puede dar lugar a situaciones donde el plagio académico sea evidente, pero por parte del legislador español sea irrelevante, por no haberse producido un perjuicio económico a un tercero. Tal sería el caso si una tesis doctoral es copia íntegra de una o varias publicaciones anteriores, pero cuyas obras, por haber transcurrido un determinado número de años, pasaron a ser de dominio público, como ha ocurrido desde el uno de enero de 2017 con las obras de Unamuno, Valle-Inclán, Lorca y Muñoz Seca, entre otros. Dado que dichas obras son de dominio público, publicarlas como propias sin citar en ningún momento su autor original, para el legislador español no se trataría de un ilícito plaguario, pues no hay ningún perjuicio económico a terceros.

Sobre la confusión creada por las visiones académica y jurídica, podríamos citar el ejemplo siguiente: no estaríamos ante un plagio académico si un autor publicara un artículo basado casi exclusivamente en una publicación reciente a la venta, con numerosos párrafos idénticos copiados de ella, si bien todos ellos debidamente entrecomillados e identificados. En este hipotético caso no habría reproche académico, pues el autor no ha engañado a sus lectores al citar adecuadamente los párrafos de terceros sin atribuirselos como propios, pero parece evidente que sí podría tratarse de una vulneración de la Ley de Propiedad Intelectual, pues se

está provocando un evidente perjuicio económico a la editorial del texto original, al reproducirse casi íntegramente la publicación original sin su permiso.

### IMPUNIDAD ACADÉMICA GRACIAS A LA JUDICIALIZACIÓN

El resultado de estas divergencias entre el ámbito académico y el ámbito jurídico ha dado lugar a que, frecuentemente, las sanciones académicas sean trasladadas a la justicia ordinaria, para que esta decida si estamos ante un caso de plagio. Como el criterio jurídico preponderante es saber si ha existido un perjuicio económico a un tercero, mientras que en el ámbito académico el criterio prioritario es discernir si ha habido un engaño, estamos hablando de realidades completamente diferentes: aunque en ambos casos se utilice la misma palabra, *plagio*, se valora este fenómeno desde ópticas divergentes, que no tienen nada en común (Vega Vega 2018).

De esta manera el plagio académico queda impune con cierta frecuencia, pues el plagiador termina por ser absuelto, dado que los jueces concluyen que no ha vulnerado el Código Civil, el Código Penal o la Ley de Propiedad Intelectual.

La errónea judicialización de la deshonestidad académica termina con otro efecto no deseado, que es la rehabilitación parcial de la reputación académica del plagiador, pues puede alegar ante la opinión pública y la comunidad científica que la justicia no ha apreciado plagio alguno en sus trabajos.

En el caso de la tesis doctoral del exministro alemán de Defensa, Karl Theodor zu Guttenberg, la judicialización de su tesis doctoral, con párrafos enteros copiados sin entrecomillar ni citar su autor, dio lugar a una sentencia judicial muy suave, pues consideró que, de los numerosísimos párrafos plagiados, solo veintitrés de ellos eran realmente una vulneración de la Ley de Propiedad Intelectual alemana por haber existido un leve perjuicio económico a terceros, por lo que solo fue obligado a hacer una donativo a una ONG por dicho perjuicio económico.

También la judicialización puede da lugar a una completa impunidad de una conducta académica claramente sancionable cuando un autor de una tesis doctoral se ha inventado la parte experimental, con datos estadísticos sobre un experimento que posiblemente nunca existió. Este engaño, hecho claramente sancionable en el ámbito académico, quedaría muy posiblemente impune si su autor lograra trasladarlo a la justicia ordinaria, al no existir un tercero perjudicado.

## ESCASEZ DE INICIATIVAS EFECTIVAS PARA COMBATIR EL PLAGIO

Un obstáculo importante para combatir el plagio es la ausencia, dentro de las universidades, de las siguientes iniciativas que se consideran efectivas, pero que, habitualmente por falta de voluntad política, no se llevan a cabo:

- Formación a estudiantes y profesores para sensibilizar a la comunidad académica sobre la ética académica;
- Webs informativas sobre ética académica, con definiciones claras sobre qué está permitido y qué no, y recomendaciones a estudiantes y profesores para evitar situaciones de plagio;
- Normativa específica sobre el plagio, que especifique un catálogo graduado de sanciones, cuando se detecte un plagio. Esta normativa deberá incluir necesariamente la posibilidad, en los casos graves, de poder retirar un título académico, por ejemplo el de doctor, si su obtención está relacionada con una tesis doctoral con numerosos pasajes plagiados;
- Creación de una oficina o departamento que gestione y canalice de alguna manera todo lo relacionado con el plagio. Además, que se garantice el anonimato de los denunciantes (*whistleblowers*) de cualquier plagio, con el fin de evitar represalias por parte de los denunciados o de su entorno;
- Implantación de software antiplagio, que ayude al profesorado a detectar de manera rápida los casos de plagio más rudimentarios.

La **formación** de los estudiantes es un tema muy importante, especialmente en las nuevas generaciones, cuya sensibilidad frente al plagio es totalmente diferente. En general, los denominados nativos digitales no son conscientes de que el «copia y pega» en los trabajos académicos no es incompatible con mencionar las fuentes de dónde se ha copiado.

Conviene hacerles saber que es importante que el profesor pueda discriminar qué es aportación suya y qué no en un trabajo académico, con el fin de que la calificación esté basada en el esfuerzo demostrado por esa actividad personal.

En este aspecto es de resaltar que cada vez es más frecuente que las universidades tengan **webs monográficas**, elaboradas con frecuencia por personal de sus bibliotecas, con información precisa sobre qué es el plagio académico y cómo evitarlo (véase fig. 2).

## 2. ¿Cuándo cometemos plagio?

### USO ÉTICO DE LA INFORMACIÓN

1. ¿Qué es el plagio?
- ▶ 2. ¿Cuándo cometemos plagio?
3. ¿Qué no es plagio?
4. ¿Cómo evitar el plagio?
6. Información en Internet
5. Legislación contra el plagio
7. ¿Por qué no debemos plagiar?
8. Bibliografía

El plagio abarca desde la simple imitación fraudulenta de la obra de otro, hasta la mera reproducción total o parcial de dicha obra, usurpando la condición o el nombre del autor.

#### Son casos de plagio....

- Cuando entregamos un trabajo ajeno como si fuera propio, independientemente de que la copia sea total o parcial.
- Cuando parafraseamos un texto, es decir, lo plasmamos con otras palabras haciendo pequeños cambios en el lenguaje para disimular y sin citar las fuentes.
- Presentar un trabajo nuestro ya utilizado: hablamos de "autoplagio".
- Cuando copiamos cualquier tipo de multimedia ( gráficos, audio, vídeo, páginas web...), programas de ordenador, música, gráficos... sin citar al autor.
- Cuando nos basamos en una idea o frase de otro para escribir un trabajo nuevo y no citamos al autor de la idea.

El plagio constituye cuando menos una ofensa muy seria, y puede llegar a constituir un delito.

Si se descubre que un estudiante ha plagiado, se puede enfrentar a consecuencias muy graves, que puede llegar a la expulsión de la Universidad.

**Fig. 2:** Web de información sobre el plagio de la Universidad de Alcalá de Henares -España- (fuente: <https://bit.ly/2Mhf8b4> recuperado el 7.12.2019).

Una manera eficaz de combatir el plagio es que **las universidades tengan sus propias normativas reguladoras** para estos casos. Tenemos el ejemplo de las universidades alemanas, a las que en algunos casos se les ha reconocido judicialmente el derecho a retirar el título de doctor si se constata un engaño relevante mediante plagio en una tesis doctoral.

En el caso de Estados Unidos, en no pocas universidades está previsto la expulsión de la misma universidad.

En el caso español la situación es bien diferente y cercana a la impunidad, pues hay cierta confusión legislativa al respecto. Todo ello está originado porque la única normativa general, y aplicable ante la ausencia de otras normas, es el Decreto de 8 de septiembre de 1954, por el que se aprueba el Reglamento de Disciplina Académica de los Centros Oficiales de Enseñanza Superior y de Enseñanza Técnica dependientes del Ministerio de Educación Nacional, el cual, según Pallarés Serrano (2018), presenta serias dificultades en su aplicación:

- Algunos artículos son claramente inconstitucionales, como, por ejemplo, el que regula los tribunales de honor con el fin de sancionar los actos deshonestos del personal docente;
- Va en contra de principios generales que regulan la capacidad sancionadora de la Administración, ya que no se menciona la posible prescripción de faltas y sanciones, ni tampoco un plazo de caducidad del procedimiento

sancionador;

- Un problema importante de esta normativa es que el plagio estaría enmarcado dentro de la «falta de probidad», por tratarse de «la realización demostrativamente fraudulenta de una actividad evaluativa o un examen de una asignatura», y es considerado una falta grave, por lo que podría llevar consigo la expulsión temporal de la universidad, medida sancionadora que en algunos casos puede ser considerada desproporcionada.

Dado que hay cierta inseguridad jurídica en la aplicación de este Decreto de 1954, y también por la legislación posterior aplicable para los casos de plagio, el resultado es que muy pocas universidades españolas tienen un régimen disciplinario con normas claras de aplicación.

Por ejemplo, en algunas de ellas se opta por calificar con un cero cuando se detecta un plagio, pero esta «sanción» es muy cuestionable jurídicamente, dado que la normativa actual no prevé como medida sancionadora otorgar la mínima calificación posible y que, en todo caso, solo se podría imponer una vez concluido el expediente sancionador.

El resultado final de todo ello es que la legislación española garantiza cierta impunidad del plagio en cuanto cualquier medida sancionadora sea recurrida ante la justicia ordinaria. No obstante, a pesar de esta inseguridad jurídica, no pocas universidades españolas (Universidad Carlos III de Madrid, Universidad Rovira Virgili, Universidad Complutense de Madrid, etc.) han optado por incluir en su normativa sobre régimen disciplinario una serie de sanciones en el caso de plagio, que van desde el suspenso en la asignatura correspondiente, hasta la expulsión temporal de la universidad, todo ello a pesar de que, como ya hemos expuesto, en algunos casos sea cuestionable la legalidad de dichas sanciones.

Con el fin de que la judicialización de sanciones académicas no den lugar a una impunidad del plagio, en un número creciente de universidades se ha optado entonces por obligar a que todo trabajo académico deba incluir obligatoriamente una certificación de autoría, y una aceptación explícita de cualquier sanción en el caso de que se detecte un plagio (véase fig. 3).

## DECLARACIÓN JURADA DE AUTORÍA DE TRABAJO ACADÉMICO TRABAJO DE FIN DE MÁSTER

### DECLARA :

- ✓ Que el trabajo remitido es un documento original y no ha sido publicado con anterioridad, total o parcialmente, por otros autores.
- ✓ Que el abajo firmante es públicamente responsable de sus contenidos y elaboración, y que no ha incurrido en fraude científico o plagio.
- ✓ Que si se demostrara lo contrario, el abajo firmante aceptará las medidas disciplinarias o sancionadoras que correspondan.

Otra cuestión bien diferente sería plantear si esta medida podría ser recurrida ante la justicia ordinaria, pues existen razonables dudas de que este requisito podría estar vulnerando derechos fundamentales.

Un instrumento que se ha demostrado muy eficaz para combatir el plagio es el disponer de una **oficina especializada en todos los temas de ética científica y académica**. Este es el caso de la oficina del Defensor de la Ciencia (*Ombudsman für die Wissenschaft*; <https://ombudsman-fuer-die-wissenschaft.de>) en Alemania, formada por un grupo de personas que asesoran, canalizan, imparten formación y gestionan los conflictos relacionados con el plagio. Además, esta oficina del Defensor de la Ciencia tiene delegaciones en diferentes universidades, con el fin de ser accesible a cualquier científico, docente o estudiante.

Un ventaja importante de disponer de una entidad así es que en Alemania se garantiza cierta homogeneidad respecto a cómo definir el plagio, y especialmente cierta armonización del régimen sancionador en las diferentes universidades.

Los informes publicados por esta oficina son de gran utilidad para la comunidad científica y académica. Así por ejemplo, en su último informe de 2018, se constata que las denuncias recibidas por plagio en dicha oficina suponían el 12% del total de denuncias por malas prácticas académicas y científicas (*Ombudsman für die*

Wissenschaft, 2018).

Un instrumento importante para combatir el plagio es que a los docentes se les garantice el uso de los mal llamados **programas antiplagio**. En realidad son detectores de coincidencias textuales de un trabajo académico o publicación científica concreta con documentos disponibles libremente en la Web, y también con trabajos analizados previamente por la misma empresa que comercializa el software antiplagio.

Aunque existen estudios comparativos sobre este software antiplagio que dudan de su eficacia<sup>1</sup>, sin embargo son una ayuda importante para detectar los casos de plagio más flagrantes (por ejemplo basados en la copia de párrafos completos de la Wikipedia o presentación de un trabajo ya presentado por otra persona en una convocatoria anterior), y facilita mucho la tarea de un profesor para detectar posibles plagios.

## CONCLUSIONES

Después de lo expuesto podemos sacar las siguientes conclusiones:

- Existe una gran confusión de qué puede ser considerado plagio o no, debido a las definiciones, con frecuencia contrapuestas, según nos encontremos en el ámbito académico o ámbito jurídico;
- Además, incluso dentro del ámbito académico, la consideración de plagio puede ser diferente según el área científica de conocimiento;
- No existe ninguna armonización de las legislaciones europeas sobre la figura del plagio, por lo que dentro del ámbito jurídico puede haber grandes divergencias en los países europeos;
- Ante esta jungla de regulaciones, el resultado final es que, en general, existe cierta impunidad, especialmente cuando una denuncia de plagio académico es judicializada, y es un juez el que tiene que decidir sobre conductas reprobables académicamente, pero no punibles en la legislación del país;
- Para luchar contra el plagio se han demostrado eficaces las siguientes medidas:
  - Formación a estudiantes y profesores para sensibilizar a la comunidad académica sobre la ética académica;
  - Webs informativas sobre ética académica;

<sup>1</sup> Véanse los estudios comparativos de software antiplagio impulsados por Debora Weber-Wulff en <https://bit.ly/2PHwy2R> [recuperado: 21.12.2019].

- Normativas académicas específicas sobre el plagio;
- Oficina o departamentos especializados en formar e informar, gestionar, y combatir el plagio, aceptando también denuncias anónimas;
- Fomento de uso del software antiplagio.

En resumen, para luchar eficazmente contra el plagio hay todavía numerosos obstáculos que hemos tratado de identificar en el presente artículo y que conviene abordar con el fin de que, basándonos en este diagnóstico, sepamos cuáles serían las medidas más efectivas para combatirlo.

## BIBLIOGRAFÍA

- Abbott, A. (2017). The secret to Germany's scientific excellence. *Nature*, 549(7670), 18. doi: <http://dx.doi.org/10.1038/549018a>
- Bambach, E. (2013). Wie peinlich! Doktorarbeiten von Kohl, Einstein und Goethe. (<http://goo.gl/MG1RwX>) (2017-12-18).
- von Bargen, J. (2017). Der Doktorgrad -- ein bürgerlicher Adelstitel?. *Juristenzeitung*, 72(14), 726. doi: <http://dx.doi.org/10.1628/002268817X14907004403554>
- Bluhm, R. (2014). Plagiate. (<http://goo.gl/j0vLyQ>) (2017-09-14).
- Braun S.K. (2015). Der Irrtum mit der Doppelschöpfung. *Der Sachverständige*, 3, 55-58.
- Cross, F., & Lühmann, H. (1971). Goethes Straßburger Dissertation und der Kampf gegen die Orthodoxie. Eine Rekonstruktion der abgelehnten und verschollenen Doktorarbeit Goethes. In E. Genton (Ed.), *Goethes Straßburger Promotion. Zum 200. Jahrestage der Disputation am 6. August 1771. Urkunden und Kommentare*. Basel: P.H. Heitz.
- Der Spiegel (Ed.) (1973). Still behandelt. 27, 31. (<http://goo.gl/DwJmAA>) (2017-18-15).
- Dreier, T. & Ohly, A. (2013). *Plagiate - Wissenschaftsethik und Recht*. Tübingen: Mohr Siebeck.
- Dudenredaktion (Ed.) (2009). *Duden, Die deutsche Rechtschreibung*. Mannheim/Leipzig/Wien/Zürich: Dudenverlag. doi: <http://dx.doi.org/10.1002/nadc.20000481128>
- Englisch, P. (1933). *Meister des Plagiats oder die Kunst der Abschriftstellerei*. Berlin-Karlshorst: Hannibal-Verlag.

Fischer-Lescano, A. (2011). Karl-Theodor Frhr. zu Guttenberg, Verfassung und Verfassungsvertrag. Konstitutionelle Entwicklungsstufen in den USA und der EU. *Kritische Justiz*, 1, 44, 112-119.

Fishman, T. (2009). We Know it When We See it is not Good Enough: Toward a Standard Definition of Plagiarism that Transcends Theft, Fraud, and Copyright. Proceedings of the 4th Asia Pacific Conference on Educational Integrity 4APCEI) 28-30 September 2009, University of Wollongong, NSW, Australia. (<http://goo.gl/K2rbFg>) (2017-08-15).

Föger, N. (2015). Der österreichische Weg zur wissenschaftlichen Integrität. *GMS Medizin - Bibliothek – Information*, 15, 1-4. doi: <http://dx.doi.org/10.3205/mbi000333>

Gallent Torres, C. & Tello Fons, I. (2018). Le cyberplagiat dans le cadre de l'éducation supérieure espagnole : explorer les causes pour atteindre des solutions concrètes. *Synergies Espagne*, (11), 195. (<https://bit.ly/2sHlHwQ>) (2019-12-15).

Goeckenjan, I. (2013). «Wissenschaftsbetrug» als Straftat? *Juristenzeitung*, 68, 14, 723-732. doi: <http://dx.doi.org/10.1628/002268813X13686871669865>

Grimm, J., & Grimm, W. (1999). *Deutsches Wörterbuch*. Munich: DTV.

Groh, D. (2012). «Mit fremden Federn» Zur Wirksamkeit von Ghostwritervereinbarungen.

*GRUR Gewerblicher Rechtsschutz und Urheberrecht*, 9, 870-875.

Jeffrey, D., & Dias, W. (2019). Perceptions du plagiat par de futurs enseignants quebécois : dimensions éthiques et pédagogiques. *Canadian Journal of Education*, 767. (<https://bit.ly/36OGhtY>) (2019-11-27).

Herb, S., & Kovac, G. (2012). Aufschieben, abschreiben, abgeben? Forschungsergebnisse zu studentischem Betrugsverhalten, präsentiert auf einer internationalen Tagung in Bielefeld. *Bibliothek. Forschung und Praxis*, 36, 3, 393-395. doi: <http://dx.doi.org/10.1515/bfp-2012-0055>

Höhner, K. (2014). Akademische Integrität und die Bekämpfung von Plagiaten als Handlungsfelder für Hochschulen und ihre Bibliotheken – Überlegungen von der Zweiten Mainzer Tagung zur Akademischen Integrität. *Wissenschaft & Praxis*, 65, 1, 25-32. doi: <http://dx.doi.org/10.1515/iwp-2014-0003>

Kastner, K. (1983). Das Plagiat - literarische und rechtliche Aspekte. *NJW Neue Juristische Wochenschrift*, 21, 1151-1158.

Linke, T. (2015). Brauchen wir ein «Promotions- und Prüfungsstrafrecht»? Rechtliche und rechtspolitische Gedanken zur Bekämpfung des Unterschleifs. *Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht (NVwZ)*, 06, 327-333.

Mahabeer, P., & Pirtheepal, T. (2019). Assessment, plagiarism and its effect on academic integrity: Experiences of academics at a university in South Africa. *South African Journal of Science*, 115(11/12), 32. (<https://tinyurl.com/t38856r>) (2019-12-07).

Mayer, S., & Röhle, S. (2014). Plagiatserkennungssoftware in der Praxis: Ein erster. *Information - Wissenschaft und Praxis*, 65, 1, 63-66. doi: <http://dx.doi.org/10.1515/iwp-2014-0011>

Maisonneuve, H. (2019). Development of research integrity in France is on the rise: the introduction of research integrity officers was a progress. *Research Integrity And Peer Review*, 4, 20. <https://doi.org/10.1186/s41073-019-0080-8>

Ombudsman für die Wissenschaft: (2018). Jahresbericht 2018 an den Senat der DFG und die Öffentlichkeit. (<https://bit.ly/2Q3azm0>) (21-12-2019).

Pallarés Serrano, A. (2018). «Análisis del régimen disciplinario de los estudiantes universitarios. Especial referencia a los comportamientos fraudulentos y al plagio, en particular». *Revista Catalana de Dret Públic*, núm. 56 (junio 2018), pp. 159-176. Doi: <http://doi.org/10.2436/rcdp.i56.2018.3098>

Rasche, U. (2013). Mommsen, Marx und May: Der Doktorhandel der deutschen Universitäten im 19. Jahrhundert und was wir daraus lernen. *Forschung & Lehre*, 3, 196-199.

Real Academia Española (2020). *Diccionario de la lengua española*. 23 edición. (<https://dle.rae.es>) (18.02.2020).

Rehbinder, M., & Peukert, A. (2015). *Urheberrecht*. Ein Studienbuch. München: Beck.

Reich, A. (2016). Die Sicherung guter wissenschaftlicher Praxis. *Wissenschaftsrecht*, 49(2), 152. doi: <http://dx.doi.org/10.1628/094802116X14797298360247>

Reulecke, A. (2016). *Täuschend, ähnlich. Fälschung und Plagiat als Figuren des Wissens in Literatur und Wissenschaften: eine philologisch-kulturwissenschaftliche Studie*. Paderborn Wilhelm Fink.

Rixen, St. (2016). Jahresbericht 2015 an den Senat der DFG und die Öffentlichkeit. Bonn. (<http://goo.gl/DCWjhf>) (2017-09-14).

Rommel, T. (Ed.) (2011). Plagiate - Gefahr für die Wissenschaft?: Eine Internationale Bestandsaufnahme. Berlin - Münster: Lit-Verlag.

Roș, V., Romițan, C., & Livadariu, A. (2019). DOCTORATELE ÎN FRANȚA. PLAGIATE ȘI AUTOPLAGIATE ÎN UNIVERSITĂȚILE FRANCEZE. (Romanian). Romanian Journal of Intellectual Property Law / Revista Romana de Dreptul Proprietatii Intelectuale, (2), 7. (<https://bit.ly/2Q2Knbe>) (2019-11-15).

Rotzal, T., & Walger, N. (2016). Hochschulen in gemeinsamer Verantwortung: Welche Wert- und Qualitätsmaßstäbe vermittelt unser Bildungssystem?. Information -- Wissenschaft Und Praxis, 67(1), 81. doi: <http://dx.doi.org/10.1515/iwp-2016-0008>

Ruipérez, G. & García-Cabrero, J.C. (2018) Integridad ética en trabajos académicos de Alemania y España: análisis comparativo. En: García Manso, A. e.a. (ed.): Aportaciones de vanguardia en la investigación actual. Madrid: Tecnos.

Ruipérez & García-Cabrero, 2016. Plagio e integridad académica en Alemania - Plagiarism and Academic Integrity in Germany. Comunicar, 48, 9-17. doi <http://dx.doi.org/10.3916/C48-2016-01>

Schwinges, R.C. (Ed.) (2007). Examen, Titel, Promotionen. Akademisches und Staatliches Qualifikationswesen vom 13. bis zum 21. Jahrhundert. Basilea: Schwabe. doi: <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:osobl/9780199694044.003.0009>

Shala, S. & Leka, D., Morganella, T. (2018) Plagiarism in Kosovo: a case study of two public universities. International Journal for Educational Integrity [1833-2595] J.:2018 Bd.:14 iss:1. doi: <https://doi.org/10.1007/s40979-018-0037-6>

Silió, E & Álvarez, P. (2017). La Universidad española, de espaldas al plagio. El País, 8.01.2017, p. 17.

Temiño, I. (2015). El plagio en el derecho de autor. Cizur Menor: Civitas Thomson Reuters.

Vega Vega, J.A (2018). El plagio como infracción de los derechos de autor. Madrid: Reus.

Waiblinger, J. (2012). «Plagiat» in der Wissenschaft: zum Schutz wissenschaftlicher Schriftwerke im Urheber- und Wissenschaftsrecht. Baden-Baden: Nomos. doi: <http://dx.doi.org/10.5771/9783845234342>

Walger, N. (2014). Igeartis - Wer Werte sät, wird Mehrwert ernten!: Akademische Integrität an der Schnittstelle zwischen Schule und Hochschule. *Information-Wissenschaft & Praxis*, 65, 1, 19-24. doi <http://dx.doi.org/10.1515/iwp-2014-0005>

Weber-Wulff, D. (2012). Die Spitze des Eisbergs? Innenansichten der Internetplattform VroniPlag Wiki. *Forschung & Lehre*, 19, 8, 632-633.

Weber-Wulff, D. (2014). *False Feathers - A Perspective on Academic Plagiarism*. Berlin (Heidelberg): Springer Verlag. doi: [http://dx.doi.org/10.1007/978-3-642-39961-9\\_2](http://dx.doi.org/10.1007/978-3-642-39961-9_2)

Weberling, J. (2015). Was ist eigentlich ein «Plagiat»? (<http://goo.gl/aKmOr1>) (2017-07-15).

# INVESTIGAÇÃO SOBRE FRAUDE ACADÉMICA EM PORTUGAL - REVISÃO DE LITERATURA

**Sónia P. Gonçalves<sup>1,2</sup>, Joaquim Fernando Gonçalves<sup>3</sup> & Rosária Ramos<sup>1,2</sup>**

<sup>1</sup>Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa)

<sup>2</sup>Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP)

<sup>3</sup>Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

## INTRODUÇÃO

O ensino universitário em Portugal assistiu, durante a década de 1980, ao aumento de oferta de formação resultante de alterações estruturais no ensino superior que ocasionaram a criação de novos estabelecimentos de ensino superior, facto que se repercutiu, na década de 1990, em progressivos “fluxos de populações com estatutos diferenciados no plano social ou cultural” (Balsa *et al.*, 2001, p. 17). Estes alunos consideravam a formação “como um elemento estruturante das próprias condições de desenvolvimento socioeconómico e enriquecimento cultural da vida social” (Mauritti, 2003, p. 131). As transformações do ensino superior e a também crescente heterogeneidade da população estudantil implicaram o surgimento de problemáticas que não tinham, até ao momento, expressão significativa em contexto do ensino superior. Colocavam-se, assim, novos desafios às instituições universitárias principalmente pelas “zonas de dissonância entre as condições de ensino propostas pelas instituições (...) e as estratégias dos estudantes face à aprendizagem” (Balsa *et al.*, 2001, p. 35).

Um desses desafios foi o crescimento da prática de fraude académica, dinamizado pelo aumento do número de alunos e pelo desenvolvimento tecnológico, originando novas formas de execução e disseminação e colocando em causa a qualidade do ensino superior, assim como as características técnicas, sociais e éticas desses alunos quando inseridos nos seus meios profissionais (Almeida *et al.*, 2015). Esta prática surge impulsionada pelo acesso à informação e pelas novas tecnologias, sendo disso exemplo a utilização da Internet, a qual potenciou as ocorrências de plágio (Dias & Bastos, 2014).

Com este trabalho, pretendemos apresentar uma revisão de literatura sobre o tema da fraude académica em Portugal, procurando contribuir para o desenvolvimento de abordagens que visem fomentar a informação sobre a temática.

Em 2002 foi publicado o primeiro trabalho de investigação realizado em Portugal dedicado a uma área de investigação que ainda não tinha sido objeto de considerações académicas, **abordando uma das vertentes da fraude académica:** o copianço (Domingues, 2002). O estudo de natureza qualitativa foi realizado junto de professores e alunos de uma universidade pública, com o objetivo de identificar: a) o valor das atitudes para a compreensão do comportamento social; b) as atitudes recenseadas relativas à prática do copianço; c) as atitudes de controlo manifestadas pelos professores; d) o contexto da avaliação e as suas dimensões espaço, tempo e relação; e) as formas de controlo consideradas como adequadas; f) as “contradições que a avaliação académica encerra” (Domingues, 2002, p. 5). Domingues considera que professores e alunos poderão ter adquirido predisposições que condicionem as respetivas atitudes face ao copianço, assim como a aplicação das medidas corretivas e punitivas, embora essas predisposições não sejam fatores que definam antecipadamente a posição do indivíduo quando confrontados com a situação (Domingues, 2002).

Segundo o estudo, apesar de ser “resultado de arbítrio pessoal socialmente descomprometido” (Domingues, 2002, p. 7), existem fatores sociais que condicionam as denúncias e que, implicitamente, sugerem uma legitimação social do ato, apesar do mesmo ser considerado pelos alunos como ilícito e pedagogicamente contrário à sua formação, “mas útil para melhorar a certificação escolar” (Domingues, 2002, p. 22). Quanto aos professores, o autor considera a existência de predisposições inconsistentes para a prevenção e correção das práticas do copianço, resultantes da falta de sistematização de orientações normativas uniformizadoras de controlo, muitas vezes de caráter institucional, que provocam situações de tensão e de tomada de atitudes diferentes perante acontecimentos semelhantes (Domingues, 2002).

Em publicação subsequente em 2006, Ivo Domingues analisa os dados resultantes de inquérito por questionário a uma turma do 3.º ano e inquérito por entrevista semi-diretiva a 20 professores e 40 alunos. O autor formula considerações sobre a natureza deste tipo de fraude académica, classificando o copianço como sendo o “mais fiel indicador da eficácia e da eficiência dos processos de avaliação e da organização normativa das condutas de professores e alunos” (Domingues, 2006, p. 10). Paralelamente, procura apresentar um “modelo de análise teórica (...) capaz de proporcionar leitura problematizadora da realidade organizacional e facilitadora da compreensão do objecto investigado” (Domingues, 2006, p. 10). O estudo procura caracterizar os indivíduos que copiam (46% copiaram por cábulas e 71% por colegas; 49,5% iniciaram no ensino superior, 95% no secundário), as formas de

prática, a relação do curso com a frequência da prática, as motivações associadas (a mais significativa: *Tirar positiva*-7,4 entre 0-10), os efeitos dessa prática, a forma de controlo, a relação da imagem mútua avaliador/avaliado.

O autor considera que a prática do copianço, que já ocorre no ensino secundário, coloca em causa a qualidade formativa do ensino superior, registando-se falta de implementação de políticas que permitam alterar o paradigma (Domingues, 2006). Paralelamente, o estudo permitiu concluir que "A maior parte dos alunos concorda com a crença de que o copianço os prepara mal no domínio da formação moral e do uso da consciência ética coletiva" (Domingues, 2006, p. 47), podendo influenciar a forma de atuação do indivíduo quando em contexto laboral.

Relativamente às atitudes face ao copianço, os alunos manifestam posições que variam entre aceitação, indignação, discordância, solidariedade e tolerância, mas todas tacitamente sujeitas ao sigilo intergrupar demonstrando a existência de "mecanismos de controlo social que inibem e penalizam comportamentos de denúncia." (Domingues, 2006, p. 66). Os professores apresentam atitudes que variam entre recusa, indiferença, aceitação da prática, desvalorização ou valorização da denúncia, demonstrando "predisposições inconsistentes para a prevenção e correção das práticas de copianço" (Domingues, 2006, p. 71).

Domingues identifica, do ponto de vista dos alunos e dos professores, diversos tipos de controlo social sobre a prática do copianço: "activo-passivo", "aquiescente-denunciador", "preventivo-correctivo", "progressivo-retroactivo", "instrumental-normativo", "retórico-penalizador" e "dramático" (Domingues, 2006, p. 93), considerando que o controlo é condicionado pela disposição do espaço na sala de aula, o tempo de duração da prova, a dimensão do grupo e a imagem inter-relacional professor/aluno. Paralelamente, as práticas desajustadas de controlo resultam, também, da atitude do professor face à prática do copianço, pois "Os professores não previnem nem corrigem tanto a fraude como anunciam ou dizem fazer, investem mais na representação do papel de vigilantes do que na eficiência da vigilância" (Domingues, 2006, p. 153), e de orientações normativas deficitárias ou inexistentes.

O autor procura elencar os diversos fatores que contribuirão para o copianço, tais como "prática de dominação", "forma de hipocrisia organizacional", "simulação da realidade", "ritual de avaliação", "efeito da anarquia organizacional", "válvula de segurança" e "estrutura social" (Domingues, 2006, pp. 149-178), os quais se encontram influenciados pela "quantidade do programa a estudar; tempo disponível para estudar; conhecimentos e capacidades detidas; nota desejada para a frequência

da disciplina”, e pela prática se encontrar “envolvida em clima de comprometida cumplicidade, rodeada por tácito pacto de silêncio” (Domingues, 2006, pp. 167-168).

O autor considera, ainda, necessária uma abordagem numa perspetiva de gestão organizacional de formação, com implementação de processos internos que promovam qualidade na avaliação e na gestão do ensino académico, a qual deve ter como objetivo corresponder às necessidades e expectativas dos clientes internos (alunos) e externos (sociedade, empresas, Estado), com a participação de professores e alunos através da partilha de competências e de responsabilidades. São referidas limitações ao projeto como a ambiguidade de competências, o limitado conhecimento de processos, regulamentos e procedimentos, a reduzida importância atribuída às reclamações e ao respetivo registo (Domingues, 2006). O estudo conclui com a apresentação de orientações e conceitos (apoiados na Norma ISO 9000:2000 – Fundamentos e Vocabulário) que visam a elaboração de objetivos para a qualidade e a definição de critérios de medição e de avaliação da sua aplicação, procurando uma “melhoria contínua para melhorar a capacidade dos processos para satisfazer os requisitos da qualidade” (Domingues, 2006, p. 211).

Em 2006, Aurora Teixeira e Maria Rocha iniciaram um estudo, que se prolongou até 2013, tendo por público-alvo alunos das licenciaturas de Administração e Economia. O estudo foi realizado através de inquérito por questionário a alunos de licenciatura dos cursos de Gestão e Economia de Áustria (n= 530), Espanha (n=178), Roménia (n=50) e Portugal (n=2.059 de 6 universidades públicas), pretendendo analisar os fatores que poderão influenciar a prática de fraude académica. Os resultados apresentados permitem às autoras concluir que a expectativa de benefício na avaliação, a existência de ambientes favoráveis e a complacência social, são fatores que potenciam a prática de fraude académica. No entanto, a aplicabilidade de políticas sancionatórias e a existência de códigos de ética e de conduta institucionais, condicionam a prática de atitudes desviantes (Teixeira & Rocha, 2006). Em 2008, analisaram os resultados relativos a Portugal e Espanha e concluem existir nestes dois países uma cultura de fraude académica generalizada (Teixeira & Rocha, 2008). Em 2010, as autoras publicam um artigo com os resultados da aplicação, em 2005 e 2006, do questionário em 21 países de quatro continentes abrangendo 42 universidades, das quais 11 universidades públicas portuguesas. Este projeto é particularmente relevante por comparar as atitudes de alunos de diferentes países. Se por um lado se demonstra a dimensão internacional do fenómeno da fraude académica, fica também patente a influência dos sistemas de ensino de cada país (Teixeira & Rocha, 2010a).

Em 2010, Filipe Almeida, Paulo Gama e Paulo Peixoto apresentam os resultados obtidos num estudo que abordou a ética dos alunos, aferindo a perceção de fraude académica, a frequência, a gravidade, as causas e os fatores inibidores (Almeida *et al.*, 2010). Para o efeito, os autores aplicaram um inquérito por questionário em aula a alunos do 1.º, 2.º e 3.º ano da Faculdade de Economia-Universidade de Coimbra, tendo sido rececionados 452 questionários.

Os autores consideram que a problemática da ética tem merecido crescente atenção por parte das instituições de ensino superior, nomeadamente pelo impacto da utilização da internet nas práticas fraudulentas (surgindo como continuação do ensino secundário), e pelas implicações no comportamento ético dos futuros profissionais, entendendo serem necessárias medidas preventivas quer no mundo académico quer na educação familiar e formação cultural. Referem a aceitação generalizada da fraude académica (37,6%) e a censura social das iniciativas de denúncia (91,3% não denunciariam), o que conduz a “una cultura de complicidad consciente que tiende a perpetuar un sistema transgressor” (Almeida *et al.*, 2010, p. 13). Para os autores, os resultados demonstram que o afastamento dos alunos dos padrões éticos resulta da ineficiência do sistema de ensino para a “formación de los alumnos para la ciudadanía a lo largo de todo el proceso educacional” (Almeida *et al.*, 2010, p. 13).

Em 2010, na continuação do estudo iniciado em 2006, Aurora Teixeira e Maria Rocha apresentaram dados obtidos no estudo realizado por inquérito por questionário a alunos dos cursos de Administração e Economia, tendo sido rececionadas 2.675 respostas de 10 universidades públicas portuguesas. O estudo procurou aferir o impacto da prática sistemática de fraude académica no seu percurso profissional e da perceção social sobre a qualidade do sistema educativo, tendo os resultados (n=2.416) demonstrado tendência para: a nota de um aluno melhorar quando a fraude é cometida com sucesso (64,8% copiam porque têm fraca avaliação); o desempenho do aluno está fortemente associado à prática de fraude (62% admitiram ter copiado pelo menos uma vez e 68% dos alunos do último ano curricular assumiram essa prática); quando o sentimento de condescendência académico e social para com a fraude é significativo (59,4% já assistiram ao copianço); a propensão para copiar é inversa à supervisão em sala (52,6% copiarão aquando da ausência de vigilância em aula); a existência de códigos de honra nas instituições é elemento desmotivador para os alunos copiarem; o agravamento das sanções enquanto elemento penalizador; a relação da propensão para o copianço considerando sistemas culturais e fatores sociais (zonas interiores-78,9%; Norte, Litoral e Algarve-57,1%; Lisboa-58,9%; Porto-57,1%) (Teixeira & Rocha, 2010b).

Em 2011, Aurora Teixeira apresentou um relatório dos resultados obtidos num estudo financiado pela Universidade do Porto, que teve por objetivo identificar a percepção dos alunos face à prática de fraude académica. A recolha de dados foi realizada através de inquérito por questionário direto on-line a alunos de Licenciatura, Mestrado, Doutoramento, Pós-Graduações não-conferentes de grau, tendo sido rececionados 5.403 questionários. Foram abordadas as práticas de cópia, plágio e outros comportamentos não éticos, sendo as respostas agrupadas de acordo com: “género, inclinação religiosa, estatuto estudantil, ano desempenho escolar e curso” (Teixeira, 2011, p. 4). Verifica-se que uma percentagem significativa de alunos admite copiar nos exames (69,3%) ou conhecer alguém que copia (80,2%), registando-se, no entanto, uma fraca percentagem de alunos detetados a copiar (3,4%), o que colocará em causa os métodos de controlo. Também é significativa a percentagem de alunos que consideram que poderiam obter melhor classificação se copiassem (68,4%), o que configura uma das razões motivadoras do copianço. Em termos de plágio, salienta-se a prática de uso do mesmo trabalho em disciplinas sem informar os professores (45,6%) e a omissão das referências bibliográficas (42,1%).

Em 2013, foram publicados por Paulo Gama, Paulo Peixoto, Ana Maria Seixas, Filipe Almeida e Denise Esteves, alguns dos resultados de um projeto sobre a ética dos alunos e a tolerância de professores e instituições perante a fraude académica no ensino superior, conduzido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre 2011 e 2014. Os resultados publicados em 2013 baseavam-se num inquérito por questionário aplicado a alunos de Economia (sete cursos em sete instituições) e de Administração (34 cursos em 27 instituições), tendo sido rececionadas 1.276 respostas (n=1.276).

O estudo abordou a percepção dos alunos, enquanto eventuais futuros cargos executivos e de administração de empresas (Gama *et al.*, 2013, p. 625), no que se refere: aos motivos; aos fatores inibidores (Agravamento das penas: 3,39 entre 1-5); à frequência (Com alguma frequência: 48,4%); à predisposição para a fraude (5,50 entre 0-10); à predisposição para a denúncia (0,37 entre 0-10); a gravidade do ato de copiar em prova escrita (93,3%) e do plágio (81,6%) (Gama *et al.*, 2013).

No trabalho é proposta “uma tipologia de fraude académica decomposta em quatro dimensões – apropriação, simulação, facilitação e ocultação” (Gama *et al.*, 2013, p. 638), salientando-se dos resultados uma significativa complacência pela prática de fraude académica e uma reduzida predisposição para a denúncia, sendo os alunos com pior desempenho e aqueles que não se reconhecem no curso onde estão inscritos, os que apresentam maior predisposição para a fraude. O estudo conclui pela necessidade de implementação de medidas que promovam a

divulgação, o agravamento e a aplicação das sanções previstas institucionalmente, apelando para a “pedagogia de boas práticas” (Gama *et al.*, 2013, p. 638).

Em 2014, Paulo Dias e Ana Bastos apresentaram resultados afetos ao projeto GENIUS *Plagiarism or creativity: teaching Innovation versus Stealing*, financiado pelo *Lifelong Learning Programme*, o qual procura avaliar e otimizar as competências digitais e linguísticas dos alunos do ensino secundário em diversos países europeus, através de métodos de aprendizagem inovadores e atrativos, conciliantes com o futuro percurso profissional e com a ética. Em termos metodológicos, foi utilizado um inquérito por questionário a 170 professores e 334 alunos de Inglaterra, Turquia, Roménia, Portugal, Itália, Grécia e Espanha.

O trabalho incide sobre a perceção de alunos e professores do ensino secundário sobre plágio, baseando-se nos resultados para avaliar implicações e sugerir soluções (88% (n=22) dos professores têm conhecimento dos *softwares* de deteção de plágio, mas a maioria não tem acesso aos mesmos e 82,7% (n=248) dos alunos têm consciência disso) (Dias & Bastos, 2014). O trabalho conclui que o plágio é uma prática enraizada no ensino secundário, possuindo os intervenientes a noção de que se trata de uma prática ilegal (87,1% (n=148), dos professores e 68,6% (n=166) dos alunos) que é potenciada pelo acesso à informação e pelas novas tecnologias (60,6% (n=103) assumem que copiam da internet), sendo os motivos apresentados diferentes conforme os intervenientes: “teachers tend to attribute causes to students’ lack of skills, students highlight the pressure to get good grades, laziness and poor management as well as the expectation that won’t be caught” (Dias & Bastos, 2014, p. 2526). Também os graus de perceção, conhecimento e sensibilização (35,6% (n=108) dos alunos acreditam que nada acontecerá caso sejam descobertos) são distintos entre os países participantes no estudo. Os autores defendem a necessidade de desenvolver mecanismos que potenciem as competências dos alunos “and provision of innovative and attractive learning pathways [...]. Contextual interventions must be promoted to improve teachers’ practice, as well as clear school policies, focusing on the advantages of the individual and creative work, rather than on memorization and repeating content” (Dias & Bastos, 2014, p. 2530).

O projeto *Impact of Policies for Plagiarism in Higher Education Across Europe* (IPPHEAE), realizado em 2013 e financiado por diversas instituições europeias, teve como objetivo de estudo identificar os métodos e procedimentos adotados pelas instituições de ensino superior europeias quanto a políticas de deteção e combate a práticas de plágio. Portugal foi um dos 27 países participantes no estudo, e envolveu um inquérito por questionário a 189 alunos, 43 professores, sete gestores de instituição e seis instituições (Glendinning, 2013), concluindo-se que são realizadas

diversas iniciativas (seminários/conferências) mas, paralelamente, existindo falta de esclarecimento, desconhecimento e deficitária utilização de software anti-plágio.

Deste estudo, Irene Glendinning (2014) apresentou um relatório sobre a situação em Portugal. Apesar de ser um estudo de reduzida representatividade (189 alunos, 50 docentes e com a colaboração de apenas seis das 130 instituições) pode-se afirmar que o plágio é uma prática comum em Portugal com elevada aceitação e tolerância social (para 23% dos alunos e 35% dos professores), tendo os inquiridos manifestado um desconhecimento evidente das características desta prática (66% consideram difícil localizar fontes de qualidade) e não compreendendo as consequências da aplicação de sanções (33% dos alunos e 37% dos professores consideram que os fraudulentos não têm conhecimento de penalizações). As instituições de ensino superior têm adotado algumas medidas preventivas, nomeadamente com a utilização de *software* anti-plágio mas de forma inconsistente (48% dos alunos e 51% dos professores consideram que compete aos professores a decisão de utilizar o *software*). O relatório propõe a implementação de medidas e princípios adequados e exequíveis, pois “The analysis of the results for Portugal showed a mixed Picture, with some recent activity in places on addressing the threats of plagiarism [...]. However it is important that progress is made as soon as feasible to strengthen all aspects of policy and systems for countering plagiarism and upholding academy integrity” (Glendinning, 2014, p. 15).

Em 2015 foram publicados os principais resultados do projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, realizado entre 2011 e 2014, com vista a analisar atitudes, perceções e opiniões dos alunos de licenciatura sobre a fraude académica, a frequência das práticas, a gravidade atribuída aos diferentes tipos de fraude, os fatores motivadores e os inibidores, mas também a tolerância dos professores perante essas práticas fraudulentas (Almeida *et al.*, 2015). O projeto envolveu a aplicação de inquérito por questionário em aula, obtendo resposta de 7.292 alunos de 182 licenciaturas de 101 instituições do Ensino Superior Público e Privado, Universitário e Politécnico, e 2.727 professores. Deste estudo resultou a publicação de dois livros, o primeiro em 2015 com os resultados empíricos da aplicação do inquérito realizado, procurando contextualizar conceitos e tipologias de fraude académica e enquadrando a sua prática no panorama dos alunos do ensino superior em Portugal. O segundo, em 2016, de cariz teórico e com reflexões de vários investigadores sobre os elementos afetos às práticas de fraude académica (origens, motivações, as características dos intervenientes, condicionalismos e propostas de soluções), e onde surgem os conceitos de “moral” e de “ética”, quer individual quer institucional, como elementos transversais nesses trabalhos (Almeida *et al.*, 2016).

Com a análise alargada que realizaram, os autores consideram que existe um acentuado défice de investigação sobre esta temática, identificando obstáculos metodológicos (inexistência de uma conceção teórica, falta de uma medida unificadora e comparativa, inafabilidade das respostas, impossibilidade de generalização e comparação de resultados) e propondo formas de minimizá-los (definição do conceito fraude académica, medida agregada de predisposição para a prática, criação de cenários com perguntas projetivas, amostra abrangente e representativa) (Almeida *et al.*, 2015).

No que se refere às conclusões apresentadas no trabalho, no primeiro livro salientam-se as perceções dos professores face à fraude académica: consideram as práticas de comprar trabalhos a colega (9,74 entre 1-10), realizar plágio autorizado do trabalho de um colega (9,31 entre 1-10) e inventar dados num trabalho escrito (9,25 entre 1-10), como sendo fraudes mais graves do que aquelas cometidas durante os exames (8,62 entre 1-10) (Almeida *et al.*, 2015). A aplicação de penalização na avaliação do aluno é a reação mais frequente por parte dos professores (62,3%), apresentando pouca predisposição para denunciar a fraude à instituição (16,9%) (Almeida *et al.*, 2015).

Do ponto de vista dos alunos, são várias as conclusões apresentadas no estudo, surgindo as provas escritas como os momentos de avaliação que potenciam a ocorrência de maior frequência das fraudes; regista-se um fraco índice de denúncias, demonstrativo da tolerância social atribuída à prática da fraude, sobressaindo maior disponibilidade para facilitar a fraude (IPD<sup>1</sup>: 1,04 entre 1-10) do que para cometê-la (IPF<sup>2</sup>: 3,49 entre 1-10). Paralelamente, o grau de gravidade atribuído à prática da fraude depende se a mesma ocorre num trabalho (8,43 entre 1-10) ou num exame (6,67 entre 1-10). Quanto ao género, são os alunos masculinos, com progenitores com maior grau de escolaridade e rendimentos mais elevados, que registam uma maior predisposição para a prática da fraude; os motivos para a prática são de vários níveis, tendo como objetivo obter validação nas diversas formas de avaliação: institucional – “cultura de fraude” (3,16 entre 1-5), curricular – “práticas pedagógicas” (2,67 entre 1-5), individuais - “insegurança” (3,26 entre 1-5) e “ignorância” (3,26 entre 1-5). Também são analisados os inibidores de fraude, tendo os resultados indicado que as estratégias de dissuasão (3,07 entre 1-5), de informação (2,61 entre 1-5) e de apoio pedagógico (2,99 entre 1-5), serem as indicadas para minimizar a prática da fraude académica (Almeida *et al.*, 2015).

---

<sup>1</sup> IPD – Indicador de Predisposição para a Denúncia.

<sup>2</sup> IPF – Indicador de Predisposição para a Fraude.

Em 2015, Rui Sousa-Silva e Bruna Batista Abreu, consideram que a prática do plágio deixou de estar circunscrita ao meio académico estendendo-se à sociedade e assumindo proporções significativas no contexto profissional e institucional. O texto aborda a importância do contributo da linguística forense na identificação de “marcadores linguísticos mais robustos na deteção e análise de textos suspeitos” (Sousa-Silva & Abreu, 2015, p. 90) de plágio, avaliando quais os procedimentos a implementar depois da análise aos resultados obtidos: optar por justificá-los (por “comparação textual”) ou interpretando-os (através de “abordagem multidisciplinar”). Estes marcadores são detetados pela análise linguística forense dos textos através do ajustamento dos elementos de coerência e coesão aos itens lexicais relacionados com o tema do texto, permitindo, deste modo, detetar “inconsistências no valor referencial, descontextualização e inversão de elementos estruturais” (Sousa-Silva & Abreu, 2015, pp. 100-101).

O desajustamento da ética no ensino poderá projetar futuros comportamentos desadequados, por parte dos transgressores em contextos social e profissional, pois as práticas fraudulentas resultam do “duplo desajuste entre a universidade e o ideal académico, entre a instituição e o mundo que a circunda” (Thiry-Cherques, 2016, p. 141), impondo-se a necessidade de implementar iniciativas envolvendo todos os intervenientes para redefinição dos objetivos, métodos e modalidades de organização da oferta formativa, promovendo a sensibilização dos estudantes para a “ética da responsabilidade” e para a “ética de convicção” (Hallak, 2016, p. 43).

Os coordenadores deste volume apresentam “um levantamento sistemático e uma caracterização dos códigos e regulamentos relativos a questões de ética e de integridade nas instituições portuguesas de ensino superior” (Almeida *et al.*, 2016, p. 25), concluindo pela deficitária existência desses elementos normativos, por serem pouco assertivos, pouco abrangentes e dispersos, originando a falta de informação e conduzindo à fraca adesão por parte dos intervenientes, seja por desconhecimento seja por desinteresse. Peixoto considera que os desenvolvimentos tecnológicos, a competitividade e a exigência do mercado de trabalho em termos profissionais, impuseram ao ensino superior exigências de desempenho que devem ser moderadas pela “integridade académica” (Peixoto, 2016, p. 198), a qual deve ser realizada pelas instituições de ensino, mas inseridas numa relação com a sociedade e enquadradas pela legislação. Este espaço de intervenção das instituições académicas está expresso no n.º 7, art.º 9 do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, publicado em Diário da República n.º 174/2007, Série I de 2007-09-10): “Para além das normas legais, estatutárias e regulamentares a que estão sujeitas, as instituições de ensino superior podem definir códigos de conduta de boas práticas em matéria pedagógica e de boa governação e gestão”

(Peixoto, 2016, p. 207).

Em 2016, Madalena Ramos apresentou, durante o 3.º Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior (CNaPPES.16), a comunicação *Percepções e atitudes dos estudantes e docentes sobre o plágio* onde expôs diversas considerações decorrentes dos resultados obtidos num projeto, promovido pelo Conselho Pedagógico do ISCTE-IUL, abordando “as percepções e atitudes dos docentes e alunos sobre o plágio [...] do que é [...] qual a sua gravidade [...] quais as causas [...] que medidas de prevenção” (Ramos, 2016). O estudo contou com a aplicação de um inquérito por questionário a 660 alunos e 131 professores de vários cursos e ciclos de estudo.

Das considerações apresentadas, a autora considera que existe conhecimento do que é o plágio e a gravidade da sua prática (situações de plágio entre estudantes detetadas nos últimos cinco anos por docentes da instituição em análise em trabalhos de unidades curriculares de 1.º ciclo: 79,7% (Ramos, 2016)), encontrando-se identificados os motivos que o originam (preguiça, falta de competências, prolongamento de práticas do ensino secundário, obtenção de notas mais favoráveis, conclusão da unidade curricular).

Como medidas preventivas são apresentadas algumas soluções que assentam, fundamentalmente, na necessidade de disponibilização de informação em diversos contextos (aulas, sessões específicas sobre o tema, distribuição de folhetos, informação *online*). No que respeita a penalizações aplicadas pelos professores, verifica-se uma atitude pedagógica de anulação do elemento de avaliação, mas com possibilidade de realização de novo elemento de avaliação (no caso de trabalhos de fim de curso, a decisão é, por vezes, mais rígida). No entanto, é pontual a comunicação da prática à instituição.

Em 2018, Madalena Ramos e César Morais apresentaram o estudo *Plágio e outras fraudes académicas: a perspetiva dos docentes* no X Congresso Português de Sociologia, fundamentado nos mesmos dados. Estes resultados foram obtidos por um inquérito por questionário *on-line* (LimeSurvey), tendo respondido 131 professores de vários cursos e ciclos de estudo.

Os autores debruçaram-se sobre as posições dos professores quando confrontados com situações de plágio em diversos momentos: a) em trabalhos no 1.º ano – 79,7%, a sanção foi anular o trabalho e remeter para exame – 45,9%; b) em trabalhos no 2.º ano – 70,4%, a sanção foi anular o trabalho e remeter para exame – 43,2%; c) em teses ou projetos finais no 2.º e 3.º ano – 49,6%, o aluno foi aconselhado a reformular tese/projeto – 65,5%.

O estudo procurou avaliar de que forma fatores pessoais (género, idade, conhecimento esclarecido das normativas institucionais) influenciam as perceções dos professores sobre a problemática, enquanto elementos fundamentais na gestão da aplicação das normas, códigos e procedimentos, verificando-se uma fraca percentagem de comunicação da prática fraudulenta à instituição (somente 5,2% reportam a situação ao reitor).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fraude no contexto académico, ainda que não seja um fenómeno recente, nem específico da cultura nem do ensino superior português, tem vindo a ganhar visibilidade, quer em recentes notícias que publicitam a identificação de casos que envolvem ocupantes de cargos públicos, quer por parte das próprias instituições escolares que se vêm confrontadas com a prevalência destes problemas. As razões pelas quais estas práticas persistem ou tenham eventualmente aumentado nos últimos anos, tem sido alvo de alguns estudos que permitem uma maior compreensão do fenómeno e oferecem também algumas pistas interessantes para nortear o combate por parte das instituições de ensino. Alguns estudos centram-se nas atitudes de alunos e professores do ensino superior (Domingues, 2002; Domingues, 2006; Almeida, Gama, & Peixoto, 2010), ou incidem sobre práticas concretas como o plágio (Dias, Bastos, Gandra, & Díaz-Pérez, 2013). Sobre este fenómeno pode já contar-se com análises numa abordagem comparativa (Teixeira & Rocha, 2006; Teixeira & Rocha, 2008; Teixeira & Rocha, 2010a; Dias & Bastos, 2014), que permitem perceber não se tratar de um fenómeno especificamente português, muito embora os níveis de aceitação variem de país para país. Apesar de as análises internacionais apresentarem enorme interesse, as práticas de fraude académica no ensino superior português mereceram recentemente análises extensivas (Almeida, Seixas, Gama, & Peixoto, 2015; Almeida, Seixas, Gama, Peixoto, & Esteves, 2016). Os trabalhos conduzidos por esta equipa de Coimbra permitiram identificar pistas interessantes para a ação a desenvolver no combate a estas práticas, mas foram ainda mais longe, suscitando novas interrogações sobre este fenómeno.

Com base na análise destas fontes é possível identificar novos trilhos para investigação futura. Esta síntese permite compreender que as atitudes de permissividade, complacência, e por vezes até de glorificação destas práticas – destacando os “aspectos positivos” como a solidariedade entre colegas e culpando a vítima que as denuncia, à semelhança das vítimas de outros crimes como violação ou violência doméstica – são definidas desde cedo, antes da entrada para o ensino superior. Importa assim perceber que práticas de fraude académica existem no ensino secundário e que práticas pedagógicas implementadas nesse nível de ensino

transmitem aos alunos ideias erradas sobre como estudar e aprender.

Recentemente, a investigação sobre a fraude académica no ensino superior tem adotado a metodologia quantitativa (ou métodos qualitativos) como forma de aferir a posição de alunos, docentes e instituições face às formas de representação e prática da fraude académica, nomeadamente o grau de gravidade atribuído, as causas e os motivos da sua prática, as medidas de prevenção a implementar/ajustar e os reflexos na ética académica. Deve ainda realçar-se que vários dos estudos quantitativos realizados contam com amostras reduzidas, alguns inquirindo apenas uma instituição ou incidindo sobre uma área de estudo, e foi apenas a partir de 2015 que se passou a contar com maior abrangência de licenciaturas e de instituições de ensino superior portugueses. Ainda assim, na nossa opinião, a realização de mais estudos qualitativos, retomando o trabalho de Ivo Domingues de 2002, permitiriam aprofundar as razões subjacentes a essas atitudes e comportamentos, agora abarcando a geração milénio, permitindo também conhecer as práticas de fraude de uma geração com estilos de vida marcados pela crescente utilização das tecnologias de informação e das redes sociais.

Por outro lado, sabemos pouco sobre o que tem sido feito institucionalmente pelo que a análise dos regulamentos de avaliação e dos códigos de conduta dos diferentes estabelecimentos permitiria obter alguma informação sobre as medidas tomadas. Por sua vez a inquirição, não apenas de docentes e estudantes, mas também de outros atores da comunidade académica, como Presidentes de Conselhos de Escola e dos Conselhos Pedagógicos e Científicos, bem como de administrativos que contactam com os estudantes e lidam com os problemas inerentes à fraude académica pode ajudar a perceber a eficácia das medidas tomadas e também acerca da perceção da incidência do fenómeno em cada escola. Os autores deste artigo estão incluídos num estudo de dimensão nacional, coordenado por investigadores do ISCTE-IUL e da Universidade Nova de Lisboa com o objetivo de suprir essa lacuna.

Seria ainda interessante analisar a relação entre a ética institucional e a ética dos estudantes, com vista a perceber se as práticas de governança afetam, positiva ou negativamente, as práticas dos estudantes, não devendo as instituições e os professores descurarem as suas próprias práticas dado poderem ser tomadas como exemplos para os estudantes.

Por último, do ponto de vista prático, seria desejável que as instituições desenvolvessem uma política coerente de combate à fraude académica, podendo até colaborar entre si de forma ativa. Ainda em termos institucionais, e atendendo à importância

que têm as atitudes dos professores na disposição dos estudantes para a fraude, novas competências – éticas – deveriam ser avaliadas no seu recrutamento e seleção e também na avaliação do seu desempenho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, F., Gama, P., & Peixoto, P. (2010). *La ética de los alumnos de la enseñanza superior: un estudio exploratório sobre el fraude académico en Portugal*. Oficina do n.º 348, Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., & Peixoto, P. (2015). *A Fraude Académica no Ensino Superior em Portugal: Um estudo sobre a ética dos alunos portugueses*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-1070-2.

Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., Peixoto, P., & Esteves, D. (Coord.) (2016). *Fraude e Plágio na Universidade: A urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-1122-8.

Balsa, C., Simões, J. A., Nunes, P., Carmo, R., & Campos, R. (2001). *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e Diferenciação*. Lisboa: Colibri. ISBN 972-772-296-2.

Dias, P., Bastos, A., Gandra, M., & Díaz-Pérez, J. (2013). GENIUS, Plagiarism or Creativity? A Contribution toward a Discussion about Teaching Practices. *Bordón*, 65(3), 9-23.

Dias, P. C., & Bastos, A. S. (2014). Plagiarism phenomenon in European countries: Results from GENIUS Project. 5th World Conference on Educational Sciences – WCES 2013. In *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 116, 2526-2531. [https://www.researchgate.net/publication/270847180\\_Plagiarism\\_Phenomenon\\_in\\_European\\_Countries\\_Results\\_from\\_GENIUS\\_Project](https://www.researchgate.net/publication/270847180_Plagiarism_Phenomenon_in_European_Countries_Results_from_GENIUS_Project) [acedido em 10 jul 2019].

Domingues, I. (2002). Atitudes face ao copianço na Universidade. In A. Gonçalves, H. Machado, T. Mora (Coord.). *Sociedade e Cultura 4, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, 18(1-2) (pp. 5-23). Braga: Universidade do Minho. ISSN 0870-9874.

Domingues, I. (2006). *O Copianço na Universidade: O grau zero na qualidade*. Lisboa: Media XXI / Formalpress. ISBN 972-99351-8-1.

Gama, P., Peixoto, P., Seixas, A. M., Almeida, F., & Esteves, D. (2013). A ética dos alunos da Administração e de Economia no Ensino Superior. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(5), 620-641. ISSN 1982-7849. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84028122006> [acedido em 15 jul 2019].

Glendinning, I. (2013). *Comparison of Policies for Academic Integrity in Higher Education Across the European Union*. IPPHEAE Project Consortium. UK: Coventry University. <http://plagiarism.cz/ippheae/files/D2-3-00%20EU%20IPPHEAE%20CU%20Survey%20EU-wide%20report.pdf> [acedido em 10 jul 2019].

Glendinning, Irene (2014). *Impact of Policies for Plagiarism in Higher Education Across Europe Plagiarism Policies in Portugal*. Full report. IPPHEAE Project Consortium. UK: Coventry University. <http://plagiarism.cz/ippheae/files/D2-3-22%20PT%20IPPHEAE%20CU%20Survey%20Portugal%20Narrative%20.pdf> [acedido em 10 jul 2019].

Hallak, J. (2016). Ética e fraude no ensino superior: a procura de novos modos de regulação. In F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves (Coord.). *Fraude e Plágio na Universidade: A urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior* (pp. 31-58). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-1122-8. [https://www.fep.up.pt/docentes/ateixeira/integridade\\_academica/11.09.11\\_Integridade%20Acad%C3%A9mica%20em%20Portugal\\_rel%C3%B3rio%20s%C3%ADntese.pdf](https://www.fep.up.pt/docentes/ateixeira/integridade_academica/11.09.11_Integridade%20Acad%C3%A9mica%20em%20Portugal_rel%C3%B3rio%20s%C3%ADntese.pdf) [acedido em 15 jul 2019].

Mauritti, R. (2003). Escolha da Licenciatura. In J. F. Almeida; P. Ávila; J. L. Casanova; A. F. Costa, F. L. Machado, S. C. Martins, & R. Mauritti. *Diversidade na Universidade: Um inquérito aos estudantes de Licenciatura* (pp. 131-140). Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-162-2.

Peixoto, P. (2016). Políticas institucionais, em Portugal, relativas a fraude académica. In F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, D. Esteves (Coord.). *Fraude e Plágio na Universidade: A urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior* (pp. 195-240). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-1122-8.

Ramos, M. (2016). *Perceções e atitudes dos estudantes e docentes sobre o plágio*. 3º Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior. Comunicação oral apresentada no 3.º Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior, Lisboa. <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/percecoes-e-atitudes-dos-estudantes-e-docentes-sobre-o-plagio-3-congresso-nacional-de-praticas/31540> [acedido em 17 jul 2019].

Ramos, M., & Morais, C. (2018). *Plágio e outras fraudes académicas: a perspetiva dos docentes*. X Congresso Português de Sociologia. <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/plagio-e-outras-fraudes-academicas-a-perspetiva-dos-docentes/52980> [acedido em 17 jul 2019].

Sousa-Silva, R., & Abreu, B. B. (2015). Plágio: um problema forense. In M. Coulthard, R. Sousa-Silva (Dir.). *Linguagem e Direito*, 2(2) (pp. 90-113). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/LLLD/article/view/2405/2201> ISSN 2183-3745 [acedido em 12 jul 2019].

Teixeira, A. A. C. (2011). *Relatório síntese global do estudo: Integridade Académica em Portugal*. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto. [https://www.fep.up.pt/docentes/ateixeira/integridade\\_academica/11.09.11\\_Integridade%20Acad%C3%A9mica%20em%20Portugal\\_relata%C3%B3rio%20s%C3%ADntese.pdf](https://www.fep.up.pt/docentes/ateixeira/integridade_academica/11.09.11_Integridade%20Acad%C3%A9mica%20em%20Portugal_relata%C3%B3rio%20s%C3%ADntese.pdf) [acedido em 15 jul 2019].

Teixeira, A. A. C., & Rocha, M. F. (2006). Academic Cheating in Austria, Portugal, Romania and Spain: a comparative analysis. *Research in Comparative and International Education*, 1(3), 198-209. <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2304/rcie.2006.1.3.198> [acedido em 15 jul 2019].

Teixeira, A., & Rocha, M. (2008). Academic cheating in Spain and Portugal: An empirical explanation. *International Journal of Iberian Studies*, 21(1), 3-22. [https://www.researchgate.net/publication/233522770\\_Academic\\_cheating\\_in\\_Spain\\_and\\_Portugal\\_An\\_empirical\\_explanation](https://www.researchgate.net/publication/233522770_Academic_cheating_in_Spain_and_Portugal_An_empirical_explanation) [acedido em 14 set 2019].

Teixeira, A. A. C., & Rocha, M. F. (2010a). Cheating by economics and business undergraduate students: an exploratory international assessment. *Higher Education*, 59, 663–701. [https://www.fep.up.pt/docentes/ateixeira/My%20papers/2010\\_Teixeira\\_Rocha\\_HE.pdf](https://www.fep.up.pt/docentes/ateixeira/My%20papers/2010_Teixeira_Rocha_HE.pdf) [acedido em 14 set 2019].

Teixeira, A. A. C., & Rocha, M. F. (2010b). Academic Misconduct in Portugal Results from a Large Scale Survey to University Economics Business Students. *Journal of Academic Ethics*, 8, 21-41. [https://www.researchgate.net/publication/225667384\\_Academic\\_Misconduct\\_in\\_Portugal\\_Results\\_from\\_a\\_Large\\_Scale\\_Survey\\_to\\_University\\_EconomicsBusiness\\_Students](https://www.researchgate.net/publication/225667384_Academic_Misconduct_in_Portugal_Results_from_a_Large_Scale_Survey_to_University_EconomicsBusiness_Students) [acedido em 13 jul 2019].

Thiry-Cherques, H. (2016). Fraude académica discente e contexto moral. In F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves (Coord.). *Fraude e Plágio na Universidade: A urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior* (pp. 115-144). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-1122-8.

#### AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos Professores Madalena Ramos e César Morais pela disponibilização de bibliografia que serviu de suporte ao desenvolvimento do presente capítulo.

# INTEGRIDADE ACADÉMICA E PLÁGIO. COMO LEVAR À MUDANÇA DENTRO E FORA DA SALA DE AULA?

**Andreia Fernandes Silva & Katiane Coelho**  
Instituto Superior de Entre Douro e Vouga

## RESUMO

Fraude académica e plágio são prática frequente em instituições de ensino superior. Contudo, os modos de atuação perante este fenómeno, transversal à sociedade contemporânea, ainda não permitem um enquadramento formal que efetivamente modifique quem o pratica. A questão da integridade académica exige uma análise, a ser trabalhada nos próximos anos sobre: *O que é que um aluno entende por integridade académica? Que importância lhe dão e qual é o papel do professor na sensibilização para a questão?*

Para empreender uma reflexão numa instituição superior, foi desenvolvido um trabalho de auscultação de um grupo de alunos de ensino superior sobre qual é o seu entendimento em relação a estes termos. A abordagem, ainda que de carácter exploratório, permite identificar que os alunos consideram que os professores têm um papel preponderante em orientar para as boas práticas e que deviam ser incorporadas estratégias e metodologias de aprendizagem que os sensibilizassem para o que devem ou não fazer.

**Palavras-chave:** integridade académica, plágio, pedagogia no ensino superior

## INTRODUÇÃO

*“(...) tem-se frequentemente a impressão de que não há «nada sobre o assunto»,*

*mas esta opinião resulta, em regra, de uma má informação”.*

(Quivy e Campenhoudt, 2003, p. 50)

Integridade académica, fraude, plágio e “copianço” são termos que com regularidade são abordados, quer nas conversas de corredor das instituições de ensino superior, quer em reuniões de cursos e discussões em contexto pedagógico.

Para além do meio, de vez em quando, o assunto tem destaque nos órgãos de comunicação social e, por essa via, chega à opinião pública. Títulos como *Plágio alastra nas universidades portuguesas* (Expresso, 2011), *Fraude académica: o crime compensa?* (Visão, 2017), *Muitas universidades não registam dados sobre plágio* (Público, 2019), ferem a notoriedade da academia e colocam em causa o trabalho meritório de quem faz o seu percurso de modo sério, onde a aprendizagem e aquisição de competências são uma real mais-valia para o mercado de trabalho e, por essa via, para a própria sociedade.

Se o mais habitual é o recurso a várias estratégias de “copianço” na realização de provas escritas, cada vez mais são os trabalhos, relatórios, dissertações e teses que têm merecido a atenção de alguns elementos da comunidade académica. Algumas instituições de ensino superior optaram pela aquisição de programas para detetar plágio e têm sido desenvolvidos esforços na elaboração de códigos e orientações de conduta ou a definição de sanções expressas em regulamentação própria mais apertada. Em 2018, a Universidade de Coimbra tomou uma posição clara e aplicou castigos a estudantes por copiarem, tendo sido detetadas 19 situações de plágio, maioritariamente em trabalhos de unidades curriculares, mas também em relatórios, dissertações e até numa tese de doutoramento. E, mais uma vez, o assunto teve eco na comunicação social: *Universidade de Coimbra castiga 77 estudantes por copiarem* (JN, 2018), *Universidade de Coimbra puniu 77 alunos por plágio e fraude desde 2012* (Observador, 2018). Apesar de as notícias sobre o assunto ainda serem poucas, face a um fenómeno que vai sendo sacudido para debaixo do tapete, uma vez que as estratégias de silenciamento continuam a ser prática dominante, existe, de facto, um problema: o plágio está presente no ensino superior (Teixeira, 2016). Apesar da consciência da sua presença, o assunto ainda está muito longe de ser controlado até porque não existe preparação para que os próprios docentes saibam lidar com a situação e, em termos diretivos e de gestão académica, na distribuição de serviço docente e restantes atividades não é tida em conta esta dimensão: a integridade académica é um processo que envolve diferentes momentos e intervenientes e que exige espaço para a reflexão cuidada.

Apesar dos esforços que vão surgindo no sentido de prevenir algumas práticas que, na verdade, a ninguém favorece - seja quem o executa, estudante, professor, investigador, ou quem o permite, professor, revisor, orientador ou órgãos de gestão -, ainda se está longe de intervir eficazmente em toda a linha; um processo que deve ocorrer logo na entrada no ensino superior. E um ponto crucial a ter em conta na análise do sistema é a tomada de consciência de que não são só os alunos de licenciatura que nem sempre são claros naquilo que produzem. A integridade académica nos níveis seguintes junta-se à atual pressão para a publicação,

investigação e conclusão de teses de doutoramento revela que também em níveis mais avançados do ensino superior se opta pela via menos ética de ascensão científica (Bergadaá, 2016, Estrela, 2016).

### O QUE É A INTEGRIDADE ACADÉMICA?

Comece-se pela definição conceptual. A integridade académica é “uma conduta fundamental no meio académico e inclui os seguintes valores: rigor, honestidade, confiança, responsabilidade e respeito” (Gonçalves, 2018). Em contraponto, a noção de fraude académica relaciona-se com a prática de métodos desonestos com vista a alcançar um resultado, a aprovação numa dada prova ou unidade curricular ou a alcançar notas mais elevadas. Em simultâneo, e dado que é um termo omnipresente no ensino superior atual, importa esclarecer o que é o plágio, noção frequentemente referida por vários interlocutores, embora escasseiem orientações práticas para se evitar o fenómeno na prática. Etimologicamente *plagium* deriva do latim e tem origem na ideia de roubo de escravos, um trabalho atribuído a um “plagiário”. Com o tempo, o termo começou a aplicar-se ao uso indevido de palavras ou ideias. Apesar de muito referido, não é fácil delimitar o que é plágio e, acima de tudo, saber como atuar perante a situação. Têm existido esforços no sentido de trazer para a ribalta o assunto, mas na prática, são insuficientes as orientações de como se pode lidar com a questão em contexto de aula, numa sociedade em que há pressões para cumprimento de outros parâmetros. Fishman (2009) define que o plágio existe quando alguém usa ideias, palavras ou produtos atribuíveis a outra pessoa ou fonte sem a devida menção, em situações em que existe a expectativa legítima do respeito pela autoria original e em que a pessoa que plagia procura obter um benefício ou ganho que não necessita de ser monetário (Fishman, 2009) [tradução livre]<sup>1</sup>.

Em Portugal, o trabalho iniciado por Teixeira (2010, 2011) sobre a perceção dos alunos do ensino superior sobre integridade académica revelou a existência e conhecimento da prática de cópia e plágio, a prevalência do sentimento de impunidade sendo esta matéria considerada de menos importância, isto é, na perceção dos alunos, *não faz mal*. Aurora Teixeira (2010) apresenta, com regularidade, em comunicações os resultados do estudo e considera que ainda se está longe de ter uma noção clara do fenómeno. Todavia já se consegue identificar que: existe a prática de cópia e plágio por parte dos estudantes de ensino superior. Em termos de ações, o mais habitual continua a ser a chamada reciclagem de trabalhos, um aproveitamento

---

<sup>1</sup> Fishman (2009): «Plagiarism occurs when someone: 1) Uses words, ideas, or work products. 2) Attributable to another identifiable person or source. 3) Without attributing the work to the source from which it was obtained. 4) In a situation in which there is a legitimate expectation of original authorship. 5). In order to obtain some benefit, credit, or gain which need not be monetary».

da produção de colegas de anos anteriores ou até a recuperação de trabalhos antigos do próprio (Teixeira, 2010, 2011). Também Filipe Almeida, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, coordenou um inquérito aplicado a 7292 estudantes de mais de cem faculdades e institutos politécnicos em Portugal e os resultados revelam que mais de metade dos inquiridos admite “cabular” e que há o hábito de deixar os colegas copiar nas provas de avaliação (dois em três). O género masculino é o que admite copiar mais e são os filhos de famílias mais favorecidas os que mais recorrem a este tipo de práticas, porventura, por uma maior pressão familiar para o sucesso académico (Almeida *et al*, 2016).

Do que tem sido estudado sobre esta matéria (Teixeira, 2010, 2011), as razões mais frequentes para a prática de plágio são:

- auto-pressão e/ou pressão familiar para o sucesso e boas notas;
- competição com os pares (comparação com os colegas de turma/colegas);
- falta de exigência dos docentes / falta de tempo para o devido acompanhamento e verificação;
- falta de orientação e/ou exemplo por parte do docente da unidade curricular.

Apesar de no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, o artigo 195.º usar a designação de usurpação para quem, sem autorização usar obras de outro ou “quem coligir ou compilar obras publicadas ou inéditas sem autorização do autor” e a penalidade prevê a punição “com pena de prisão até três anos e multa de 150 a 250 dias”, na prática, as denúncias no universo do ensino superior ainda ficam circunscritas a sanções internas da academia. A iniciativa da Universidade de Coimbra, por exemplo, resulta de um trabalho iniciado anteriormente não só com a criação de um regulamento disciplinar e após a aquisição de um *software* de deteção de plágio.

Destaca-se ainda que a prática frequente de atos pouco éticos enquanto estudante tem tendência a ser continuada em contexto profissional (Carroll, 2016, Almeida *et al*, 2016, Peixoto *et al*, 2016). Por outro lado, a academia ao ser permissiva ou conivente com a prática não está a garantir a preparação de profissionais de excelência e, por outro, não está a contribuir para a aquisição de competências transversais por parte dos seus estudantes, seja na capacidade de pesquisa, seleção e uso de informação, seja na capacidade de desenvolver um trabalho assente em princípios éticos. Sabendo-se que a prática de fraude académica não é um fenómeno individual, mas antes “um facto social multifacetado” que, por isso, obriga a “uma abordagem institucional mais holística” concorda-se que a integridade académica é uma “responsabilidade partilhada” (Peixoto *et al*, 2016).

## A INTEGRIDADE DO PONTO DE VISTA DO ALUNO

A componente comunicacional no ensino é um elemento preponderante para que se alcancem os objetivos pretendidos. Metodologias de aprendizagem, estratégias pedagógicas terão sempre de incluir a interação em contexto de aula. Neste sentido, o presente texto baseia-se num estudo exploratório que tinha como finalidade compreender a percepção que alunos de ensino superior têm em relação às noções de integridade académica, plágio e que, de modo livre, explicassem qual o seu entendimento em relação aos termos. Optou-se por uma abordagem qualitativa, primeiro com um contacto à distância, menos invasivo, com resposta escrita e, num segundo momento, com a realização de dois grupos focalizados, para através do diálogo e do confronto de ideias refletir sobre o assunto. Numa primeira análise, destaca-se a dificuldade em responder, mesmo por email. Foram contactados 53 alunos de ensino superior politécnico de duas licenciaturas Marketing e Gestão, com idades compreendidas entre os 17 e os 53 anos, após o fim de um semestre, em 2019. O contacto ocorreu por mensagem enviada na plataforma moodle. A maioria optou por não tecer qualquer comentário sobre o assunto – quer via email, quer no âmbito de grupos focalizados, um constrangimento que terá de ser analisado pois apenas se conseguiram obter 17 respostas, 9 do género masculino. A opção por dois grupos focalizados permitiu um contacto direto com elementos com características diferentes. Um realizou-se com alunos de turmas diurnas e outro para alunos trabalhadores-estudantes, turma que funciona em horário pós-laboral. No primeiro grupo compareceram 3 elementos e no segundo apenas 2, apesar de terem confirmado 5. De assinalar que, os alunos presentes referiram estar preocupados com “o facilitismo” e “à vontade” dos colegas e amigos em copiar tanto em contexto de prova como na elaboração de trabalhos, estranhando a “facilidade com que se ignoram estratégias fraudulentas”, por parte dos docentes. As sessões duraram uma hora e meia e foram moderadas por um dos autores deste artigo.

Nesta abordagem exploratória, sublinhe-se que são os alunos com idade mais avançada, os que têm maior consciência da preponderância da integridade na formação de cidadãos mais ativos, porém, alunos mais novos que privilegiam o mérito assumem que se “sentem muito desconfortáveis” com a inércia vigente. Muitos consideram ainda que o recurso a práticas menos lícitas terá continuidade em contexto profissional. Há quem admita que se lhes forem “dadas condições” poderão em “caso de aflição recorrer a práticas menos corretas” (E10) ou que “a ocasião faz o ladrão” (E5), até porque na maioria das unidades curriculares “não há o cuidado por parte do docente em alertar para o problema ou ensinar a fazer um trabalho em condições” (E3). Desta auscultação exploratória, retira-se ainda que todos os respondentes consideram que o professor tem papel preponderante no

processo de orientação e sensibilização para as questões práticas de elaboração de trabalhos, métodos e fontes de pesquisa e que este deve ser o “exemplo”, demonstrando “conhecer as regras de citação e paráfrase”, bem como, “as normas de referência bibliográfica” (E2,3,5,8,10). Para os inquiridos os maiores constrangimentos para a adoção de boas práticas na realização de trabalhos e, até de provas escritas, consiste no facto de não terem hábitos enraizados de pesquisa e elaboração de trabalhos académicos, terem dificuldade na gestão de tempo, mas acima de tudo, assumem uma grande dificuldade em transformar o que pesquisam em ideias organizadas: pela falta de hábito, por desconhecimento ou por estarem há muito afastados do sistema de ensino, por exemplo alunos que ingressam via maiores de 23 anos [E5, E13]. Neste enquadramento destaca-se esta afirmação: “depois de ler e pesquisar sobre um assunto não consigo usar essa informação por outras palavras. Acho sempre que o que li está perfeito e não consigo ultrapassar o obstáculo de integrar essa informação sem ser pelo *copy-paste*” (E5). Para mais tarde acrescentar: “já estou fora do sistema de ensino há 20 anos. Estou mesmo a necessitar de aprender. Acho que tudo de novo”. Num dos grupos focalizados, uma das queixas reiteradas mais do que uma vez era que: “os professores dizem não ter tempo em contexto de aula para ensinar a fazer trabalhos”, porém, “se nunca nos ensinaram, se eu estive na escola numa época em que a internet ainda não estava tão vulgarizada, como é que eu sei como fazer?” (testemunhos registados no Grupo Focalizado 2). Um outro testemunho revela que se por um lado existe a consciência do ato, por outro, há também a perceção que nem todas as unidades curriculares trabalham de um modo sistemático para a resolução da situação:

“Como desenvolver uma opinião pessoal sobre determinado assunto que já foi bastante explorado e escrito em várias formas? As competências adquiridas em algumas unidades curriculares não preenchem os requisitos que possam combater a prática comum do plágio, assim como, a falta do estudo da real origem do problema, para que sejam desenvolvidas formas de combate a esta prática, que para além de interferir com a aprendizagem dos estudantes, acaba também por influenciar a construção do carácter e personalidade de um cidadão cívico, tornando-se mais grave do que possa parecer no momento em que apenas carrega o *ctrl+c* e *ctrl+v*, sem entender a gravidade do ato”. (15)

Aliás, um dos respondentes frisou que: “integridade académica é algo que deveria existir em todas as instituições académicas ou mesmo algo que deveria ser global”, devendo ser tomadas iniciativas concretas “para proteger docentes e alunos de situações que possam ter um efeito negativo na carreira de ambos” (E14).

Domingues (2010) identificou os fatores que favorecem a existência do culto do facilitismo, aspetos de ordem social, organizacional, morais, de pendor psicológico, mas também, e sobretudo, favorecidos pela componente tecnológica e a facilidade de acesso que a internet proporcionou. Neste âmbito, verifica-se efetivamente que as novas gerações se encontram num contexto em que à escassez de hábitos de leitura e conhecimentos em literacia de informação se junta a enorme lacuna da literacia digital. Um dos alunos assumiu mesmo: “se numa simples pesquisa na internet encontro material suficiente para realizar o trabalho, porque é que tenho de ir ler livros?” (Grupo Focalizado 1).

A estas perceções junta-se também a ideia de que as consequências em caso de se ser detetado ainda não serem graves. De facto, Teixeira (2010, 2011) na análise à perceção dos alunos do ensino superior sobre a integridade académica, identificou três dimensões que aqui importam sublinhar: a assunção da prática, com elevada incidência da cópia e do plágio, em especial a reciclagem de trabalhos de uma unidade curricular para outra assumida pelos alunos que o fazem ou que conhecem quem o faz com frequência; a sensação de impunidade, pois a anulação da prova ou a nulidade do trabalho não é sentida como penalização que não possa ser ultrapassada e, por último, ser um ato banal, sem importância para quem o pratica, revelando a desculpabilização do feito, até porque na maior parte das vezes não existem consequências ou as que possam existir - invalidação da prova ou trabalho – são ultrapassadas com a frequência de novo da unidade curricular ou realização de um exame.

Sendo uma preocupação das entidades pedagógicas e científicas das instituições de ensino superior, entre as principais más práticas assinaladas por Teixeira (2010, 2011) destaca-se:

O plágio total: a cópia/roubo de um trabalho existente na internet, ou a opção pela compra de trabalhos académicos;

A citação inadequada sem identificação de fontes bibliográficas, e a elaboração de trabalhos que são uma manta de retalhos de conteúdos retirados de outros contextos;

A elaboração de paráfrases/resumos em que os termos e/ou ordem de ideias são exatamente as mesmas de outro trabalho ou texto;

A inserção de bibliografia ou aumento artificial da dimensão das publicações consultadas, sem terem sido lidas e muito menos citadas ou parafraseadas no trabalho e que, regra geral, até são facilmente identificáveis.

Em termos de impacto para as instituições de ensino, as más práticas afetam a reputação e notoriedade da instituição bem como a sua legitimidade académica. Porém, continua-se a verificar que, na maioria das instituições de ensino superior, não existem políticas concertadas e, acima de tudo, envolvidas em lidar com a situação (Peixoto *et al*, 2016). Mesmo assim, são de louvar as diligências que começaram a ser desenvolvidas como a organização de conferências de sensibilização e promoção de oficinas de trabalho, alguns cursos de iniciação e orientação para a produção de trabalhos e, os esforços desenvolvidos em aulas de metodologia ou iniciativas avulsas de docentes nos seus próprios contextos de aula.

### CONSIDERAÇÕES PARA REFLEXÃO E TOMADA DE AÇÃO

Sabendo-se que a prática de fraude académica é frequente e um problema sério e fraturante (Teixeira, 2010, 2011), que os esforços de combate, apesar de existentes, ainda se encontrarem poucos sistematizados e que é urgente mudar a cultura organizacional no sentido de promover uma real aquisição de competências. A falta de conhecimentos no âmbito de algumas literacias como a literacia de informação, a digital, a par da dificuldade na gestão do tempo terá de ser combatida pelo recurso a metodologias de ensino aprendizagem que incorporem estas competências no quotidiano de um estudante. Na verdade, se não sabem fazer ou se não compreenderam como se deve fazer, há algo no processo de transmissão da informação que não está a surtir efeito. Se todos os agentes envolvidos mudarem comportamentos e deixarem de ignorar a situação poder-se-á edificar um ensino de qualidade, mas isso exige o envolvimento da comunidade académica, órgãos científicos e pedagógicos, docentes, estruturas de investigação e bibliotecas e, inclui, como é óbvio, as direções das instituições de ensino superior, em especial, com o respetivo reconhecimento dentro da comunidade a quem tem o mérito de promover práticas que promovam uma aprendizagem realmente eficaz, construída na base do trabalho e do mérito.

Este artigo resulta de uma reflexão sobre a problemática da integridade académica que tem em vista a elaboração de um código de conduta e definição de ações concretas de sensibilização para docentes e alunos para se estimular a mudança comportamental numa instituição de ensino politécnico.

A implementação de procedimentos que visem não só a sensibilização de toda a comunidade académica, mas acima de tudo possibilitem a incorporação de práticas dissuasoras de comportamentos pouco éticos. Sistematizam-se de seguida algumas ideias, que resultam das leituras, da auscultação de alunos, mas também de experiência em contexto de aula, e que podem ser aplicadas em instituições de

ensino superior tendo em vista a promoção de boas práticas.

1. Para promover a mudança deve-se começar pela sensibilização para o problema em paralelo com a criação de mecanismos e estratégias de prevenção, como seja o ensino das normas de referência bibliográfica (em contexto de aula e/ou ações de formação promovidas pelos serviços de biblioteca ou outros órgãos institucionais). É vital o estímulo e ações concretas de informação que promovam a consciencialização de quem o pratica revela uma conduta pouco ética e denunciadora da falta de carácter;
2. O papel do professor é preponderante na orientação do aluno para bibliografia sobre o assunto, sugere-se que o próprio docente seja o exemplo nos documentos e artigos que produz, incluindo o material que prepara para a aula. Pode ser num diapositivo, colocando a fonte e fazendo a devida referência bibliográfica no final;
3. A implementação do uso de software que permita detetar o plágio. Neste ponto, deve existir uma sensibilização institucional para o problema e devem ser partilhadas situações junto da comunidade docente para uma ação mais eficaz. Apesar, desta sugestão de recurso a software tecnológico, considera-se crucial que a avaliação do plágio seja fundamentada/confrontada por outras vias e que exista uma ação pedagógica complementar à sanção, quando existe plágio, que promova a efetiva mudança comportamental;
4. A criação e divulgação de códigos de conduta e boas práticas que orientem a comunidade académica, pois neste contexto, a permissividade também resulta da falta de segurança e de mecanismos de atuação concretos. Os docentes que querem efetivamente atuar nem sempre encontram a rede de segurança institucional para o fazer (Almeida *et al*);
5. Na planificação das unidades curriculares devem ser incluídos momentos de sensibilização e orientação tutorial que ajudem os alunos a adquirir as competências de pesquisa, análise, capacidade de seleção e de pensamento crítico. É preciso reservar tempo de aula para o fazer, e pode ser incorporado ao mesmo tempo que se leciona a matéria e se pede uma pesquisa com indicação das referências consultadas;
6. O desenvolvimento de trabalhos - o seu acompanhamento e peso na avaliação deve valorizar essa aquisição de competências. Mesmo com as alterações do processo de Bolonha, na prática ainda é atribuída uma carga preponderante a provas de avaliação (testes e exames) e, esquece-se que na elaboração de um trabalho, podem e devem ser acionadas múltiplas competências e que o esforço deve ser recompensado, a par, é claro, com uma monitorização que não seja permissiva em relação ao plágio;

7. Urge a tomada de consciência por parte dos docentes do ensino superior que desenvolver uma aprendizagem efetiva deve privilegiar momentos de avaliação diferentes e/ou em complemento com os testes e exames. Mas esta mudança passa também pela forma como se encara o que é o trabalho docente e a prática pedagógica;
8. A preparação de uma sociedade de conhecimento, bem formada e informada, passa pelo estímulo ao desenvolvimento de uma aprendizagem baseada no saber-fazer adequado e isso inclui saber pesquisar, filtrar, seleccionar e usar o material consultado de um modo ético.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, F.; Esteves, D; Gama, P.; Peixoto, P. e Seixas, A. (2016). *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior*. Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1123-5>

Bergadaá, M. (2016). Produção de Monografias e de teses. A tentação do plágio. In Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., Peixoto, P. & Esteves, D. (Eds.). *Fraude e plágio na universidade a urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 99-114.

Carroll, J. (2016). Para que não se confunda a gestão do plágio estudantil com questões de ética, fraude e ludíbrio: o que nos ensina a experiência do Ensino Superior. *Fraude e Plágio na Universidade. A urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior*. Europeu Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: [http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1123-5\\_3](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1123-5_3)

Domingues, I. (2006). *O copianço na universidade, o Grau zero na qualidade*. Formal Press.

Estrela, M. T. (2016). A ética na docência universitária: entre o ideal e o real. In Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., Peixoto, P. & Esteves, D. (Eds.). *Fraude e plágio na universidade a urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 153-188.

Fishman, T. (2009). "We know it when we see it" is not good enough: toward a standard definition of plagiarism that transcends theft, fraud, and copyright. *4th Asia Pacific Conference on Educational Integrity (4APCEI)* 28-30, setembro, University of Wollongong NSW Australia.

Gonçalves, S. (coord.); Rodrigues, L.; Roseiro, L. & Romão, F. (2018). *Ética e rigor na escrita académica*. CINEP/IPC.

Nogueira, M. Carlos *et al* (2016). Índice de perceção de fraude em Portugal. Análise para o ano 2016 [Relatório]. OBEGEF, Observatório de Economia e Gestão da Fraude. <https://obegef.pt/wordpress/wp-content/uploads/2017/11/wp056.pdf>

Teixeira, A. (2011). Anatomia do plágio estudantil em Portugal. Contextos, estratégias e instrumentos de prevenção. Comunicação ISCTE, 19 outubro 2011, disponível em [https://obegef.pt/wordpress/wpcontent/uploads/2010/04/111019\\_AnatomiaPlagioEstudantil .pdf](https://obegef.pt/wordpress/wpcontent/uploads/2010/04/111019_AnatomiaPlagioEstudantil.pdf)

Teixeira, A. & Rocha, M. F. (2010). Academic misconduct in Portugal: results from a large scale survey to university economics/business students. *Journal of Academic Ethics*, 8(1), 21-41.

#### PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

A.I. (2018, novembro 22). Universidade de Coimbra castiga 77 estudantes por copiarem. *Jornal de Notícias* <https://www.jn.pt/nacional/universidade-de-coimbra-castiga-77-estudantes-por-copiarem-10220466.html>

Brito, R. (2017, novembro 16). Fraude académica: o crime compensa? *Visão* <https://visao.sapo.pt/opiniao/2017-11-16-fraude-academica-o-crime-compensa/>

Lusa. (2018, novembro 22). Universidade de Coimbra puniu 77 alunos por plágio e fraude desde 2012. *Observador*. <https://observador.pt/2018/11/22/universidade-de-coimbra-puniu-77-alunos-por-plagio-e-fraude-desde-2012/>

s.a (2011). Plágio alastra nas universidades portuguesas. *Expresso*. <https://expresso.pt/actualidade/plagio-alastra-nas-universidades-portuguesas=f674073>

Silva, S. (2019, janeiro 2). *Muitas universidades não registam dados sobre plágio*. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2019/01/02/sociedade/noticia/universidades-nao-registam-dados-plagio-1854434>

# A PREVENÇÃO DO PLÁGIO NO ENSINO SUPERIOR. ILAÇÕES A PARTIR DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA

**Madalena Ramos<sup>1</sup> & César Morais<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> CIES-IUL, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

<sup>2</sup> CICS.NOVA, FCSH-UNL

## INTRODUÇÃO

O plágio entre alunos no ensino superior é um fenómeno transversal a vários países que tem persistido ao longo da história (McCabe, 1999; Eckstein, 2003). No entanto, tem ganhado novos contornos e maior sofisticação nas últimas décadas, quer por via de desenvolvimentos das tecnologias de informação e comunicação a par com o acesso crescentemente facilitado a fontes de informação, quer decorrentes do crescimento das próprias comunidades académicas e da sua abertura a novos públicos (Hallak, 2016). Este fenómeno e os seus desenvolvimentos recentes têm vindo a ser crescentemente objeto de estudo e de debate na comunidade científica e académica internacional (Carroll, 2016).

Em contexto nacional não existem estatísticas oficiais que monitorizem a evolução de qualquer tipo de fraude académica, nem tampouco é usual que as instituições de ensino divulguem dados a esse respeito, o que certamente contribui para a relativa invisibilidade deste tema na academia e obstaculiza o estudo e debate sobre a sua prevenção, vigilância e sanção. Contudo, nos primeiros anos da presente década decorreram três projetos de investigação de âmbito nacional que, não obstante as suas diferenças metodológicas e conceptuais, convergem ao assinalar uma elevada incidência de várias formas de plágio entre os alunos do ensino superior português inquiridos.

A primeira investigação, tendo como objetivo “caracterizar a situação portuguesa no que se refere aos diversos comportamentos e condutas desviantes por parte de estudantes do ensino superior, designadamente cópia em exames e plágio” (Teixeira, 2011, p. 1), assentou numa inquirição por questionário *online* a uma amostra não probabilística de 5.403 estudantes do ensino superior no ano letivo de 2010/11, englobando os vários ciclos de ensino e diversas proveniências institucionais. Verificou-se que 45,6% destes alunos assumiram já ter cometido autoplágio ao

“reciclar ensaio/trabalho/artigo escrito para uma dada disciplina e usá-lo numa outra disciplina” e 42,1% já ter plagiado ao “submeter um ensaio/ trabalho/ artigo sem ter colocado as referências bibliográficas em que se apoiou” (Idem, p. 2).

Numa investigação posterior, cujo objetivo principal era “analisar a atitude dos alunos do 1.º ciclo do ensino superior em Portugal perante a fraude académica cometida por alunos” (Almeida et al., 2015, p. 25), foi inquirida uma amostra por quotas de mais de 7.200 estudantes em cursos de 1.º ciclo ou similares (incluindo mestrado integrado), em 2011/12, através da aplicação direta de um questionário. A amostra integrou todos os subsistemas de ensino superior em Portugal e abrangeu a totalidade das áreas de educação e formação definidas na Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF). Nesta pesquisa que avaliou, entre outras dimensões, a predisposição para cometer fraudes académicas, destaque-se no que se refere ao plágio, o facto de 73% dos inquiridos declararem que “apresentar[iam] o mesmo trabalho em diferentes disciplinas”, o que configura uma situação de autoplágio, 38,9% assumem que plagiariam ao “copiar um trabalho da internet sem revelar a sua fonte” e 30,6% que fariam “plágio autorizado do trabalho de um colega” (Idem, p.46).

A terceira investigação inscreve-se num projeto internacional (*Impact of Plagiarism in Higher Education Across Europe*), que decorreu entre 2010 e 2013 e cujo objetivo principal era “to establish how the difficult and growing problem of student plagiarism was being tackled by Higher Educational Institutions across the European Economic Area and beyond” (Glendinning, 2013, p. 5). A recolha de informação fez-se através da aplicação de um questionário *online* a uma amostra não probabilística, bastante mais pequena do que a dos dois estudos anteriormente referidos, mais concretamente de 189 alunos, de 1.º e 2.º ciclo em várias instituições, no ano de 2013. Os resultados portugueses permitiram concluir que 39% dos estudantes “acreditam que já cometeram plágio de forma acidental ou deliberada” (Glendinning, 2014, p. 2). Acrescente-se, que esta percentagem é a sétima mais elevada no conjunto de 25 países europeus observados (Foltýnek & Glendinning, 2015).

A comprovada existência de plágio entre alunos do ensino superior português, a par com a também diagnosticada escassez de medidas de prevenção ou dissuasão além das punitivas (Peixoto et al., 2016; Glendinning, 2014), incentivaram os autores deste texto a conceber e implementar uma prática pedagógica destinada à prevenção do plágio e à promoção da honestidade académica. Este texto apresenta essa prática, salientando, primeiro, os pressupostos e fontes de inspiração que lhe subjazem, para depois refletir sobre os seus efeitos e prolongamentos possíveis.

## PERSPETIVAR O PLÁGIO ENTRE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR: ENTRE A (I)MORALIDADE E O (DES)CONHECIMENTO

Os estudos de diversas áreas científicas que abordaram este fenómeno no presente século têm sobretudo enfatizado o carácter (i)moral do plágio, assumindo que as práticas de plágio entre alunos traduzem sobretudo um comportamento desonesto e intencional que deve ser mensurado, para depois ser prevenido, vigiado e punido (Adam, 2016; Kaposi & Dell, 2012). Assim, têm procurado sobretudo avaliar a relação dos alunos com o plágio, mapear quem plagia, aferir a incidência das várias formas de plágio, descortinar os seus fatores motivadores ou inibidores (Adam, 2016; Husain, Shaker, e Mahfoodh, 2017), bem como averiguar as práticas e perceções de quem verifica os trabalhos académicos e de quem sanciona os casos de plágio detetados (Gottardello, Pàmies, e Valverde, 2017). Numa segunda vertente, são também recorrentes as análises que perspetivam o plágio enquanto problema político das instituições de ensino superior (Adam, 2016; Kaposi & Dell, 2012), transportando assim o foco de análise para os regulamentos e códigos de ética académicos, avaliando a sua difusão nas comunidades académicas, assim como a adequação e a eficácia das políticas institucionais de combate ao plágio neles previstas (Adam, 2016).

Estas duas linhas de investigação dominantes, onde podemos inscrever as investigações em contexto nacional referidas antes, assumem a intencionalidade como intrínseca ao plágio e as suas recomendações dirigem-se mais à sua vigilância e sanção do que à sua prevenção (Macdonald & Carroll, 2006). No entanto, os resultados de muitas destas investigações, inclusive as que observaram o cenário português, não corroboram essa assunção de intencionalidade, surgindo o desconhecimento das regras em vigor ou a incapacidade de as cumprir entre os principais elementos motivadores do plágio entre alunos (Almeida et al., 2015; Park, 2003), quer do ponto de vista dos próprios alunos, quer na perspetiva dos docentes que verificam os seus trabalhos, assim como assoma entre os primeiros uma conceção minimalista das consequências negativas de algumas formas de desonestidade académica (Power, 2009). Por outro lado, é também frequente que as políticas institucionais relativas ao plágio, ainda que maioritariamente desconhecidas nas comunidades académicas que regem, seja a nível internacional (Foltýnek & Glendinning, 2015) ou nacional (Peixoto et al., 2016; Ramos, 2016), considerem a possibilidade deste não ser premeditado e/ou suavizem a penalização caso se trate de uma primeira infração (Adam, 2016).

Na esteira destas constatações, recentemente encontramos um crescente número de investigações que enquadram o plágio no âmbito da aprendizagem de competências para a intertextualidade científica (Adam, 2016; Husain, Shaker, e

Mahfoodh, 2017; Kaposi & Dell, 2012)<sup>1</sup>. Trata-se de assumir que nem todos os que acedem ao ensino superior têm uma familiaridade com a ética académica ou com as normas em vigor nesse contexto, como se fossem “académicos-em-espera” (Kaposi & Dell, 2012) mesmo antes de iniciar a sua formação. Com efeito, realizar um trabalho académico isento de plágio não implica apenas aderir a uma pauta moral de honestidade, requer também o domínio de saberes específicos e a adoção de determinadas práticas. Ainda que essas competências na intertextualidade científica sejam transversalmente exigidas raramente são abordadas nos processos de ensino-aprendizagem, o que pode, especialmente junto daqueles que acedem ao ensino superior pela primeira vez, potenciar casos de plágio apenas decorrentes de desconhecimento ou de uso incorreto das convenções em vigor no âmbito da escrita académica e científica. Esta decomposição do plágio entre intencional e não intencional, considerando-o como um fenómeno situado no âmbito do desenvolvimento dos estudantes enquanto escritores académicos (Adam, 2016), permite quebrar o monopólio da moralidade no seu estudo e expandir as possibilidades de ação especialmente quanto à sua prevenção.

Uma viragem crucial nesta linha de estudos consiste no reconhecimento da pluralidade do plágio (Kaposi & Dell, 2012), quer distinguindo as suas distintas manifestações como, por exemplo, o autoplágio, a partilha indevida de autorias ou a compra de trabalhos, quer problematizando as fronteiras entre o que pode, ou não, ser considerado plágio em processos de escrita intertextuais, como no caso de uma paráfrase mal construída mas devidamente creditada. De facto, não existe ainda uma definição conceptual universal de plágio nem uma delimitação inequívoca das suas manifestações possíveis (Sutherland-Smith, 2008). Existem, porém, pontos comuns entre as várias definições de plágio relacionadas com a correta declaração da autoria e da originalidade dos textos e o reconhecimento das fontes neles citadas de acordo com as normas aplicáveis, sendo a intencionalidade com que o plágio é cometido encarada como irrelevante na sua delimitação (Pecorari, 2002).

No que concerne a oportunidades pedagógicas para a prevenção do plágio, destaca-se, desde logo, as indecisões dos alunos do ensino superior quando procuram definir e identificar as várias faces do plágio (Childers & Bruton, 2016), assim como as dificuldades que revelam em construir corretamente paráfrases, metáfrases e sumários (Hutchings, 2014; Park, 2003), referenciá-las de forma adequada (Gullifer & Tyson, 2010), gerir eficazmente a falta de univocidade relativamente ao formato

---

<sup>1</sup> O termo “intertextualidade científica” remete para a forma como a cumulatividade da produção académica e científica implica que os novos textos sejam criados tendo como referência outros já existentes, num processo de escrita simultaneamente original e interpretativo que deve observar um conjunto de princípios, regras e normas em vigor nessas esferas de produção (Kaposi & Dell, 2012). Assim, um processo de escrita intertextual incompetente ou ao arrepiio dos códigos aplicáveis resulta em situações de plágio.

dessas referências bibliográficas (Power, 2009) e também pautar as suas pesquisas de fontes por critérios científicos e de credibilidade (Gullifer & Tyson, 2010). Note-se que ensinar a pesquisar, citar e referir de acordo com as normas acadêmicas e científicas representa um momento raro para aproximar os estudantes da cultura acadêmica, mas ensinar porque é importante fazê-lo possibilita também a valorização da honestidade e da integridade nesse contexto (Adam, 2016).

A literatura sobre práticas pedagógicas para a prevenção de fraudes acadêmicas, em geral, e do plágio, em particular, encontra-se ainda numa fase inicial de desenvolvimento, sobretudo impulsionada por iniciativas sediadas nos Estados Unidos da América. Em revisão recente foram identificados vinte e um artigos publicados – seis entre 1995 e 2009 e quinze entre 2010 e 2016 – que apresentam e discutem intervenções educacionais dedicadas a essas temáticas (Stoesz & Yudintseva, 2018)<sup>2</sup>. Esta revisão de literatura considerou experiências pedagógicas que assumiram a forma de i) *Workshop*, entendido como um momento de formação presencial que num período de tempo reduzido aborda conhecimentos ou competências específicas; ii) *e-Learning* que inclui formações não presenciais e individuais a partir de informações detalhadas sobre um determinado tema; iii) ou práticas pedagógicas que combinavam estes dois diferentes formatos. Nos *Workshops*, o formato mais frequente, apresentam-se e discutem-se temas relacionados com “integridade acadêmica, plágio, políticas institucionais e/ou as principais estratégias para evitar o plágio com o objetivo de fornecer recursos, aumentar a conscientização e reduzir o risco de plágio” (idem, p. 6). Os alunos que os frequentam “reforçam o seu conhecimento sobre o plágio e as suas capacidades de parafrasear” (idem, p. 15). Os métodos de *e-Learning* encontram-se mais vocacionados para “apresentar os alunos a formas apropriadas de parafrasear, citar, [identificar] estilos de documentos, e estratégias para evitar o plágio” (idem, p. 6) e revelam-se “eficazes na redução da ocorrência de plágio e para melhorar o conhecimento e as atitudes em relação à integridade acadêmica” (idem, p. 15). Existem, portanto, vantagens em combinar estes dois formatos, já que permitem uma melhor gestão do tempo, dos conteúdos e da profundidade com que são abordados em cada momento (idem). Acresce também que, em muitos dos estudos revistos, se relatam bons resultados com a utilização de metodologias de aprendizagem baseadas em resolução de problemas, pois incentivam os estudantes a “desenvolver as suas capacidades de pensamento crítico e autoconfiança” (idem, p. 15). Apesar das experiências pedagógicas englobadas nesta revisão convergirem no anúncio de

---

<sup>2</sup> A investigação realizada partiu da pesquisa de um conjunto de palavras-chave nas bases de dados CINAHL, ERIC, ProQuest Dissertations and Theses, PubMed, Science Direct, Scopus e Web of Science. Os critérios de pesquisa apenas incluem investigações que i) apresentam uma secção metodológica que clarifique a iniciativa educacional relatada, ii) os participantes sejam alunos do ensino pós-secundário e superior, iii) não fossem uma revisão de um livro ou uma discussão crítica, iv) não procurassem medir ou dessem detalhes sobre a sua eficácia v) e que não focassem apenas atitudes e/ou prevalências relativamente a más-condutas académicas (Stoesz & Yudintseva, 2018).

bons resultados, convém assinalar as limitações identificadas na mensuração da sua eficácia, quer porque em oito delas decorre de uma avaliação qualitativa não sistemática de, por exemplo, satisfação, perceções e opiniões de participantes, quer porque nas restantes resulta de aplicações de questionários – antes e/ou durante e/ou depois das atividades – com taxas de resposta e amostras maioritariamente diminutas e, portanto, com um “baixo poder estatístico” (idem, p. 14).

### UM WORKSHOP PARA A PREVENÇÃO DO PLÁGIO E PROMOÇÃO DA HONESTIDADE ACADÉMICA: METODOLOGIA E CONTEÚDOS

Partindo destes pressupostos e considerando os exemplos de outras práticas pedagógicas similares, os autores criaram um *Workshop* destinado à prevenção do plágio e à promoção da honestidade académica entre alunos no ensino superior, com uma extensão não presencial, designadamente, um conjunto de documentos disponibilizados via *online* aos participantes que, além de sistematizarem e aprofundarem os conteúdos abordados presencialmente, contêm vários exemplos de boas e más condutas, bem como exercícios práticos baseados na resolução de problemas. A duração deste *Workshop* é de duas horas e trinta minutos e a sua animação ficou a cargo dos seus dois autores, apoiados pela projeção de *slides* numa apresentação em *Microsoft PowerPoint*. Refira-se, desde logo, que os conteúdos abordados nesta atividade se ancoram sobretudo nas convenções em vigor na área de formação e de docência dos seus autores – sociologia – e nas suas instituições de ensino superior – ISCTE-IUL e FCSH-UNL –, ainda que, como se detalhará adiante, tenham sido depois adaptados a outros contextos académicos.

Definiu-se como público prioritário os estudantes em cursos conducentes a graduações de 1.º e 2.º ciclos, pois existem evidências de que a prevalência de plágio diminui ao longo do percurso no ensino superior, tanto relatadas numa das investigações de âmbito nacional referidas antes (Teixeira, 2011), como num estudo que observou os alunos em todos os ciclos de ensino de uma instituição lisboeta do ensino público universitário (Ramos, 2017). Esta atividade pedagógica foi primeiro testada na instituição de ensino de um dos seus autores através de quatro aplicações, duas com estudantes de licenciatura e duas em cursos de mestrado. Foi, posteriormente, enquadrada na campanha “Promoção da Integridade Académica” da Associação Portuguesa de Sociologia, a qual propôs aos diretores dos departamentos de sociologia e aos coordenadores de cursos de sociologia em Portugal o acolhimento deste *Workshop* nas suas instituições e a promoção junto dos “seus” alunos. A resposta afirmativa e pronta dos coordenadores contactados não deixa de constituir um primeiro indício da relevância destas temáticas nas agendas institucionais, pelo menos nas sociológicas, mas também da importância que

atribuem ao conhecimento como forma de prevenção do plágio e promoção da honestidade académica. Neste âmbito, entre 12 de fevereiro e 6 de maio de 2019, o *Workshop* foi realizado doze vezes em nove instituições portuguesas do ensino superior público universitário.

Conforme previsto, os participantes foram sobretudo alunos de 1.º e 2.º ciclos em cursos na área da sociologia, porém, dado tratar-se de sessões abertas, tornou-se também usual contar com a presença de alunos de doutoramento, investigadores ou docentes em sociologia e noutras áreas científicas, assim como de pessoal administrativo ou dirigente. Em duas instituições o *Workshop* foi promovido pelo Conselho Pedagógico, o que resultou numa (ainda) maior heterogeneidade do público. Em suma, participaram centenas de académicos de várias áreas científicas nesta experiência educacional.

Quanto aos conteúdos abordados, em primeiro lugar, apresenta-se e escarpeliza-se uma definição de fraude académica proposta por Almeida et al. (2015, p. 22), a saber, "a fraude académica é todo o ato ou omissão consciente que comprometa a justiça na avaliação dos desempenhos, competências e conhecimentos". Este exercício inicial tem como objetivos clarificar o que se pode entender por fraude no ensino superior, salientar que não se acantona aos estudantes e destacar as suas implicações negativas a nível individual, mas também coletivo, quer na esfera do ensino, quer além dela. Procurou-se incentivar uma visão alargada das implicações da fraude académica a partir de uma reflexão dos seus efeitos entre colegas durante o curso e já depois da graduação no mercado de trabalho, um exercício projetivo similar ao proposto numa das atividades pedagógicas analisada na revisão supracitada e que também decorreu no âmbito de formações em sociologia (Trautner & Borland, 2013). Nessa atividade era proposto aos participantes que discutissem as razões porque os alunos se comportam por vezes de forma desonesta, os efeitos desses comportamentos para esse alunos, os seus colegas, a faculdade ou outras instituições e os motivos para que estudantes e faculdades tenham visões distintas da fraude académica, partindo do pressuposto consagrado no conceito de "imaginação sociológica" de Charles Wright Mills que, numa dada sociedade, as biografias individuais e coletivas se encontram em estreita articulação.

Descrevem-se depois os vários tipos de práticas fraudulentas agrupando-as em quatro grandes grupos: plágio, cópia, fabricação e facilitação/ocultação. Essas descrições foram compiladas a partir da literatura relacionada (e.g. Almeida et al., 2015, 2016; Sutherland-Smith, 2008). Este momento inicial procura criar uma plataforma de entendimento geral sobre as diversas práticas que podem ser consideradas fraudulentas em contexto académico, avançando, sempre que possível, exemplos

factuais de casos confirmados que foram mediatizados recentemente em contexto nacional ou internacional.

As várias práticas fraudulentas descritas são depois colocadas a par com os excertos dos códigos de ética, regulamentos e sanções que as enquadram na instituição em causa. Este exercício pressupõe uma recolha e análise prévia desses documentos em todas as instituições de ensino visitadas e a consequente adequação dos *slides* projetados. Pretendia-se, sobretudo, divulgar as políticas institucionais, dada a sua diagnosticada invisibilidade nas diversas comunidades académicas nacionais (Peixoto et al., 2016).

Esta primeira parte do *Workshop*, onde se aborda a fraude académica em geral, tem uma duração aproximada de 45 minutos. A segunda parte, inteiramente dedicado ao plágio, prolonga-se por cerca de uma hora e quinze minutos.

Em primeiro lugar apresenta-se uma definição de plágio proposta por Diane Pecorari (2002, p. 60), nomeadamente, que este ocorre quando “um qualquer objeto [e.g. palavras, argumentos, imagens ou gráficos] é retirado a uma fonte particular, publicada ou não, sem o reconhecimento adequado e com, ou sem, intenção de ludibriar”. Analisa-se esta definição ponto a ponto, salientando as várias formas que o plágio pode assumir, os desafios na definição das suas fronteiras e frisando que mesmo quando decorrente do desconhecimento das regras aplicáveis ou de um processo de escrita deficiente não deixa de ser considerado plágio de acordo com a generalidade das normas em vigor. Abre-se, assim, espaço para discutir a existência de casos de plágio não-intencionais e intencionais, uma particularidade que distingue esta prática das demais fraudes académicas e que reforça a importância de possuir os conhecimentos e competências que permitem evitar cometer plágio mesmo sem ter intenção de o fazer.

Segue-se a realização de um exercício onde, tendo por base um texto fictício com plágio, se procura explicar como podemos detetar esse plágio através de uma leitura atenta e confirmar a sua existência descobrindo e consultando a fonte original. Explora-se, depois, a deteção desse plágio através do programa informático *Turnitin* ou, caso existisse, do adotado oficialmente ou mais utilizado na instituição visitada, explicando-se ainda, de forma sumária, como funcionam os programas de “deteção de plágio” e como se interpretam os seus resultados.

Abordam-se, em seguida, as competências necessárias para melhorar a proficiência na escrita intertextual académica e, portanto, evitar situações consideradas como plágio ainda que não intencionais. Salienta-se nesse sentido a importância i) de

realizar uma pesquisa de fontes sistemática e crítica através de canais científicos ou de bases de dados de publicações revistas por pares, assim como de utilizar operadores booleanos para articular os termos de pesquisa e de organizar o acervo de informação compilado; ii) de construir e utilizar corretamente citações diretas e indiretas, especialmente no que concerne às citações indiretas – paráfrases e metáfrases; iii) e de creditar as fontes citadas de acordo com normas de referência bibliográfica no corpo do texto e em listagens de referências no seu final. Uma vez que não existe consenso entre instituições ou departamentos visitados sobre a norma de referência a adotar, averiguou-se previamente qual a (mais) utilizada em cada instituição e adaptou-se todos os *slides* da apresentação a essa norma, bem como os documentos disponibilizados *online*.

Reservam-se os trinta minutos finais para esclarecer dúvidas e fomentar um debate em torno da honestidade acadêmica e do plágio com, e entre, os participantes. Por último, divulga-se o *site* onde os participantes podem aceder aos quatro documentos que acompanham este *Workshop* e que também foram anunciados no início: procurou-se assim dirigir a atenção dos participantes mais para a exposição e debate do que para as anotações e/ou fotografias dos *slides* projetados. O primeiro destes documentos faz um resumo de todos os conteúdos abordados e acrescenta um conjunto de exemplos de boas e más práticas relacionadas com a construção e creditação de citações. Cada um dos restantes documentos sistematiza, mas também aprofunda, uma das três competências para a prevenção do plágio não intencional, isto é, a pesquisa de fontes, as citações diretas e indiretas e as normas bibliográficas. Em todos existem exercícios práticos resolvidos, respetivamente, a observação dos resultados de uma pesquisa de fontes utilizando diferentes canais e distintos critérios de pesquisa, a verificação da correção de citações de fontes e a deteção de erros em referências no corpo de um texto e numa listagem de referências. Além dos propósitos já assinalados, procurou-se que estes materiais guindassem o aprofundamento independente dos conhecimentos veiculados.

### UM WORKSHOP PARA A PREVENÇÃO DO PLÁGIO E PROMOÇÃO DA HONESTIDADE ACADÉMICA: AVALIAÇÃO E TRANSFERIBILIDADE

Esta prática pedagógica não previa uma avaliação quantitativa do seu impacto. Uma opção que resulta dos relatos sobre a pouca fiabilidade e reduzido poder explicativo dos resultados obtidos desta forma (Stoesz & Yuditseva, 2018), por exemplo, através da aplicação de questionários pré e pós *Workshop*. Por outro lado, limitações de recursos materiais e humanos inviabilizaram o seguimento do impacto dos materiais disponibilizados, nomeadamente, através de questionários ou fóruns *online*. Assim, a avaliação desta prática resumiu-se a um exercício qualitativo,

sem qualquer pretensão de exaustividade ou representatividade, e que se baseia em questões colocadas a todos os participantes e em conversas informais com os docentes que acolheram e promoveram este *Workshop* nas várias instituições visitadas.

Primeiro, através de uma sondagem informal de “*braço-no-ar*”, procurou-se identificar quantos participantes sabem que existem códigos ou regulamentos sobre a fraude na sua instituição de ensino e, entre esses, quantos já os tinham lido. Se na primeira questão era usual existir um número considerável de braços-no-ar, na segunda estes invariavelmente representavam uma parcela residual, ou mesmo inexistente, dos presentes. Este cenário expectável confirma a relevância de divulgar códigos de ética e regulamentos que enquadram a honestidade e fraude nos diversos contextos académicos visitados, dado que este conhecimento também assume um papel importante enquanto dissuasor da fraude (Peixoto et al., 2016; Tatum & Schwartz 2017). Já durante o momento de debate os participantes foram questionados se já tinham tido contacto com os conhecimentos e competências abordados e se julgaram útil a sua participação. Nas respostas à primeira questão sobressaíram as respostas negativas e aquelas que reportavam abordagens esporádicas a estes temas, não concertadas e, por vezes, até contraditórias. As respostas à segunda questão afirmaram-se maioritariamente positivas, tendo sido por vezes destacada também a pertinência dos documentos de apoio, mesmo que nesse momento ainda não os conhecessem.

O público numeroso e diverso presente na maioria das sessões e o interesse prontamente demonstrado pelos colegas contactados em receber e promover este *Workshop* indiciam também a sua relevância que, aliás, foi invariavelmente salientada em conversas informais com esses colegas, unânimes também ao considerarem altamente deficitária a proficiência em escrita científica e o conhecimento sobre o enquadramento institucional da fraude por parte dos alunos do ensino superior. Acrescente-se que o formato escolhido também foi considerado oportuno pois foi facilmente integrado nos calendários escolares em vigor enquanto atividade extracurricular, permitindo, através dos documentos distribuídos, salvaguardar a memória futura deste evento.

Acrescente-se também que os alunos de 2.º e 3.º ciclo demonstraram maior entusiasmo durante a atividade do que os de 1.º ciclo, apesar destes últimos serem maioritários entre os participantes. Parece, portanto, que a notoriedade das questões relacionadas com a fraude e a honestidade académicas, assim como a consciência da necessidade de possuir competências para evitar o plágio, vão crescendo ao longo da própria carreira académica. Não será difícil justificar esta

relação, mas urge encontrar formas de sensibilizar os alunos de licenciatura para estes temas e conhecimentos, uma vez que, para muitos, a licenciatura marca o final da sua carreira escolar. Por outro lado, a diversidade de participantes deixou claro que existem especificidades a considerar na transmissão destes conhecimentos consoante as áreas científicas ou ciclos de ensino e que, nesta iniciativa, se procurou considerar, apesar das dificuldades decorrentes da filiação científica e institucional dos autores. Veja-se, por exemplo, as nuances entre plagiar num trabalho em ciências sociais, ciências naturais ou em artes e as possíveis interpretações face aos distintos regulamentos em cada instituição.

Em suma, não obstante as limitações deste *Workshop* e dos materiais que o acompanhavam, o interesse pronto e massivo em recebê-lo por parte dos diretores dos departamentos de sociologia e dos coordenadores de cursos de sociologia nacionais, o elevado número de participantes e as declarações destes, constituem os indicadores possíveis de que os conteúdos abordados foram considerados pertinentes e úteis para dar visibilidade ao tema da honestidade académica, divulgar as políticas institucionais nesse âmbito e prevenir o plágio ao clarificar procedimentos de escrita em contexto académico.

Enquanto atividade pedagógica no domínio da ética e dos métodos de trabalho científicos, esta prática indicou possuir uma transferibilidade alargada, quer considerando o seu formato, quer os seus conteúdos, quer ainda os seus públicos-alvo, mesmo que existam particularidades importantes a considerar e alterações substantivas a realizar face ao roteiro exposto em qualquer dessas transferências. Quanto ao formato, julgamos possível e produtivo aumentar a duração desta prática para várias sessões, permitindo assim aprofundar os seus conteúdos e dar maior foco aos exercícios práticos e debates. Com efeito, consideramos desejável que práticas pedagógicas deste tipo integrem os currículos académicos, passando de atividade extracurricular pontual a prática curricular obrigatória. Quanto aos conteúdos, surge desde logo evidente a pertinência de focar outras formas de fraude além do plágio, preservando porém o enquadramento geral da fraude académica e a divulgação dos regulamentos institucionais. É também importante, preservando o alinhamento criado, explorar as particularidades de determinadas áreas de formação ou cursos. A presença habitual de alunos de 3.º ciclo, mas também de investigadores, docentes e administrativos neste *Workshop*, deixa ainda patente que existem diversos públicos académicos interessados em atividades de prevenção do plágio e promoção da honestidade académica.

A prática pedagógica aqui apresentada, ancorada na literatura e na experiência acadêmica dos seus autores, procurou contribuir para a prevenção do plágio e promoção da honestidade acadêmica entre alunos do ensino superior. Não podemos deixar de considerar esta iniciativa bem-sucedida, ainda que o seu impacto será certamente reduzido se considerarmos a globalidade do ensino superior. Com efeito, sabendo que os conhecimentos e competências abordados nesta prática se afirmam fundamentais para a prevenção do plágio entre alunos e que fazê-lo a partir de perspectiva didática, mais do que moralista, facilita também a sua inserção na cultura acadêmica e, portanto, promove a valorização da honestidade nessa esfera, seria desejável que ocorressem mais iniciativas deste tipo.

O formato e os conteúdos desta atividade podem ser facilmente reproduzidos ou adaptados a outros contextos académicos, contudo convém colmatar as lacunas aqui identificadas, nomeadamente, ao nível da sua adequação a vários públicos, procurando considerar as diferentes convenções de escrita científicas e os desiguais tipos de práticas fraudulentas entre áreas e ciclos de ensino, bem como desenvolver os métodos de avaliação de impacto, dotando-os de maior rigor – e.g. taxas de resposta mais elevadas nas análises quantitativas e maior sistematicidade nas qualitativas – e de maior alcance – e.g. análises longitudinais que permitam averiguar se as informações veiculadas são aprofundadas autonomamente ou partilhas. Apela-se também à partilha dessas experiências, dada a sua relevância enquanto objeto de estudo em diversas áreas científicas, relativa raridade, especialmente em terreno europeu, e contribuição para um desígnio que, apesar de transversalmente consagrado pelas instituições de ensino mundiais, se revela particularmente difícil de concretizar: a promoção de cultura de honestidade.

Com efeito, a reprodutibilidade flexível da prática aqui apresentada alicerça-se na coerência entre comunidades escolares e científicas internacionais, não obstante as suas particularidades. Em contexto nacional, ainda que considerando apenas a pequena porção da rede de ensino superior onde o *Workshop* decorreu, saliente-se que existem mais semelhanças do que diferenças na relação com a fraude e o plágio ou nos enquadramentos e políticas institucionais com eles relacionados; sobressaiu, sobretudo, uma clara predisposição, tanto de discentes, como de docentes, para debater os atuais contornos da fraude académica e os procedimentos existentes para a sua prevenção, vigilância e punição – mesmo que esta predisposição esteja por vezes ancorada num relativo mal-estar face a estes procedimentos e seus resultados práticos. Julgamos também plausível colocar como hipótese que este cenário não se confina às instituições de ensino superior visitadas.

Sendo notória a importância da formação dos estudantes para a prevenção do plágio, tal como salientam Macdonald e Carroll (2006), este é um tema complexo que carece de uma abordagem institucional holística, dada a multiplicidade de atores envolvidos – alunos, docentes, investigadores, funcionários académicos, instituições de ensino e agências externas de avaliação da qualidade do ensino – e que as suas diferentes práticas e perceções necessitam de ser conciliadas para que todos partilhem responsabilidades no dirimir deste problema.

## AGRADECIMENTOS

Estamos gratos à Associação Portuguesa de Sociologia por ter promovido este *Workshop* junto dos departamentos de sociologia e dos diretores/coordenadores de cursos de sociologia em Portugal a recebê-lo e ainda financiado as deslocações dos seus autores. Agradecemos também a todos os colegas que prontamente acolheram e promoveram este *Workshop* nas suas instituições e a todos os que neles participaram.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adam, L. (2016). Student perspectives on plagiarism. Em T. Bretag (ed.), *Handbook of academic integrity* (pp.519-535). Singapura: Springer.

Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., & Peixoto, P. (2015). *A fraude académica no ensino superior em Portugal*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., Peixoto, P., & Esteves, D. (2016). *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Carroll, J. (2016). Para que não se confunda a gestão do plagio estudantil com questões de ética, fraude e ludíbrio: O que nos ensina a experiencia do ensino superior europeu. Em F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves, *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior* (pp.59-98). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Childers, D., & Bruton, S. (2016). Should it be considered plagiarism? Student perceptions of complex citation issues. *Journal of Academic Ethics*, 14(1), 1-17.

Eckstein, M. (2003). *Combating academic fraud. Towards a culture of integrity*. Paris, França: Unesco.

Foltýnek, T., & Glendinning, I. (2015). Impact of policies for plagiarism in higher education across Europe: Results of the project. *Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis*, 63(1), 207-216.

Glendinning, I. (2013). *Comparison of policies for academic integrity in higher education across the European Union*. Disponível em <http://plagiarism.cz/ippheae/files/D2-3-00%20EU%20IPPHEAE%20CU%20Survey%20EU-wide%20report.pdf> [Acedido em 20 Agosto 2019].

Glendinning, I. (2014). *Impact of policies for plagiarism in higher education across Europe: Plagiarism policies in Portugal*. Disponível em <http://plagiarism.cz/ippheae/files/D2-3-%20PT%20IPPHEAE%20CU%20Survey%20Portugal%20Narrative%20.pdf> [Acedido em 10 Julho 2019].

Gullifer, J., & Tyson, G. (2010). Exploring university students' perceptions of plagiarism: A focus group study. *Studies in Higher Education*, 35(4), 463-481.

Gottardello, D., Pàmies, M., & Valverde, M. (2017). Professors' perceptions of university students' plagiarism: A literature review. *Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació*, 39, 1-13.

Hallak, J. (2016). Ética e fraude no ensino superior: à procura de novos modos de regulação. Em F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves, *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior* (pp. 31-58). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Husain, M., Shaker, S., & Mahfoodh, O. (2017). Perceptions of and attitudes toward plagiarism and factors contributing to plagiarism: A review of studies. *Journal of Academic Ethics*, 15(2), 167-195.

Hutchings, C. (2014). Referencing and identity, voice and agency: Adult learners' transformations within literacy practices. *Higher Education Research & Development*, 32(2), 312-324.

Kaposi, D. & Dell, P. (2012). Discourses of plagiarism: Moralistic, proceduralist, developmental and inter-textual approaches. *British Journal of Sociology of Education*, 33(6), 813-830.

McCabe, D. (1999). Academic dishonesty among high school students. *Adolescence*, 139(34), 681-687.

- Macdonald, R., & Carroll, J. (2006). Plagiarism. A complex issue requiring a holistic institutional approach. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 31(2), 233-245.
- Park, C. (2003). In other (people's) words: Plagiarism by university students. Literature and lessons. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 5(28), 471-488.
- Pecorari, D. (2002). Original reproductions: An investigation of the source use of postgraduate second language writers (Tese de Doutoramento). Universidade de Birmingham, Reino Unido.
- Peixoto, P., Esteves, D., Seixas, A., Almeida, F., & Gama, P. (2016). Políticas institucionais em Portugal relativas à fraude académica. Em F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves, *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior* (pp. 195-240). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Power, L. (2009). University students' perceptions of plagiarism. *The Journal of Higher Education*, 80(6), 643-662.
- Ramos, M. (2017, Maio). O plágio no ensino superior: Perceções e atitudes. Um estudo de caso. Comunicação apresentada em GHTM Sessions, Instituto de Higiene e Medicina no Trabalho, Lisboa, Portugal.
- Sutherland-Smith, W. (2008). *Plagiarism, the internet, and student learning: Improving academic integrity*. Nova Iorque: Routledge.
- Stoesz, B. M., & Yuditseva, A. (2018). Effectiveness of tutorials for promoting educational integrity: A synthesis paper. *International Journal for Educational Integrity*, 14(1), 1-22.
- Tatum, H., & Schwartz, B. (2017). Honor codes: Evidence based strategies for improving academic integrity. *Theory Into Practice*, 56(2), 129-135.
- Teixeira, A. (2011). *Integridade académica em Portugal. Relatório síntese global do estudo*. Porto, Portugal: FEP-UP/OBEGEF.
- Trautner, M., & Borland, E. (2013). Using the sociological imagination to teach about academic integrity. *Teaching Sociology*, 41(4), 377-388.

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

# NOTAS BIOGRÁFICAS

**Ana Nobre** é docente da Universidade Aberta onde lecionada desde 1998, tendo sido anteriormente professora na Universidade Sorbonne, Paris, cidade onde viveu e estudou. Concluiu o Doutoramento em Didática das Línguas e Culturas Estrangeiras na Universidade da Sorbonne-Paris III. Enquanto investigadora, tem-se dedicado à Didática do e-Learning e à Educação Aberta. Email: [ana.nobre@uab.pt](mailto:ana.nobre@uab.pt)

**Ana Novo** é doutorada em Ciências da Informação e Documentação, pela Universidade de Évora e é docente no Departamento de Humanidades da Universidade Aberta. Coordena a Pós-graduação em Ciências da Informação e o Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares desta Universidade. É membro integrado doutorado do CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, incidindo o seu trabalho de investigação na área da biblioteconomia escolar e na formação e ensino em Ciências da Informação em Portugal. Email: [anovo@uab.pt](mailto:anovo@uab.pt)

**Andreia Fernandes Silva** é especialista em Informação e Jornalismo, a desenvolver doutoramento em Ciências da Comunicação na área da literacia mediática. Concluiu o Curso de Doutoramento em Sociologia e o Curso de Especialização em Sociologia Portuguesa Contemporânea. Docente de ensino superior desde 2004. Entre os principais interesses incluem-se as metodologias de ensino, a literacia e a pedagogia. Email: [infoasilva@gmail.com](mailto:infoasilva@gmail.com)

**Carlos Lopes** é Doutor em Sociologia. Professor Associado da Universidade de Brasília (UnB), Brasil, Faculdade de Educação (FE) e atua no Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UnB). Integra Grupos de Pesquisa sobre Aprendizagens, Tecnologias e Educação a Distância e Educação e Sociologias. Email: [carloslopes@unb.br](mailto:carloslopes@unb.br)

**César Morais** é licenciado em Sociologia pela NOVA.FCSH, mestre em Sociologia pela mesma instituição e atualmente frequenta o programa inter-universitário Opensoc de doutoramento em Sociologia coordenado por diversas instituições nas Universidades de Lisboa (ICS, ISCSP, ISEG), Nova de Lisboa (FCSH), Évora (IIFA) e Algarve (FE). É professor assistente convidado na NOVA.FCSH e investigador no CICS.NOVA. Email: [calm@fcsb.unl.pt](mailto:calm@fcsb.unl.pt)

**Germán Ruipérez** es Catedrático de la UNED (Madrid) y primer catedrático de e-Learning de la Universidad española, tras doctorarse en Lingüística Alemana (Tesis Doctoral de alto impacto) por la Universidad de Marburg (Alemania).

Ha impartido docencia en una veintena de universidades e instituciones diferentes, aparte de haber dirigido diecisiete Tesis Doctorales y de ser autor o colaborador de más de un centenar de libros, monografías, CD-ROMs, vídeos, DVDs o artículos, habitualmente como resultado de veintinueve proyectos de investigación competitivos de I+D con financiación externa, de los cuales nueve fueron proyectos europeos. Más información en: [www.ruiperez.org](http://www.ruiperez.org). Email: [german@reiperez.org](mailto:german@reiperez.org)

**João Simão** é licenciado, mestre e doutorado em Gestão. Docente da UAb desde 2001, no Departamento de Ciências Sociais e Gestão. Investigador do CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas (ISCSP/UL). As atuais áreas de investigação e lecionação são o Desenvolvimento Sustentável e a Ética e a Responsabilidade Social das Empresas. Email: [joao.simao@uab.pt](mailto:joao.simao@uab.pt)

**Joaquim Pombo Gonçalves** possui uma licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), especialização em História Medieval (FLUL), Pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação – Área de Arquivo (FLUL) e Mestrado em Ciências da Documentação e Informação (FLUL). É investigador Integrado do Centro de Estudos Clássicos da FLUL. Autor e coautor de artigos em revistas nacionais e internacionais, e capítulos de livros. Email: [joaquimgoncalves@campus.ul.pt](mailto:joaquimgoncalves@campus.ul.pt)

**José-Carlos García-Cabrero** es Profesor Titular de Universidad en la UNED (Madrid), donde ha sido Vicerrector Adjunto de Medios Impresos y Audiovisuales, además de Vicedecano de Calidad e Innovación de su Facultad de Filología.

Premio del Ministerio de Ciencia e Innovación y UNIVERSIA por una de las mejores asignaturas on-line. Autor de cuarenta y tres publicaciones en revistas científicas y libros, ha participado en quince proyectos de investigación obtenidos en convocatorias competitivas internacionales, a los que se suman otros quince proyectos de transferencia de conocimiento al sector productivo.

Más información en: [www.josecarlosgarciacabrero.es/bio](http://www.josecarlosgarciacabrero.es/bio). Email: [jcgarcia@flog.uned.es](mailto:jcgarcia@flog.uned.es)

**Katiane Coelho** é licenciada em Marketing, Publicidade e Relações Públicas e atualmente a frequentar o mestrado em Língua e Relações Empresariais. Participação em estudos interdisciplinares no âmbito das ciências sociais, direcionado para as relações interculturais e sistemas da sociedade. Experiência profissional na área da gestão de negócios e no Marketing. Email: [katianecoelho@outlook.pt](mailto:katianecoelho@outlook.pt)

**Madalena Ramos** tem licenciatura e mestrado em Sociologia e doutoramento em Educação. É professora associada com agregação e atualmente Diretora do Departamento de Métodos de Pesquisa Social do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Leciona e coordena diversas disciplinas de Estatística e Análise de Dados em diferentes cursos e ciclos de estudo. É investigadora integrada do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL). Email: [madalena.ramos@iscte-iul.pt](mailto:madalena.ramos@iscte-iul.pt)

**Pedro Pereira**, doutorado em Geologia pela Universidade de Lisboa, é docente do Departamento de Ciências e Tecnologia, da Universidade Aberta, e membro integrado do Centro de Ecologia Funcional, da Universidade de Coimbra. As suas áreas de investigação são a paleontologia de equinodermes, a divulgação do geopatrimónio português e a avaliação dos impactes da extração e utilização de recursos geológicos. Email: [pedro.pereira@uab.pt](mailto:pedro.pereira@uab.pt)

**Rosária Ramos** é doutorada em Ciências Sociais, na especialidade em Sociologia, Mestre em Sociologia Económica e das Organizações e Licenciada em Sociologia do Trabalho. Professora Auxiliar no ISCSP em disciplinas da área da Sociologia do Trabalho e da Sociologia das Organizações. Os processos de adultez e de transição dos jovens da escola para o trabalho, a formação de competências estão entre os seus principais interesses de investigação. Email: [rramos@iscsp.ulisboa.pt](mailto:rramos@iscsp.ulisboa.pt)

**Sónia P. Gonçalves** é doutorada em Psicologia do Trabalho e das Organizações pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (IUL) e Professora Auxiliar Convidada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). Coordenadora e investigadora do Grupo de Investigação de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP). Autora e coautora de diversas comunicações em eventos científicos, bem como artigos, capítulos e livros nacionais e internacionais. Email: [goncalves.sonia@gmail.com](mailto:goncalves.sonia@gmail.com)

